



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO – LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO – POSTRAD

**FRASEOLOGISMOS BILÍNGUES EM DOCUMENTAÇÃO DE TRADUÇÃO
JURAMENTADA**

NEYARA MACEDO COELHO BARBOSA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO

BRASÍLIA/DF
JUNHO/2017



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO – LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO – POSTRAD**

**FRASEOLOGISMOS BILÍNGUES EM DOCUMENTAÇÃO DE TRADUÇÃO
JURAMENTADA**

NEYARA MACEDO COELHO BARBOSA

ORIENTADOR: PROF. DR. RENÉ GOTTLIEB STREHLER

Com a valiosa contribuição da Dra. Lúcia de Almeida e Silva Nascimento

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO

**BRASÍLIA/DF
JUNHO/2017**

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

BARBOSA, Neyara Macedo Coelho. **Fraseologismos bilíngues em documentação de tradução juramentada**. Brasília: Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, 2017, 138 f. Dissertação de mestrado.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Barbosa, Neyara Macedo Coelho

Fraseologismos bilíngues em documentação de tradução juramentada / Neyara Macedo Coelho Barbosa; orientação de René Gottlieb Strehler – Brasília, 2017.

138 f.

Dissertação de Mestrado (M) – Universidade de Brasília/ Instituto de Letras – Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução

Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, 2017.

1. Tradução. 2. Fraseologismo. 3. Lexicologia. 4. Terminologia 5. Corpus I. Strehler, René Gottlieb. II. Título



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO – LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO - POSTRAD**

**FRASEOLOGISMOS BILÍNGUES EM DOCUMENTAÇÃO DE TRADUÇÃO
JURAMENTADA**

NEYARA MACEDO COELHO BARBOSA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA
AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ESTUDOS DA TRADUÇÃO, COMO PARTE
DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM
ESTUDOS DA TRADUÇÃO.**

APROVADA POR:

Prof. Dr. René Gottlieb Strehler

POSTRAD – Universidade de Brasília - UnB
Orientador e Presidente da banca

Profa. Dra. Flávia Cristina Cruz Lamberti Arraes

POSTRAD – Universidade de Brasília – UnB
Membro titular da banca/Examinadora interna

Prof. Dr. Cristiano Otavio Paixão Araújo Pinto

PPGD – Universidade de Brasília – UnB
Membro titular da banca/Examinador externo

Profa. Dra. Ana Helena Rossi

POSTRAD – Universidade de Brasília – UnB
Membro suplente da banca

BRASÍLIA/DF, 30 de junho de 2017.

*Este trabalho é dedicado à minha mãe Noranei
M. C. Barbosa e ao meu noivo Jean Novais por
tudo que representam em minha vida.*

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento é para Deus, sem o qual não seria possível tal conquista, por me conceber o sopro da vida e por preenchê-la com bênçãos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (POSTRAD) do Instituto de Letras (IL) da Universidade de Brasília (UnB) pelo suporte concedido durante o curso de Mestrado.

A minha família pelo estímulo em continuar lutando pelos meus ideais, pelo apoio que sempre me deram.

Meu agradecimento especial vai para a minha mãe Noranei Macedo por uma vida inteira dedicada a mostrar-me o caminho do bem, com carinho, muito esforço, perseverança e fé; pelo exemplo de humildade e trabalho duro, pelo seu amor incondicional, pelo incentivo e apoio em minhas escolhas.

Pela atenção, carinho, compreensão e motivação em todos os momentos. Pelo amor dedicado, pela paciência, pelas palavras de apoio, pelo auxílio nos trabalhos, por tudo, agradeço ao meu noivo Jean Novais.

Ao Professor Dr. René Gottlieb Strehler, pela confiança e liberdade para desenvolver esta pesquisa, pela solicitude, orientação, compreensão e amizade, agradeço grandemente.

À Tradutora Juramentada Dra. Lúcia Nascimento, por suas inestimáveis contribuições, pelo auxílio nos trabalhos, pelo *know-how*, por sua atenção e amizade expresse minha mais profunda gratidão.

À Flavia Lamberti pela sua colaboração e pelo aceite em participar da banca para o exame de qualificação, pela análise minuciosa.

Também devo incluir colegas, professores e funcionários do POSTRAD pela atenção dispensada.

A todos não citados, mas que, de maneira direta ou indireta, se fizeram presentes nessa etapa de minha vida.

RESUMO

Os itens fraseológicos são elementos expressivos na comunicação e inserem no texto recorrências de discursos pertencentes a uma determinada língua; os falantes os reconhecem em sua construção (forma e conteúdo) e no seu uso. Neste trabalho, são abordados os fraseologismos em um tipo de texto jurídico – a procuração, haja vista sua importância para as relações comerciais, sociais e jurídicas e a necessidade de entendimento do léxico especializado da área em que se traduz. No presente estudo, são identificados e analisados os fraseologismos em procurações submetidas à tradução juramentada (TJ), redigidas originalmente em inglês, e suas respectivas traduções em português do Brasil, de forma a investigar como os fraseologismos ingleses foram traduzidos para o português. Para tanto, o tipo de texto “procuração” foi selecionado devido a sua grande frequência na atividade relativa à tradução juramentada. Apresentamos, assim, uma reflexão teórica e prática sobre os fraseologismos em textos especializados, abordando a proposta de René Strehler (2002) sobre o entendimento de fraseologismos como conjuntos lexicais consagrados pelo uso, em conjunto com a perspectiva de Cleci Bevilacqua (2004), que apresenta um modelo de identificação e análise dos fraseologismos da linguagem de especialidade. Procedemos à pesquisa no campo da Linguística de Corpus e nos Estudos da Tradução baseados em Corpus, uma vez que ambos fornecem condições necessárias à elaboração da metodologia de pesquisa. Nesse ponto, a pesquisa fundamenta-se em Stella Tagnin (2002), Mona Baker (1995) e Tony Berber Sardinha (2002). São abordadas, ainda, as principais características das procurações e suas respectivas traduções nos países envolvidos, com o objetivo de entender as equivalências e diferenças terminológicas para esse tipo de documento. A análise prática consistiu em compilar um *corpus* constituído por procurações pertencentes a tradutores juramentados devidamente credenciados pela Junta Comercial de várias unidades federativas do Brasil. Para esse fim, foram utilizados o *AntConc* e o *AntPConc*, aplicativos de Laurence Anthony que oferecem várias ferramentas para interrogar um *corpus*, tais como *Word List*, *Concord* ou ainda KWIC (*Key Word in Context*). Mediante a aplicação da metodologia foi possível identificar e analisar os fraseologismos de maior frequência nos textos de língua-fonte com seus equivalentes nos textos de língua-alvo, além de permitir uma reflexão sobre até que ponto suas respectivas adaptações para o português se explicam pelo contexto em que estão inseridos.

PALAVRAS-CHAVE: Fraseologia; Procuração; Tradução Pública.

ABSTRACT

Phraseological items are expressive elements in communication which insert speech recurrences belonging to a certain language into a text. Speakers recognize them in their construction (of both form and content) and in their use. This thesis addresses the phraseologisms found in one type of legal text – power of attorney, given its relevance to commercial, social, and legal relations, and the need to understand the specialized lexicon of the area in which one translates. The phraseologisms present in powers of attorney submitted to certified translations (TJ), which were originally written in English, and their respective translations into Portuguese, are identified and analyzed in order to investigate how English phraseologisms were translated into Portuguese. The type of the text known as "power of attorney " was selected due to its high frequency in the activity conducted in certified translation. Hence, a theoretical and practical reflection on phraseologisms in specialized texts is presented, taking into account the proposal made by René Strehler (2002) that understands phraseologisms as lexical sets that are well established by usage, together with the perspective of Cleci Bevilacqua (2004), which presents a model for identifying and analyzing phraseologisms in specialized language. The research was conducted within the field of Corpus Linguistics and Corpus-based Translation Studies, given that both provide us the necessary conditions for developing the research methodology. At this point, the research was based on Stella Tagnin (2002), Mona Baker (1995) and Tony Berber Sardinha (2002). This research also focuses on the main characteristics of powers of attorney in the countries involved and their respective translations, with the purpose of understanding the equivalence and terminological differences for this type of document. The practical analysis of the corpus used in this study involved compiling a corpus composed of power of attorney submitted to certified translation and which belonged to official translators, duly sworn by the Board of Trade of various Brazilian states. To this end, Laurence Anthony's applications known as AntConc and AntPConc were used, which offer several tools to interrogate a corpus, such as Word List, Concord or KWIC (Key Word in Context). Through the application of the methodology it was possible to identify and analyze the most frequent phraseologisms in the source language texts with their equivalents in the target language texts, as well as to allow a reflection on the extent to which their respective adaptations to Portuguese are explained by the context in which they are inserted.

KEY WORDS: Phraseology; Power of Attorney; Official Translation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Procedimentos de tradução de Vinay e Darbelnet (1958) e Aubert (2006).	36
Quadro 2 – Exemplo de formato das procurações do PTJ1, no qual: a) General Power of Attorney e b) Tradução Procuração com Poderes Gerais	61
Quadro 3 – Trecho de uma procuração classificada para o <i>corpus 2</i> , no qual: a) Power of Attorney e b) Tradução correspondente.....	64
Quadro 4 – Exemplo de trecho de procuração contendo erros sintáticos e de uso, no qual: a) Procurancy e b) Tradução correspondente	65
Quadro 5 – Exemplo de trecho de procuração com características do <i>corpus 1</i>	66
Quadro 6 – Exemplo de trecho de procuração com características do <i>corpus 1</i>	67
Quadro 7 – Exemplo de trecho de procuração com características do <i>corpus 2</i>	68
Quadro 8 – Dicionários especializados utilizados com seus autores e ano de publicação	77
Quadro 9 – Poderes gerais outorgados nas procurações	78
Quadro 10 – Poderes específicos outorgados nas procurações	79
Quadro 11 – Exemplo de trecho de procuração original (a) e sua tradução (b) com características do <i>corpus 1</i>	80
Quadro 12 – Exemplo de procuração original (a) e sua tradução (b) com características do <i>corpus 1</i>	81
Quadro 13 – Exemplo de trecho de procuração original (a) e sua tradução (b) com características do <i>corpus 2</i>	82
Quadro 14 – Lista dos verbos selecionados nos <i>corpora</i>	85
Quadro 15 – Lista dos possíveis fraseologismos selecionados e seus possíveis correspondentes nos <i>corpora</i> - Grupo I.....	90
Quadro 16 – Lista dos possíveis fraseologismos selecionados e seus possíveis correspondentes nos <i>corpora</i> – Grupo II.....	97

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organização dos diretórios formadores dos corpora.....	70
Figura 2 – Leiaute do programa <i>AntiConc</i> com os arquivos .txt submetidos com o resultado da análise do <i>Word List</i> em inglês	71
Figura 3 – Leiaute do programa <i>AntiConc</i> com os arquivos .txt submetidos com o resultado da análise do <i>Word List</i> em português do documento	71
Figura 4 – Leiaute do programa <i>AntiConc</i> com os arquivos .txt submetidos com o resultado da análise do <i>Concordance Tool</i> em inglês.....	72
Figura 5 – Leiaute do programa <i>AntiConc</i> com os arquivos .txt submetidos com o resultado da análise do <i>Concordance Tool</i> em português.....	73
Figura 6 – Leiaute do programa <i>AntiPConc</i> com os arquivos .txt submetidos com o resultado da análise do <i>Concordance Tool</i> em português.....	74
Figura 7 – Fluxograma de atividades metodológicas para identificação e análise dos fraseologismos	78
Figura 8 - Frequência dos fraseologismos com verbos eventivos	96
Figura 9 - Frequência dos fraseologismos com fórmulas estereotipadas.....	98

LISTA DE ABREVIACOES

CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
DF	Distrito Federal
FLC	Fraseologismo da Língua Comum
FLE	Fraseologismo da Linguagem de Especialidade
Freq.	Frequência
LI	Língua Inglesa
L2	Segunda Língua
LC	Linguística de Corpus
MS	Microsoft®
NE	Núcleo Eventivo
Nº	Número do Registro
ONG	Organização Não Governamental
PTJ1	Procuração de Tradução Juramentada (<i>Corpus 1</i>)
PTJ2	Procuração de Tradução Juramentada (<i>Corpus 2</i>)
RG	Registro Geral
TJ	Tradução Juramentada
TPIC	Tradutor Público e Intérprete Comercial
UF	Unidade Fraseológica
UFE	Unidade Fraseológica Especializada
UT	Unidade Terminológica

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. HIPÓTESE	17
1.2. OBJETIVOS	17
1.2.1. Objetivo Geral	17
1.2.2. Objetivos Específicos	17
1.3. JUSTIFICATIVA.....	18
1.4. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	19
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1. FRASEOLOGIA.....	20
2.1.1. Abordagem conceitual de fraseologismos	21
2.1.2. Aspectos lexicológicos e terminológicos nos fraseologismos	23
2.1.3. Fraseologismos da Língua Comum	24
2.1.4. Fraseologismos da Linguagem de Especialidade	27
2.1.5. Os critérios de Cleci Bevilacqua	30
2.2. A TRADUÇÃO DOS FRASEOLOGISMOS.....	32
2.2.1. Modalidades de tradução	35
2.2.2. Noções de equivalências	37
2.3. ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DO FRASEOLOGISMO	40
2.4. TIPO DE TEXTO: PROCURAÇÃO	42
2.4.1. Linguagem jurídica	44
2.4.2. Bases jurídicas	45
2.5. A TRADUÇÃO JURAMENTADA NO BRASIL.....	46
2.6. LINGUÍSTICA DE CORPUS E ESTUDOS DA TRADUÇÃO	48
2.7. FERRAMENTAS DE ANÁLISE DE <i>CORPUS</i>	51
2.7.1. AntConc	52
2.7.2. AntPconc	54
3. METODOLOGIA	55
3.1. A NATUREZA DA PESQUISA	55
3.2. A ESCOLHA DO TIPO DE TEXTO – PROCURAÇÃO.....	56
3.3. CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE ESTUDO	57
3.4. CRITÉRIOS PARA A CLASSIFICAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	60
3.4.1. Corpus 1	60
3.4.2. Corpus 2	62

3.4.3. <i>Corpus 3</i>	64
3.5. PROCEDIMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS FRASEOLOGISMOS....	66
3.5.1. Etapa manual	66
3.5.2. Etapa digital	69
3.5.3. Critérios de identificação dos fraseologismos	74
3.5.4. Análise dos fraseologismos	75
3.6. ORGANIZAÇÃO DOS FRASEOLOGISMOS IDENTIFICADOS.....	76
3.7. VERIFICAÇÃO DOS FRASEOLOGISMOS EM OBRAS LEXICOGRÁFICAS	76
3.8. FLUXOGRAMA GERAL DA METODOLOGIA	77
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	77
4.1. ESTRUTURA DAS PROCURAÇÕES.....	77
4.1.1. Procuração com Poderes Gerais – <i>General Power of Attorney</i>	78
4.1.2. Procuração com Poderes Específicos: – <i>Special Power of Attorney</i>	79
4.2. CLASSIFICAÇÃO DOS <i>CORPORA</i>	80
4.2.1. <i>Corpus 1</i>	80
4.2.2. <i>Corpus 2</i>	82
4.3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS FRASEOLOGISMOS.....	83
4.3.1. Etapa manual	83
4.3.2. Etapa Digital.....	84
4.3.3. Levantamento dos fraseologismos nos <i>corpora</i>	84
4.3.4. Fraseologismos e seus equivalentes	89
4.3.5. Parâmetros da análise	98
4.3.5.1. Grupo I – Fraseologismos com verbos eventivos.....	99
4.3.5.2. Grupo II – Fraseologismos com fórmulas estereotipadas.....	109
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
ANEXO I –.....	121
ANEXO II	123
ANEXO III	129
ANEXO IV	132

1. INTRODUÇÃO

A linguagem, de um modo geral, é um acontecimento que não representa apenas a fala humana, mas tudo aquilo que cerca o indivíduo e lhe transmite informações sobre seu mundo e sobre diferentes culturas. Quando nos expressamos, elegemos palavras, construímos frases e criamos enunciados. Isso significa que o léxico de uma língua é constituído por palavras, porém não se restringe a simples vocábulos, pois parte dos saberes populares, a expressão de emoções, sentimentos e detalhes do pensamento do falante nativo de uma certa língua alvo, são transmitidos por meio de frases, por exemplo (ORTÍZ ÁLVAREZ, 2011, p. 122).

Essas frases, para os fins desta dissertação, são caracterizadas por estruturas denominadas fraseologismos, que enriquecem a língua e contribuem para sua evolução. Além de conferir vida à língua, expressam sua dinâmica e demonstram a perspectiva humana em algum contexto sociocultural. As repetições de sequências lexicais determinam os fraseologismos, que podem ser representados por duas palavras, como em “chutar o balde”, ou ainda pelos provérbios, com extensão de uma sentença inteira, como: “água mole em pedra dura tanto bate até que fura” (STREHLER, 2009, p. 9).

Para uma conceituação de fraseologismos, há de se considerar as contribuições de Charles Bally (1951), discípulo de Ferdinand de Saussure e um dos precursores dos estudos fraseológicos. Bally (1951) explica que a língua ocorre e é assimilada com base em associações de palavras. Quando cada unidade gráfica perde sua significação individual total ou parcial, ou quando a combinação de seus elementos se apresenta só com um sentido bem nítido, pode-se dizer que se trata de uma locução: o conjunto desses fatos fixados pelo uso compreende a fraseologia.

Ainda em relação aos fraseologismos, Gloria Corpas Pastor (1996) realizou um estudo dos aspectos formais, semânticos e pragmáticos dos fraseologismos. A autora os denomina como unidades fraseológicas (UF) e as define como ocorrências formadas por mais de duas palavras, em seu limite inferior, e no nível de um período composto, como limite superior. Ela também acredita que tais unidades se caracterizam pela alta frequência de uso; pelos seus elementos integrantes; por sua institucionalização, no sentido de fixação e especialização semântica e por sua idiomaticidade e variação.

René Strehler (2009, p. 9) conceitua os fraseologismos como “conjuntos lexicais consagrados pelo uso numa comunidade linguística”. No que concerne à forma, essa definição corresponde a uma realidade linguística bastante vasta, indo, por exemplo, das locuções prepositivas aos provérbios.

Os fraseologismos representam o dinamismo de uma língua cujas peculiaridades e características são evidenciadas quando nos deparamos com sintagmas cristalizados ou com expressões fixas ou semifixas, reproduzidas livremente por uma comunidade linguística. Ao traduzi-los, é importante identificar se há uma estrutura fixa ou semifixa na língua alvo, a fim de que o entendimento seja alcançado. Porém, quando se pensa em um equivalente de fraseologismo para outro idioma, nem sempre é escolhido um equivalente que contemple seu sentido da língua fonte e que também seja uma forma esperada na língua alvo. Essa dissonância resulta, por vezes, da falta de domínio da língua e da realidade sociocultural na qual os fraseologismos estão inseridos.

Essas estruturas estão presentes tanto em textos comuns quanto especializados. No primeiro caso, trata-se de fraseologismos da língua comum, tais como expressões e provérbios como “com certeza” e “bater as botas”. No segundo caso, referimo-nos aos fraseologismos da linguagem de especialidade, enquanto estrutura terminológica que sempre estará ligada a uma área específica de conhecimento, como em “o referido é verdade e dou fé” e “a quem confere todos os poderes da cláusula”.

Ao discutir fraseologismos no campo da linguagem de especialidade, Daniel Gouadec (1994) apresenta-os como cadeias especializadas de caracteres, utilizadas em um contexto específico. Para ele, os critérios pragmáticos são de fundamental importância para a Fraseologia, uma vez que é no discurso, ou no domínio, que as unidades fraseológicas podem ser definidas.

Dada a natureza da nossa pesquisa, também abordamos a tradução juramentada (TJ) que, segundo Francis Aubert (2005, p. 44) é uma “tradução de textos de qualquer espécie que resulte em um texto traduzido legalmente reconhecido como cópia fiel do original dotada de fé pública em formato apropriado para ter validade oficial e legal perante órgãos em instituições públicas”. A fé pública é o componente que define e distingue a tradução juramentada das demais; significa que, por meio de tal tradução, o texto original, expresso em um idioma estrangeiro, torna-se capaz de produzir efeitos legais no país de língua de chegada, haja vista que esse tipo de tradução só pode ser

realizado por um tradutor público devidamente inscrito, após prestar concurso público, na Junta Comercial de seu estado.

O interesse da autora pelo tema – fraseologismo – nasceu da experiência como professora de língua inglesa. Seu contato com textos técnicos e científicos possibilitou notar que determinadas expressões da língua-fonte não traziam sentido esperado para a língua-alvo quando traduzidas palavra por palavra. Surgiram, então, questionamentos acerca do processo de tradução, em que a busca do equivalente requeria pesquisa e conhecimento das realidades socioculturais. O interesse pela tradução juramentada surgiu de sua participação como voluntária de uma organização não governamental (ONG) de intercâmbio que recebia estudantes estrangeiros. Entre os documentos dos estudantes, alguns necessitavam de tradução juramentada, ficando sob sua responsabilidade a procura de um profissional que realizasse esse tipo de tradução. O contato motivou a procura de explicações que abordassem a dinâmica e o teor de um documento submetido à tradução juramentada.

O contato desta autora recaiu, então, para as traduções juramentadas de um tipo específico de texto – procuração, pois fraseologismos são recorrentes nessa modalidade. O tipo de texto “procuração” está inserido em um domínio específico – o jurídico – e, desta forma, situamo-nos no âmbito da linguagem de especialidade, pois ela possui terminologia e fraseologia próprias desse domínio. É importante ressaltar que a pesquisa foi realizada a partir da ótica de uma profissional da linguagem voltada à tradução, porém não da área do Direito ou de tradução juramentada.

Conforme Krieger e Finatto (2004, p. 67), textos especializados – como procurações – possuem combinações de palavras na língua-fonte que se mostram complexas na tradução para a língua-alvo. Ao destacar a necessidade de conhecer e respeitar o uso profissional dos fraseologismos e do estilo de uma área de conhecimento, as autoras destacam a importância e, ao mesmo tempo, a responsabilidade do tradutor ao realizar sua tarefa, no sentido de fazer com que seus textos sejam aceitos na língua-alvo.

Em seguida, tratamos da compilação de *corpora* para a identificação e análise de fraseologismos da área jurídica em procurações originais em inglês e suas respectivas traduções juramentadas para o português do Brasil. Para a identificação dos fraseologismos nos nossos *corpora*, foi adotada, a princípio, a proposta de Cleci Bevilacqua (2004), que sugere uma classificação para esses elementos. Ademais, esta

pesquisa busca subsídios teóricos e metodológicos no campo dos Estudos em Tradução baseados em Corpus, uma vez que fornecem condições necessárias à elaboração da metodologia de pesquisa.

Com relação à Linguística de Corpus (LC), Berber Sardinha (2009, p. 7) ressalta que essa se ocupa da criação e análise de *corpora*, que, por sua vez, correspondem a “conjuntos de dados linguísticos textuais que foram coletados criteriosamente com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística”. O autor enfatiza que a LC vem mudando a maneira como se investiga a linguagem nos seus mais diversos níveis, colocando à disposição do analista quantidades de dados antes inacessíveis. Um dos grandes agentes dessa mudança foi a informática; sem ela, a LC contemporânea não poderia existir. Nesse viés, o papel dos *corpora* eletrônicos na pesquisa em tradução tem sido fundamental para os estudos tradutológicos. Entre os pesquisadores de tradução, Mona Baker (1996) vê o *corpus* eletrônico como um instrumento revolucionário, que permite enxergar aspectos da linguagem do texto traduzido, em particular, de um modo muito mais rico e abrangente do que por outros meios.

Para viabilizar a realização da investigação, vimos a necessidade de compilar *corpora* paralelos, submetidos ao processo de tradução juramentada, que constassem as procurações originais e suas respectivas traduções. Tognini-Bornelli (2001, p.134) reforça que *corpus* paralelos oferecem uma gama de possíveis traduções que já foram identificadas e utilizadas pelos tradutores, e confirmadas pelo próprio uso da tradução. As opções de ferramentas computacionais para compilação de *corpora* são inúmeras. A exemplo, destaca-se o *software AntConc*, que oportuniza a verificação das construções recorrentes nos textos e o *AntPconc*, que possibilita o alinhamento dos *corpora*, o que permite proceder à concordância e à análise de frequência, entre outras possibilidades, em texto, a partir de dois ou mais documentos processados (LAURENCE ANTHONY, 2016).

Os aspectos acima levantados permitem reflexões sobre capacidade de os *corpora* eletrônicos auxiliarem trabalhos de identificação dos fraseologismos, com base na adoção de parâmetros que os caracterizem, para sua análise em textos especializados. Segue, assim, a hipótese levantada neste estudo.

1.1. HIPÓTESE

O embasamento hipotético deste trabalho compreende a ideia de que os fraseologismos demonstram certos padrões de equivalência entre as línguas pesquisadas, mesmo quando o sentido dos fraseologismos não pode ser previsto pela soma dos seus constituintes. Esses padrões podem ser apontados mediante identificação de seus núcleos eventivos na língua de partida, bem como a partir de fórmulas estereotipadas, desde que sejam sistematizados, juntamente com seus equivalentes na língua de chegada, em *corpora* paralelos. Assim, tornam-se passíveis de análise dentro de suas particularidades da linguagem de especialidade abordada nesta pesquisa: a linguagem jurídica.

Nesse sentido, a extração dos fraseologismos é favorecida pela base teórica, pela observação empírica dos documentos que compõem os *corpora* e pelo uso de ferramentas computacionais, com o intuito de responder os questionamentos de como funciona a equivalência dos fraseologismos nas traduções e de como adequá-los ao contexto jurídico na língua portuguesa.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é identificar e analisar os fraseologismos em procurações submetidas à tradução juramentada, redigidas originalmente em inglês, e suas respectivas traduções para o português do Brasil.

1.2.2. Objetivos Específicos

- a) Identificar os fraseologismos mais frequentes em procurações redigidas em inglês e suas respectivas traduções juramentadas para o português;
- b) Analisar os fraseologismos em inglês de maior frequência nos textos de partida com seus equivalentes em português nos textos de língua-alvo;

- c) Verificar se os equivalentes escolhidos pelos tradutores relacionam-se com o contexto jurídico da língua de chegada;
- d) Averiguar a eficiência das ferramentas computacionais de análise de *corpora AntConc* e *AntPConc* em textos especializados no âmbito jurídico.

1.3. JUSTIFICATIVA

A relevância dessa investigação baseia-se na importância do tipo de texto – procuração – que, no contexto das traduções juramentadas realizadas no Brasil, aperfeiçoa determinadas relações jurídicas, a exemplo de compras de bens, da efetivação de transações bancárias, entre outros. Em tempos em que o crescimento do número de relações comerciais, sociais e jurídicas internacionais é célere, é necessário que o tradutor juramentado conheça tanto a língua de partida quanto a língua de chegada, além de ter conhecimentos acerca das combinações de palavras.

A presente investigação teve como motivação inicial a curiosidade em relação à tradução juramentada (TJ), que nos fez observar que os textos escolhidos possuíam construções recorrentes que se mostravam complexas na tradução para a língua-alvo. Outrossim, cabe mencionar a relevância da área, a constatação da carência de sua pesquisa e, de maneira especial, as novas perspectivas de fraseologismos na atualidade.

A importância desta pesquisa pode ser pleiteada em dois níveis: o teórico e o prático. Para os Estudos da Tradução, oferece uma investigação sobre temas que clamam a atenção do tradutor: a equivalência dos fraseologismos e como adequá-los ao contexto jurídico em português; em termos práticos, espera-se que esses subsídios teóricos possam auxiliar esses profissionais nos procedimentos na prática tradutória do tipo de documento e do assunto estudado.

1.4. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está dividida em três capítulos principais. No primeiro, apresentamos os pressupostos teóricos adotados para o desenvolvimento da presente investigação, abordando questões sobre fraseologismos, critérios para sua identificação e análise, e como se procedeu ao levantamento deles nos *corpora*, com base na proposta de Cleci Bevilacqua (2004). Para tanto, abordamos, ainda, os conceitos de fraseologismo da língua comum para chegar às propostas de tratamento da fraseologia da linguagem de especialidade. Aspectos socioculturais e as noções de equivalência também são discutidos. Em seguida, discorremos sobre o tipo de texto procuração e suas características, assim como a tradução juramentada no Brasil.

O segundo capítulo é dedicado à descrição da metodologia, na qual detalhamos os elementos práticos e teóricos que utilizamos para a realização deste trabalho. Começamos pelos motivos que nos levaram a escolher a procuração como objeto de estudo, como adquirimos o material e discutimos a aplicação dos critérios para classificação dos *corpora*. Em seguida, é dada uma abordagem aos procedimentos de identificação e análise dos fraseologismos, bem como à seleção dos instrumentos utilizados para a coleta dos dados.

A discussão e a análise dos dados obtidos são exibidas no terceiro capítulo, no qual são realizadas reflexões com base nos resultados alcançados a partir da aplicação da metodologia. Antes da apresentação da análise dos fraseologismos, fez-se necessário observar a estrutura encontrada nas procurações, a fim de entender as especificidades deste tipo de documento. Só então partimos para a análise dos fraseologismos identificados, juntamente com seus equivalentes de maior frequência.

Na última parte, constam as considerações finais, que são fundadas nas respostas aos objetivos propostos e nas suas implicações. Nessa seção, expomos reflexões acerca das contribuições que esta pesquisa oferece sob o viés teórico e [prático] no que se refere aos fraseologismos da linguagem de especialidade encontrados nos documentos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. FRASEOLOGIA

No que concerne às pesquisas sobre Fraseologia, é importante que se concebam teorizações que de fato dialoguem com o mundo, uma vez que é por meio das experiências cotidianas, da sabedoria de um povo e da sua cultura que a linguagem se manifesta (ORTÍZ ÁLVAREZ E HUELVA UNTERNBÄUMEN, 2011, p. 7). A linguagem revela uma infinidade de novas escolhas linguísticas e novas expressões que retratam os dizeres de cada sociedade. Pela linguagem, todas essas escolhas se delimitam e se constituem no ambiente social de cada indivíduo. Maria Luísa Ortíz Álvarez (2011, p. 122) pontua que a linguagem é um acontecimento que não representa apenas a fala humana, mas tudo aquilo que cerca o indivíduo e lhe transmite informações sobre seu mundo e diferentes culturas. Nesse sentido,

O léxico de uma língua não só está composto de palavras de acesso fácil, ele também se nutre de frases que formam parte da sabedoria popular e que expressam emoções, sentimentos, sutilezas do pensamento do falante nativo de uma determinada língua alvo (ORTÍZ ÁLVAREZ, 2011 p. 123).

Nessa conjuntura, o fraseologismo tem importância significativa para o entendimento dos signos linguísticos de uma determinada língua, já que esta não pode ser concebida sem que seja levada em conta sua relação com os aspectos sociais, morais, políticos de uma comunidade linguística. De acordo com Anthony Cowie (1998, p. 57), existe uma relação empírica entre a noção de relatividade linguística e a de relatividade linguístico-cultural, em que se julga que a cultura deve estar implementada no conteúdo das expressões linguísticas e transmitida por gerações mediante normas de uso da língua. Dessa forma, a linguagem pode ser entendida como um caminho fundamental na contribuição para a formação de uma identidade cultural coletiva.

Neste trabalho, após estabelecimento de uma base conceitual, optamos pela denominação “fraseologismos” para designar as unidades linguísticas que constituem o objeto de estudo da Fraseologia, por considerarmos o termo suficiente para abarcar fórmulas de rotina ou cristalizada, estruturas fixas e semifixas, colocações e frases feitas.

2.1.1. Abordagem conceitual de fraseologismos

Os estudos fraseológicos têm percorrido uma longa jornada, de maneira que são pesquisados com base em diferentes aspectos que abrangem desde os linguistas estruturalistas, os gerativistas, até os cognitivistas. Com a observação da complexidade decorrente das características dos itens fraseológicos, nota-se a existência de controvérsias em relação à delimitação e à classificação dos fraseologismos, assim como a diversidade de nomes e conceitos sobre o tema, que estão diretamente ligados ao pensamento de seus autores.

Cleci Bevilacqua (1996), em sua dissertação de Mestrado, cita que as fraseologias recebem denominações diferentes consoantes da corrente de pesquisa do autor que trata o assunto. A autora pontua que

[...] para alguns autores, a fraseologia limita-se às expressões idiomáticas próprias de uma língua; outros consideram que ela inclui os provérbios, os ditos, as locuções e as lexias compostas. Há ainda quem considere que tais unidades possuam tamanhos extremamente variáveis, podendo incluir palavras, grupos de palavras, de termos, locuções, expressões, orações, seguimentos de frases, frases, conjunto de frases e assim por diante. (BEVILACQUA, 1996, p. 9).

Para Ortíz Álvarez (2011, p. 122), o interesse crescente nos últimos anos pela Fraseologia, devidamente pesquisada com base em diferentes enfoques, permitiu a criação de uma teoria fraseológica que discute a diversidade de combinações, a classificação e a delimitação das unidades que a integram. A pesquisadora (2011, p. 15) afirma que há autores que consideram que os estudos fraseológicos abrangem os provérbios, locuções, gírias, colocações, frases feitas, entre outros. Ainda segundo Ortíz Álvarez, outros autores limitam o entendimento da Fraseologia às expressões idiomáticas, sem que seja estabelecida qualquer diferenciação entre esses termos. Desse modo, a Fraseologia não possui limites claros, em razão da heterogeneidade manifestada em maior ou menor grau nas unidades que a compõem, além de dependerem de serem reconhecidas conforme o ponto do pesquisador sobre o fenômeno linguístico analisado.

Apesar das dificuldades em conseguir um consenso entre os pesquisadores acerca dos fraseologismos, a maioria dos autores concorda com a ideia de que unidades fraseológicas são formadas por combinações de elementos linguísticos. Ortíz Álvarez e Huelva Unternbäumen (2011, p. 9), por exemplo, conceituam Fraseologia abordando essa visão:

[...] [A Fraseologia é a] ciência que estuda as combinações de elementos linguísticos de uma determinada língua, relacionados semântica e sintaticamente, cujo significado é dado pelo conjunto de seus elementos e não pertencem a uma categoria gramatical específica. Nela se incluem todas as combinações em que os componentes são geralmente estáveis (em alguns casos a estabilidade é parcial permitindo algumas alterações, que não mudam o significado total da expressão) e possuem traços metafóricos (ORTÍZ ÁLVAREZ e HUELVA UNTERNBÄUMEN, 2011, p. 9).

Ao falar, utilizamos estruturas sintáticas, gramaticais e semânticas que não são construídas de maneira individual, mas com base na consagração de seu uso por falantes de uma comunidade linguística. Um fator que constata o uso de determinado item fraseológico é a frequência com que é utilizado. Claudia Maria Xatara e Wanda Oliveira (2002, p. 125) reforçam que a frequência do emprego de uma expressão idiomática, que representa um tipo de fraseologismo, pela comunidade dos falantes a cristaliza em um idioma, tornando-a estável em significação, o que possibilita sua transmissão às gerações seguintes.

Dessa maneira, para que alguns fraseologismos se constituam, é necessário que exista a repetição, a combinação de palavras e seu uso geral e comum na comunidade falante. Essa combinação de palavras, com o tempo, adquire seu caráter de expressão fixa ou semifixa, seja em um discurso formal, seja informal. Alfredo Rodríguez (2000, p. 127) ressalta que a Fraseologia é o “discurso repetido que inclui todos os tipos de expressões fixas, que são unidades linguísticas não substituíveis ou recambiáveis pelas regras da língua atual”. De maneira geral, parece correto afirmar que a existência de fraseologismos nos textos comuns e de especialidade expressam uma característica cultural.

René Strehler (2009, p. 9) acredita que fraseologismos são “ocorrências compostas de duas ou mais unidades lexicais consagradas pelo uso por uma comunidade linguística”. O autor explica que, em relação à forma, essa definição corresponde a uma realidade linguística bastante ampla que abrange desde, por exemplo, locuções prepositivas até provérbios. Tais provérbios têm valor de texto, isto é, não precisam, numa atualização eventual, de nenhuma adaptação ao discurso. Os fraseologismos comumente chamados idiomatismos ou colocações, por sua vez, são ajustados ao contexto discursivo. Para exemplificar a diferença, o autor cita o provérbio “boi sonso é que arromba cerca”, que não precisa de ajustes para ser atualizado; mas, no caso de “vestir o pijama de madeira”, um falante deve informar o sujeito de “vestir” e empregar o tempo verbal apropriado (STREHLER, 2009, p.10).

Ainda de acordo com Strehler (2009, p.10), os fraseologismos podem construir-se como unidades lexicais de maneira formal ou informal para difundir um significado, e quando aparecem em um determinado idioma, herdam o conteúdo cultural dessas unidades. Nesse sentido, fraseologismos se constroem com semas inerentes ou aferentes. Ademais, o autor destaca que a língua reflete a cultura dos falantes por meio de aspectos lexicológicos e terminológicos próprios, de modo que “quando os fraseologismos aparecem na fala, são culturalmente marcados, antes de tudo, pela escolha, consciente ou não, de unidades lexicais que permitem chegar a um referente extralinguístico”. (STREHLER 2009, p. 11).

2.1.2. Aspectos lexicológicos e terminológicos nos fraseologismos

Com os avanços nos estudos fraseológicos em diferentes contextos, a relação entre a Fraseologia, Lexicologia e Terminologia tem, cada vez mais, contribuído para o estudo voltado ao diálogo e intercâmbio entre as áreas do saber. De acordo com Herbert Welker (2004, p. 162), a Fraseologia constitui uma “ciência paralela à lexicologia” e também pode ser concebida como “o conjunto dos fraseologismos”; ou seja, é uma área da Lexicologia que trata dos fraseologismos. O autor denota que, quando falamos em Fraseologia, é preciso ter em mente a concepção de disciplina, de ciência enquanto linha de investigação, além da ideia de fraseologia como conjunto de fraseologismos ou apenas UF.

Segundo Strehler (2002, p. 20), a Lexicologia habitualmente define-se como a disciplina que estuda os léxicos e os vocabulários. A distinção estabelecida entre léxico e vocabulários baseia-se na dicotomia saussuriana entre língua e fala. O léxico é concebido como um conjunto de palavras de uma determinada língua, sendo analisado pela lexicografia como um todo, enquanto os vocabulários podem ser observados na fala que constitui o ponto de partida do levantamento do vocabulário.

No que tange à área terminológica, há um crescente número de textos especializados com itens fraseológicos, o que resulta, também, no crescimento do interesse da Terminologia pela Fraseologia Especializada, já que tanto a Terminologia quanto a Fraseologia são unidades transmissoras de conhecimento que extrapolam os limites do termo. Krieger e Finatto (2004, p. 85) salientam que certo interesse acontece

por revelar em textos, elementos essenciais nas comunicações profissionais. As autoras adotam duas tendências na conceituação de Fraseologia Especializada:

[a] primeira tendência define as unidades fraseológicas como colocações, compreendendo-as como combinações pluriverbais fixas ou semifixas formadas basicamente por duas unidades léxicas. Nessa visão, a fraseologia aproxima-se dos sintagmas terminológicos a exemplo de anulação de contrato (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 86).

De maneira geral, as autoras reiteram que as estruturas morfossintáticas de reconhecimento das unidades fraseológicas também são as mesmas da língua comum; o que as diferencia é que, na linguagem especializada, elas incluem desde termos complexos até unidades maiores, enquanto que, na língua comum, não há a inclusão de um termo na fraseologia.

Nesse contexto, Gouadec (1994, p. 173) afirma que a terminologia designa objetos, enquanto a fraseologia formula relações. Nessa concepção, cabe à terminologia definir o que os termos designam e como eles se comportam e à fraseologia explicar o que as expressões significam, para que elas servem e como se comportam. Nessa perspectiva, “a terminologia, enquanto conjunto de termos, reagrupa todas as formas de designação, enquanto a fraseologia constitui um conjunto de expressões ou formulações” (GOUADEC, 1994, p. 172).

2.1.3. Fraseologismos da Língua Comum

Quando nos referimos à língua comum, estamos falando da linguagem que é usada pelos falantes de uma comunidade linguística em situações de comunicação informal, sem orientação específica dada por algum campo do saber. Conforme a definição de Silva Pavel (2003 p. 17), a língua comum é a que usamos no cotidiano, enquanto a linguagem de especialidade é usada com base em um vocabulário e em usos linguísticos específicos de uma determinada área, proporcionando, assim, uma comunicação fluida e sem ambiguidade.

Em relação aos fraseologismos, elencamos algumas correntes teóricas de pesquisadores como Saussure (1988), Bally (1951) e Corpas Pastor (1996) que deram grande contribuição para os estudos fraseológicos e impulsionaram a Fraseologia da Língua Comum. Nesse contexto, Saussure, no livro *Curso de Linguística Geral* (1988 [1916]), afirma que falamos por agrupamentos, não por signos isolados, ou seja, por

[...] sintagmas compostos por duas ou mais unidades consecutivas que estabelecem um encadeamento de caráter linear. Os sintagmas podem corresponder a palavras, a grupos de palavras, a unidades complexas de toda dimensão e de toda espécie como as palavras compostas, derivadas, membros de frases e frases inteiras. (SAUSSURE, 1988, p.148).

O autor expõe que as unidades fraseológicas seguem agrupadas, pois não são fatos de fala que dependem do exercício livre dos indivíduos, mas das combinações sintagmáticas, fatos de língua, impostos pelo uso coletivo. O autor defende, ainda, o conceito de aglutinação, ao defini-lo como “junção de duas palavras”, pois, para a constituição de agrupamentos são necessárias as relações sintagmáticas. Essa noção de relações sintagmáticas é retomada por diversos autores como Charles Bally (1951), por exemplo.

Charles Bally deixou uma grande contribuição aos estudos da Fraseologia em obras como *Traité de Stylistique Française* (1951 [1909]), que impulsionou outros trabalhos que deram origem a novos conceitos. Ele afirma que a língua ocorre e é assimilada com base em associações de palavras. Segundo Bally (1951, p. 67), quando essa associação é recorrente, trata-se de uma “locução fraseológica”, que pode tanto se decompor “imediatamente após ter sido criada e as palavras que a integram adquirem de novo plena liberdade para constituir outras combinações” quanto possuir um caráter constante na expressão de uma ideia. O linguista considera que a frequência é um dos critérios para o reconhecimento das locuções fraseológicas e que há diferentes graus de fixação para essas locuções (BALLY, 1951, p. 67).

Gloria Corpas Pastor é uma autora de várias obras importantes para conceituação de Fraseologia, dentre as quais pode-se destacar o *Manual de Fraseología española* (1996). Nessa obra, a autora demonstra a classificação de colocações, de locuções e de enunciados fraseológicos e lista as características linguísticas das UFs. A autora define as UFs como:

[...] unidades formadas por mais de duas palavras em seu limite inferior, cujo o limite superior situa-se no nível de um período composto. [...] as unidades fraseológicas se caracterizam por sua alta frequência de uso e de coaparição de seus elementos integrantes; por sua institucionalização, no sentido de fixação e especialização semântica; por sua idiomatidade e variação; assim como pelo grau no qual todos esses aspectos se manifestam (PASTOR, 1996, 22)¹.

¹ Tradução livre de Pastor (1996, p. 22): “*son unidades léxicas formadas por más de dos palabras gráficas en su limite inferior, cuyo limite superior se sitúa en el nivel de la oración compuesta. [...] las unidades fraseológicas se caracterizan por su alta frecuencia de uso y de coaparición de sus elementos integrantes;*”

Expressões formadas por várias palavras, as UFs caracterizam-se por serem estáveis e estarem previamente estabelecidas; por apresentarem certa particularidade sintática ou semântica e pela possibilidade de variação de seus elementos integrantes, seja como variantes lexicalizadas na língua, seja como modificações ocasionais no contexto. No Brasil, há um número crescente de pesquisadores que contribuem para o avanço dos estudos fraseológicos da língua comum, como Stella E. O. Tagnin (1989,1998) Cláudia Maria Xatara (1994, 1998), Maria Luísa Ortíz Álvarez (2000, 2002, 2007), René Gottlieb Strehler (2002), entre outros.

As pesquisas de Xatara (1998, p. 149) são voltadas a um tipo de fraseologismo: as expressões idiomáticas, definidas como “uma lexia complexa indecomponível, conotativa e cristalizada em um idioma pela tradição cultural”. Conforme a autora, “complexa” porque tem uma unidade locucional ou frasal; “indecomponível” porque constitui uma combinatória fixa; “conotativa”, já que sua interpretação semântica corresponde a pelo menos um primeiro nível de abstração calculado a partir da soma de seus elementos, sem considerar os significados individuais; “cristalizada” porque sua significação é estável, em razão da frequência de emprego.

Quanto ao provérbio, outro tipo de fraseologismo, Xatara (1998, p. 80) enfatiza que se trata de:

[uma] unidade léxica fraseológica, fixa e, consagrada por determinada comunidade linguística, recolhe experiências vivenciadas em comum e as fórmulas como um enunciado conotativo, sucinto e completo, empregado com a função de ensinar, aconselhar, consolar, advertir, reprender, persuadir ou até mesmo praguejar (XATARA, 2011, p.80).

Na mesma linha de pensamento, a pesquisadora Ortíz Álvarez (cf. 2000, 2008) destaca a importância da fraseologia para descrever as experiências cotidianas e a cultura (sabedoria) de um povo. No que concerne às expressões idiomáticas, a autora acredita que “podem corresponder numa outra língua, a uma formulação idêntica, semelhante ou bastante diferente, que dê conta de visões do mundo divergentes ou não, respeitando as especificidades culturais, sociais e linguísticas de cada povo” (ORTÍZ ÁLVAREZ, 2011, p. 121).

por su institucionalización, entendida em términos de fijación y especialización semántica; por su idiomática y variación; así como por el grado em el cual se dan todos estos aspectos”.

René Strehler (2002) faz uma reflexão acerca dos limites entre unidade de fala e unidade de sistema no que se refere à Fraseologia. Afirma que o fraseologismo, inserido em um sistema linguístico contemporâneo, outrora não continha contexto léxico nem fora estabilizada pelo uso. O autor faz, ainda, uma reflexão sobre os fraseologismos nos dicionários de língua comum e ressalta as dificuldades de encontrar estas estruturas em obras lexicográficas.

Esta pesquisa está inserida no campo dos fraseologismos de língua de especialidade, pois selecionamos um domínio específico, o do Direito, que conta com terminologias e fraseologias próprias, empregadas, normalmente, pelos especialistas da área em situações específicas de comunicação, visando à troca de informações técnicas ou científicas. Não se deve perder de vista, porém, que todo estudo sobre a língua de especialidade se alicerça sobre o da língua comum (BEVILACQUA, 1996, p. 19). Fez-se necessário, portanto, conhecer brevemente os fraseologismos da língua comum a fim de compreendermos o desenvolvimento dos conhecimentos na área.

2.1.4. Fraseologismos da Linguagem de Especialidade

Os estudiosos da Fraseologia da Linguagem de Especialidade (FLE) retomam, por vezes, conceitos da Fraseologia da Língua Comum (FLC), pois estes também fazem parte das suas conceituações. O critério de pluriverbalidade representa essa prática, já que corresponde a uma formulação linguística que comporta mais de uma palavra, o que caracteriza as estruturas fraseológicas. “A diferença básica entre FLC e FLE, em relação a esse critério é que esta última apresenta, entre seus elementos constituintes, um termo ou unidade terminológica (UT), considerado como seu núcleo” (BEVILACQUA, 1996, p. 35).

No que se refere a linguagem de especialidade, Maria Teresa Cabré (1993, p. 270) salienta que a especialização da linguagem se relaciona tanto à especificidade do tema quanto à especificidade da comunicação. Se, por um lado, a especialização do tema refere-se às linhas específicas de uma atividade, por outro, a especialização da comunicação diz respeito ao conjunto de fatores que compõe a comunicação, tais como interlocutores, fins e circunstâncias da situação.

A Fraseologia, para Krieger e Finatto (2004), é uma estrutura linguística estereotipada que conduz a uma interpretação semântica independente da estruturação dos constituintes formais. Enquadram-se nessa estrutura as expressões idiomáticas, os provérbios e as frases feitas utilizadas nas línguas comuns. Além de frases feitas constituídas por locuções verbais e nominais, há também as frases usadas como fórmulas que abrem ou fecham determinados gêneros textuais, como aberturas e fechamentos de cartas formais. Incluem-se todos os gêneros textuais que fazem uso de fórmulas fixas com valores sociais e pragmáticos convencionais muito típicos que não podem ser transgredidos. Essas unidades têm função importante de integrar a comunicação humana ao plano da interlocução de áreas temáticas, tanto no plano geral quanto no mais específico. Para Krieger e Finatto (2004, p. 84):

Tais unidades integram as comunicações humanas tanto no plano da interlocução que envolve temáticas gerais, quanto no das temáticas especializadas. Dessa forma, conforme o contexto comunicacional, fala-se em fraseologia da língua geral ou em fraseologia especializada.

Nesse viés, Bevilacqua também destaca a distinção entre os fraseologismos da língua comum em relação aos da linguagem de especialidade, pois, segundo a pesquisadora, os da linguagem de especialidade contêm expressões típicas de uma dada área, que “incluem desde termos complexos ou sintagmáticos (*e.g. fractal complexo, ataque cardíaco*) até unidades maiores (*e.g. cometer crime ambiental*) [...]” (BEVILACQUA, 2005, p.80). Na língua comum, contudo, não circulam léxicos tão específicos.

A autora classifica a segunda tendência citada por Kriger e Finatto na conceituação da fraseologia como terminológica, uma vez que um dos elementos constituintes da unidade fraseológica é um termo. Desse modo, identificam-se as unidades fraseológicas com base na presença de termo e não dos padrões morfossintáticos, apesar de esses também serem estabelecidos. No que corresponde ao entendimento dos fraseologismos especializados, as autoras Silveira e Bevilacqua (2008, p. 2) definem-nos como:

Expressões sintagmáticas que incluem entre seus elementos uma unidade terminológica, no mínimo, considerada como núcleo da unidade. Além disso, podem possuir graus variados de fixação (fixas ou semifixas) e têm uma frequência relevante em determinado âmbito. Portanto, se constituem como unidades que representam e transmitem conhecimento especializado, caracterizando os textos de determinada área.

Além dos pesquisadores citados acima, há, dentro dessas perspectivas, autores como Cabré (1993), Pesant e Thibault (1993), Esther Blais (1993) e Gouadec (1994). Blais (1993, p. 52), por exemplo, refere-se aos fraseologismos como UF e as define como: "combinação de elementos linguísticos, própria a um domínio de especialidade, em que um deles é um termo núcleo, relacionados semântica e sintaticamente e para os quais existe uma restrição paradigmática"². Dessa forma, afirma que o fraseologismo está situado entre o termo e a frase. Com uma concepção semelhante, Pavel (1993) refere-se à fraseologia como a combinatória sintagmática das unidades terminológicas. Estas advêm de uma estrutura conceitual coerente ou componentes de uma estrutura conceitual maior, também coerente. A autora considera essas unidades como núcleos coocorrentes usuais ou privilegiadas nos textos de uma determinada especialidade (PAVEL, 1993, p. 69). As duas pesquisadoras sustentam que os fraseologismos devem apresentar diversos graus de fixidez, de frequência e de especialização.

A abordagem estabelecida por Daniel Gouadec (1994) encara as unidades fraseológicas como redes especializadas de caracteres, utilizadas em um contexto específico. Nesse âmbito, os critérios pragmático-discursivos propostos por esse autor permitem a identificação dos fraseologismos em determinada situação discursiva. O autor define unidades fraseológicas como redes formadas a partir de caracteres especializados, empregadas de maneira sistemática em um domínio conceitual próprio ou, ainda, em situações comunicativas particularizadas. Acrescenta ainda que

[a] terminologia designa objetos enquanto a fraseologia formula relações. Fazer terminologia é definir o que os termos designam e como eles se comportam. Fazer fraseologia é explicar o que as expressões significam, para que elas servem e como se comportam (GOUADEC, 1994, p. 173).

Gouadec (1994, p. 173) elege dois critérios principais que devem ser considerados para identificação dos fraseologismos: o primeiro refere-se à estereotipia, que se origina das condições de utilização das redes de caracteres. Além disso a estereotipia possui relação com fatores como a área de aplicação, o tipo de documento, de locutor, de circunstância de utilização ou de repetição pura ou moderada. O segundo diz respeito à frequência, que é representada pelo número de ocorrências de uma unidade

² Tradução livre de Blais (1993, p. 52): *Combinaison d'éléments linguistiques propre à un domaine de spécialité, dont l'un est un terme noyau, qui sont liés sémantiquement et syntaxiquement et pour lesquels il existe une contrainte paradigmaticque.*

dentro de um determinado domínio ou área. Tomando como referência a proposta de Gouadec (1994) quanto aos critérios de frequência e de estereotipia para o reconhecimento de fraseologismos, Cleci Bevilacqua (2004) também desenvolveu uma proposição que considera indispensáveis estes critérios para a identificação das UF que abordamos nesta pesquisa.

2.1.5. Os critérios de Cleci Bevilacqua

Cleci Bevilacqua (2004, 2005) afirma que as fraseologias especializadas representam, por sua constituição, ações e processos próprios de determinada área. A autora define Unidades Fraseológicas Especializadas (UFE) como

[...] unidades formadas por um núcleo eventivo, considerado como tal por ser de base verbal ou derivada de verbo (nominalização ou particípio), e por um núcleo terminológico (termo). Entre estes dois núcleos se estabelecem relações sintáticas, mas principalmente semânticas, determinadas pelas propriedades do texto em que são utilizadas. Portanto, são unidades que se conformam no e pelo texto em que são utilizadas. Cumprem, tal como os termos, a função de representar e transmitir conhecimento especializado. (BEVILACQUA, 2004, p.16).³

Bevilacqua (2004, 2005) explica, ainda, que o núcleo eventivo (NE) corresponde a uma categoria verbal ou derivada de verbo (verbo, nominalização ou particípio) e denota atividades e processos próprios de determinada área de conhecimento ou temática, o que forma as Unidades Fraseológicas Especializadas Eventivas (UFE).

Vale ressaltar que, segundo a pesquisadora, existem outras unidades sintagmáticas que se distinguem das UFE. São elas: Unidades Terminológicas Sintagmáticas, que têm representatividade a partir do texto especializado, valor referencial e caráter denominativo; Unidades Sintagmáticas Discursivas, cuja função discursiva está atrelada ao tipo de texto e não à temática do texto e as Unidades sintagmáticas livres, que “não possuem um verbo que possa adquirir valor especializado e que não assumem valor especializado como unidade” (BEVILACQUA, 2004, p.18).

³ Tradução livre de Cleci Bevilacqua (2004, 2005): “UFE: son unidades de significación especializada sintagmáticas, que están formadas por un NT (UT simple o sintagmática) y por un NE (verbo, nombre de verbal o participio derivado del verbo), que representan las actividades y procesos específicos de un ámbito. Son, pues, dependientes de un área temática, poseen un determinado grado de fijación interna y tienen una frecuencia relevante en los textos de un ámbito especializado.”

Após seus resultados de investigação, a partir de vários trabalhos que abordam a fraseologia, tais como Gouadec (1994); Lorente y Estopà (1996) e Cabré (2001), entre outros, Bevilacqua elege um conjunto de critérios iniciais aplicados para o reconhecimento das UFE. São eles:

I. Critérios semânticos:

- a) inclusão de, no mínimo, uma unidade terminológica (UT) simples ou sintagmática referente à área jurídica (*procurador, ato, leis, etc.*);⁴
- b) inclusão de um elemento eventivo em forma de verbo ou de nominalização que represente as ações e processos caracterizadores do Direito (*saber, nomear, agir etc.*).

II. Critérios quantitativos:

- a) frequência relevante: a frequência em textos de âmbito especializado ajuda a identificar as estruturas que têm uma ocorrência significativa próprias da área.

III. Critérios pragmático-discursivos:

- a) fixação temática: é por conter um termo de uma área específica e um NE que se refere aos processos e ações dessa área que uma unidade representa o conhecimento de uma especialidade e adquire, conseqüentemente, valor especializado (BEVILACQUA, 2005, p. 3).
- b) fixação pelas propriedades pragmático-discursivas do texto especializado: esse item refere-se ao uso em um âmbito específico. É uma propriedade que identifica o uso de uma UFE como própria de um âmbito e, em alguns casos, a área que determina sua prototipicidade, como no caso do discurso jurídico, como os

⁴ A autora ressalta que para muitos autores a UT é o ponto de partida para a identificação da UFE, por ser um elemento que confere valor especializado a unidade.

exemplos: “realizar todo e qualquer ato”, “dar causa a que”. Tais unidades estabelecem-se no discurso em que ocorrem, passando a ter valor especializado a partir das características do texto em que são empregadas, principalmente pelos aspectos pragmáticos como o contexto e a circunstância em que a comunicação é realizada (interlocutores envolvidos, graus de especialização e finalidade dos textos). A autora sustenta que levar em consideração a fixação determinada pelas propriedades pragmático-discursivas dos textos ajuda a reconhecer as UFE.

- c) semicomposicionalidade: quando um dos elementos coocorrentes adquire um novo sentido a partir da associação a outro(s) elemento(s).
- d) composicionalidade: o sentido da fraseologia pode ser deduzida pelo significado de cada um dos elementos.

Bevilacqua (2004, p. 30) observa que alguns critérios não são obrigatórios e, a depender da linha teórica que se siga, podem ser excluídos, como, por exemplo, a semicomposicionalidade e a composicionalidade. Outros, porém, são essenciais, como o índice relevante de frequência, o grau de fixação e o seu uso em um âmbito especializado.

Esta pesquisa utiliza como ponto de partida os critérios acima expostos. Esses critérios servem de base para a identificação e análise dos fraseologismos nos nossos *corpora*. O tópico seguinte trata dos fraseologismos no âmbito da tradução, uma vez que nossa pesquisa se dá em um ambiente de produção de texto especializado da área jurídica de uma língua para outra e visa observar como as estruturas fraseológicas são apresentadas em ambas as línguas.

2.2. A TRADUÇÃO DOS FRASEOLOGISMOS

A tradução revela aos falantes de um idioma outra língua, cultura e costumes. De acordo com o dicionário Houaiss (2009), traduzir é “transportar de uma língua para outra” ou, ainda, “tornar conhecido ou compreensível; explicar, explanar”. Em latim, a palavra *traductione* significa o ato de conduzir além, de transferir. Na realidade, são vários os conceitos formulados por estudiosos do ramo de Estudos da Tradução.

Para o tradutor José Paulo Paes (1990, p. 65), traduzir é, na maior parte do tempo, uma ação artesanal, no qual o tradutor assumiria o papel de recriador, com uma posição necessariamente de inferioridade em relação ao criador. O autor designa o poeta/autor de criador e o tradutor de artesão. O primeiro contempla-se em fazer o melhor, enquanto o segundo outro vive angustiado pelo enalço interminável da tradução perfeita.

Paes (1990, p. 65) observa que, além da cultura e conhecimentos de línguas, o tradutor precisa ter certa familiaridade com os procedimentos tradutórios, seja pela sua prática, seja pela leitura regular de traduções, por vias das quais tenha adquirido uma noção de natureza e dos limites do traduzir.

Roman Jakobson (1995), por sua vez, destaca que a linguagem deve ser estudada em toda sua variedade de funções, sem excluir todas as manifestações, fatores externos e contexto. Nessa conjuntura, o tradutor deve buscar compreender os significados das palavras, sua estrutura e léxico linguístico específicos para, assim, poder transmiti-los. Tal acontecimento é denominado “fato linguístico”: faz-se necessário, portanto, conhecer o léxico da língua que será traduzida.

De acordo com Jakobson (1995, p. 64-65), a tradução pode constar de três meios: interlingual, intralingual e intersemiótica. Na tradução interlingual, ocorre a tradução de discurso indireto, no qual o tradutor recodifica e transmite uma mensagem recebida de outra fonte. Dessa forma, “a tradução envolve duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes” (JAKOBSON, 1995, p. 64). A segunda classe, intralingual, corresponde a uma “interpretação de signos verbais por meio de outros signos da mesma língua” (JAKOBSON, 1995, p. 64). Esses signos poderão ser considerados equivalentes nos casos em que houver uma combinação de unidades de códigos. A categoria interssemiótica representa a “interpretação de signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais” (JAKOBSON, 2007, p. 65).

É válido argumentar que a falta de um léxico correspondente não impede a tradução: a falta de conhecimento por parte do tradutor é o que o faz. Ressalta-se que sempre haverá uma forma de se comunicar e de se expressar na tradução (JAKOBSON, 1995, p. 66). Tal compreensão inclui a consciência do ato tradutório, no sentido de se observar dados da língua e suas especificidades. Não se deve, portanto, traduzir por traduzir, ao contrário: deve-se compreender que “a tradução está no núcleo da linguagem,

no universo da ‘comunicação’ que é o nosso, presente em todos os lugares” (OUSTINOFF, 2011, p. 72).

No âmbito da tradução dos fraseologismos, faz-se necessário levar em consideração as ideias expostas tanto por Paes quanto por Jakobson, além dos preceitos sugeridos por outros autores. Ademais, há de se ter em mente que o tradutor, ao traduzir estruturas fraseológicas – na medida em que não se trata de palavras isoladas, mas do conjunto de palavras que os formam – pode trazer consigo a história da língua e da cultura de um povo. O tradutor necessita reconhecer tais estruturas na língua fonte para poder transpor este fraseologismo para a língua-alvo.

Em *Tradução a ponte necessária* (1990), Paes conta sua experiência em ler um dicionário de expressões idiomáticas e um livro de provérbios, pois acredita que esses livros enriquecem o instrumental de trabalho do tradutor, facultando-lhe adentrar com passo mais firme o sertão da página fonte para chegar mais depressa, mas sem cortar caminho, ao oásis da página-alvo.

Cortar caminho, em tradução, significa quase sempre privar o leitor de alguns dos maiores encantos da travessia do texto. Isso acontece sobretudo quando, por não encontrar na língua alvo equivalente adequado para alguma expressão figurada do texto fonte, o tradutor se contenta em verter-lhe apenas o significado. Em tal pecado incorreria, por exemplo, quem, diante de um idiomatismo tal saboroso quanto o nosso “descascar o abacaxi” se contentasse em prosaicamente traduzi-lo por “*to solve a rough problem*”, deslembrando ou ignorante de que existe em inglês idiomatismo equivalente, não menos saboroso, qual seja “*to handle a hot potato*” (PAES, 1990, p. 50).

Caso o tradutor optasse, de imediato, por consultar os verbetes do dicionário, teria conseguido o equivalente para a expressão. Assim, esse exemplo reforça que para o processo de identificação do fraseologismo, o equivalente almejado deve produzir o mesmo efeito na língua de chegada que o original possuía na língua de partida, o que implica em uma longa reflexão do tradutor, já que essas estruturas normalmente não obedecem a um tipo de tradução usual pelos tradutores, como por exemplo, o procedimento de tradução palavra por palavra. Essas considerações devem ser analisadas tanto para os fraseologismos da língua comum quanto para os da linguagem especializada.

Adriane Orenha-Ottaiano (2009 p. 52) explica que a tradução das UFs presentes em textos detentores de linguagem de especialidade jurídica costuma ser tarefa árdua para o tradutor público e jurídico, em virtude dos vários aspectos de significado que podem

transmitir, pois não podem ser traduzidos apenas pelos seus elementos constitutivos. A autora pontua que é necessário identificar os blocos pré-fabricados, UFs, que funcionem, no discurso, como uma única palavra. É igualmente necessário conhecer a cultura e os sistemas jurídicos distintos.

No que se refere à tradução no contexto geral, vários autores sugeriram sistematizações de técnicas tradutórias que auxiliassem tradutores profissionais, investigando e categorizando os métodos de tradução em níveis, segundo o grau de complexidade apresentado, as características dos textos fonte, entre outros aspectos, que constam as modalidades de tradução. Essas sugestões são apresentadas a seguir.

2.2.1. Modalidades de tradução

Jean-Paul Vinay e Jean Darbelnet (1958) propuseram uma metodologia de tradução voltada à formação de tradutores profissionais. Os autores investigaram métodos de tradução em sete níveis, classificados segundo o grau de complexidade apresentados pelos diferentes procedimentos. Na prática, os métodos podem ser utilizados isolados ou conjuntamente. De acordo com os autores, em geral, os tradutores podem optar por dois métodos principais de tradução, a saber, a tradução direta ou literal e a tradução oblíqua. Esses dois métodos foram subdivididos nos referidos sete procedimentos: na tradução direta: o empréstimo, o calque – que é um tipo especial de empréstimo – e a tradução literal; na oblíqua: transposição, modulação, equivalência e adaptação.

Com base modelos de Vinay e Darbelnet (1958), Aubert (2004) elaborou procedimentos técnicos de tradução, denominadas modalidades de tradução. Reformuladas em 2006, essas modalidades passaram a constar as seguintes categorias: a) omissão; b) espelhamento, subdividido em empréstimos, decalque; c) literalidade, segmentado em transcrição, tradução literal, transposição, explicitação e d) equivalência, subdividida em implicitação, modulação e adaptação. O Quadro 1 a seguir compara ambas as sistematizações, para melhor entendimento das técnicas destes autores:

Quadro 1 – Procedimentos de tradução de Vinay e Darbelnet (1958) e Aubert (2006)

Vinay e Darbelnet (1958) Procedimentos Técnicos da Tradução		Aubert (2006) Modalidades de Tradução Revisadas	
Direta	Empréstimo	Espelhamento	Omissão
	Calque		Empréstimo
	Tradução Literal	Decalque	
Oblíqua	Transposição	Literalidade	Transcrição
			Palavra por palavra
			Transposição
	Modulação	Equivalência	Explicitação
	Equivalência		Implicitação
	Adaptação		Modulação
			Adaptação
		Tradução Intersemiótica	
		Erro	

Fonte: Goedert (2015, p. 67), com adaptações.

Para Aubert (2006, p. 48), a modalidade omissão é caracterizada quando trechos do texto fonte, bem como as informações trazidas consigo, impossibilitam sua representação no texto traduzido. O espelhamento é utilizado quando os trechos não apresentam alterações ou que, se existirem, são irrisórias, incluindo o empréstimo e o decalque. A modalidade empréstimo configura-se em “fragmentos do texto-fonte reproduzidos no texto-meta podendo estar destacados mediante marcadores específicos de empréstimo (aspas, itálico, negrito, etc.)” (AUBERT, 2006, p. 49). O método do decalque engloba o aportuguesamento de palavras estrangeiras, ou seja, a inserção de um empréstimo no sistema fonológico, grafológico e morfológico da língua de chegada.

Na categoria denominada literalidade, Aubert (2006, p. 49) reuniu as técnicas recorridas em traduções que não demonstram indícios de “ruído”, representados, para o autor, como a falta de coerência ou coesão e presença de erros gramaticais, com destaque para a transcrição, que envolve a inclusão de segmentos de texto que façam parte de ambas as línguas envolvidas (por exemplo: algarismos, fórmulas algébricas e similares). Ainda nessa categoria, a modalidade palavra por palavra advém quando se comparam trechos textuais, fonte e meta, ocasião em que devem ser observados alguns parâmetros

como: a manutenção do número de palavras; a preservação da ordem sintática. Dessa maneira, dirigem-se as categorias gramaticais próprias que contenham as opções lexicais que podem ser admitidas como sinônimos interlinguais num contexto específico. A explicitação corresponde a um esforço de resguardar a literalidade semântica, por meio do uso de construções “parafrásticas” variadas, capazes de admitir múltiplas formas. A exemplo, Aubert (2006, p. 49) cita que, em explicitações, recorre-se estruturas como: aposto explicativo, nota de rodapé ou de fim, glossário final, entre outros recursos.

Aubert (2006, p. 50) destaca, ainda, o grupo da equivalência: nesta classe, o tradutor assume sua presença ou ausência. A categoria compreende a implicação, definida como “o reverso da explicitação, em que informações explícitas contidas no texto fonte e identificáveis com determinado segmento textual, tornam-se referências implícitas” (AUBERT, 2006, p. 50). Outra subclasse de equivalência é a modulação, que consiste basicamente em demonstrar, de formas variadas, quando o sentido ou efeito for mantido, no entanto, houve um deslocamento perceptível na estrutura. A categoria adaptação ocorre quando a tradução se aproxima do limite da tradução, em decorrência de aspectos culturais, da necessidade de assimilação ou ainda devido à ausência de equivalente na cultura-alvo.

2.2.2. Noções de equivalências

O conceito de equivalência passou por várias mudanças ao longo da história dos estudos de tradução. Sua concepção é alterada à medida que surgem novos questionamentos, por parte dos pesquisadores, sobre o melhor enquadramento para este assunto, qual seja, a comparação de duas línguas pelo estabelecimento de equivalentes. Dentre os principais estudiosos da matéria, destacam-se Jakobson (1959), Eugene Nida (1964), Vinay e Darbelnet (1977), Peter Newmark (1981), Venuti (1995; 2002), entre outros.

Roman Jakobson (1959) utilizou pela primeira vez o termo equivalência na tradutologia. Para o autor, a tradução envolve duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes e “a equivalência na diferença é o problema principal da linguagem e a principal preocupação da Linguística” (JAKOBSON, 1969 p. 65). Nesse caso, a diferença entre as línguas representa um grande obstáculo nos processos de tradução.

Na visão de Vinay e Darbelnet (1977, p. 22), a técnica de tradução oblíqua, denominada equivalência, procura explicitar na tradução o mesmo efeito causado pelo texto original, quando possível, fugindo do literal. Dessa maneira, equivalência refere-se à substituição de um segmento do texto da língua original por outro segmento de texto traduzido que não segue, necessariamente, a literalidade, mas que lhe sirva de equivalente. Assim consta, para os autores:

[a técnica] é utilizada em casos onde as duas línguas em confronto dão conta da mesma situação [por meio] de meios estilísticos e estruturais totalmente diversos. Assim sendo, será empregada primordialmente para a tradução do repertório fraseológico, dos idiotismos, clichês, provérbios, interjeições e onomatopeias (VINAY e DARBELNET, 1977, p. 22).

Anteriormente, Eugene Nida (1964) havia organizado esse tipo de tradução em um modelo com duas vertentes: equivalência formal, voltada ao conteúdo e à forma da mensagem do texto original, preocupando-se em manter a correspondência estilística de frase para frase e de conceito para conceito do texto original para o texto traduzido; e equivalência dinâmica, que visa alcançar a naturalidade na expressão da mensagem do texto original, de modo que o leitor encontre elementos extralinguísticos relevantes em sua própria cultura. Por outro lado, Newmark (1981) aponta que há equívocos de tradução por equivalência, pois não se consideram as funções da linguagem presentes em um determinado texto, tampouco a finalidade desse texto.

Lawrence Venuti (2002, p. 27) opta por dois procedimentos tradutórios distintos. A “estrangeiridade do texto” admite heterogeneidade das línguas. A propensão de invisibilidade do tradutor em um texto, responsável por levar à “domesticação” do texto de partida, objetiva a ampliação da capacidade de acolhimento do texto de chegada na cultura local, eliminando, portanto, as marcas da língua estrangeira.

Heloísa Gonçalves Barbosa (2004) também faz reflexões acerca da equivalência na tradução. A autora faz uma proposta baseada na tradução oblíqua, bem como na tradução direta, ou literal, descritas pelos autores citados anteriormente. Na obra, a autora procura identificar os principais conflitos entre as técnicas de tradução, buscando, também, compará-las para uma reestruturação que possa transferir significados de um código linguístico para outro de maneira eficiente.

Ainda sobre equivalência, no escopo da tradução de textos constituídos sob a modalidade da tradução juramentada, Aubert (2001, p. 43) salienta que haveria de se esperar uma tradução cuja postura se voltasse mais à literalidade formal ou de conteúdo. Essa perspectiva resultaria em soluções de tradução mais diretas do que as de tradução oblíqua (VINAY; DARBELNET, 1958, 1977); transposições e explicitações mais do que de modulações ou adaptações (AUBERT, 1998b); semânticas mais do que comunicativas (NEWMARK, 1981); estrangeirizadoras mais do que domesticadoras (VENUTTI, 1995, 2002). Contudo, o tipo e o conteúdo dos textos mais regularmente submetidos à tradução juramentada, de acordo com Aubert (2005), são de natureza institucional ou jurídica (documentos pessoais, históricos escolares e diplomas, procurações, instrumentos contratuais, títulos mobiliários), com tendência a incluir marcadores muito específicos da língua e da cultura de partida. Para o autor (1998, p. 43), “essa é uma configuração que, em outros modos de tradução, faz o processo tradutório pender para soluções oblíquas (modulações e adaptações)”.

Essa constatação reforça a hipótese de que, na tradução juramentada, deparamo-nos com uma situação potencialmente conflitante, em que o tipo de texto tenderia a demandar a busca intensa de equivalências linguístico-culturais correntes na língua/cultura-alvo (AUBERT, 2001, p. 44). Essa questão torna-se crucial para a tradução. De fato, se partirmos do pressuposto de que não há línguas idênticas e, muito menos, dialetos e socioletos que se igualem, não se pode conceber a atividade tradutória como um simples processo de equivalência linguística. Nesse contexto,

[...] o profissional de tradução pode ser considerado, entre outras coisas, um intermediador de culturas. É preciso, em seu trabalho, traduzir textos que representem uma certa realidade sociocultural para um interlocutor de uma outra realidade. Assim, são utilizados recursos que não são equivalentes linguísticos, mas sim intercambiáveis no sentido de uma equivalência pragmática – concepção segundo a qual o significado é relativo a contextos determinados, considerando-se, assim, a relação dos signos com seus intérpretes (SOARES; LACERDA, 2011, p.7).

Érika Stupiello (2014, p. 20) enfatiza que, quando o tradutor produz uma tradução com todas as exigências de uma tradução juramentada, efetuando suas escolhas de acordo com a função que a tradução irá desempenhar, ele registra sua marca no texto traduzido. A utilização do papel timbrado, de marcadores particulares (selos, carimbos, chancelas) e de inclusões parentéticas do tradutor também constituem particularidades que distinguem uma tradução juramentada.

Segundo Ortíz Álvarez:

O tradutor, portanto, deve buscar o princípio do efeito equivalente propondo equivalências semânticas para expressar os mesmos significados e equivalências pragmáticas que respeitem os mesmos registros sociolinguísticos: culto, coloquial, popular, familiar e níveis de formalidade ou informalidade (ORTÍZ ÁLVAREZ, 2011, p. 80).

Se levarmos em conta que uma expressão fixa pode não ter nenhum equivalente na língua-alvo, como assegura Baker (1992, p. 68), a forma que a língua escolhe para expressar (ou não expressar) vários significados, não pode ser antecipada, já que pode apenas corresponder à forma que outra língua escolhe para expressar o mesmo significado. Um idioma pode expressá-lo por meio de uma única palavra, enquanto outro pode fazê-lo por meio de uma expressão fixa transparente e um terceiro, mediante idiomatismo, assim por diante. Dessa forma, não se pode esperar encontrar as mesmas expressões equivalentes na língua-alvo devido, principalmente às características socioculturais locais.

2.3. ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DO FRASEOLOGISMO

Se partirmos do pressuposto que a língua reflete a cultura do falante e é um produto cultural, há de se considerar que, quando os fraseologismos aparecem na fala, são culturalmente marcados, antes de tudo, pela escolha – consciente ou não – de unidades lexicais que permitem chegar a um referente extralinguístico. Assim, essas construções representam na língua traços culturais extralinguísticos (STREHLER, 2009, p. 11).

Strehler (2009) argumenta que a Fraseologia mostra que a língua consiste em um código que apresenta estreita relação com outros códigos. O falante nativo tem a vantagem de estar exposto de maneira “natural” à aprendizagem de sua língua e cultura, enquanto o mesmo falante, ao estudar uma língua estrangeira, precisa, frequentemente, de explicações explícitas de ordem cultural para entender o conteúdo linguístico.

Aubert (2005, p. 42) destaca que o fraseologismo contém, usualmente, fortes marcas culturais (linguísticas, extralinguísticas ou referenciais). No que corresponde ao fraseologismo da tradução juramentada, pode-se prever que os fraseologismos carregam as realidades culturais, jurídicas e comerciais de cada país, uma vez que as traduções juramentadas não constituem um universo fechado. Uma grande variedade de textos

produzidos originariamente em determinado idioma tem por intenção final sua circulação internacional, em um ou mais idiomas. Um exemplo disso é o fraseologismo “certifico e dou fé”, em que tradutor público admite como verdade a autenticidade do conteúdo daquele texto que possui teor documental. Ao fazê-lo, não cessa, no ato, sua responsabilidade, já que, uma vez atestado e recebido por outro país, o documento fica submetido de maneira contínua à observância de outras leis, sob óticas cultural e linguística diferentes (AUBERT, 2005, p. 42).

Aspectos socioculturais são características marcantes em alguns textos, seja de especialidade ou gerais. Estes vestígios culturais deixados nos textos advêm de recortes conceituais, dos idiomatismos e dos fraseologismos (AUBERT, 2006 p. 154). Aubert afirma que há textos que buscam uma certa universalidade, independentemente de serem de origem acadêmica, científica ou técnica. Apesar de se utilizarem de valores considerados universais, os textos fazem, na realidade, uso de recursos disponibilizados pela cultura dominante no momento histórico e na área de influência geopolítica de seu meio. Não deixam de trair, portanto, tanto na forma do conteúdo quanto na forma de expressão, sua localização em um espaço cultural definido (AUBERT, 2006 p. 154).

Neste contexto, textos de cunho juramentado, assim como aqueles especializados, apresentam características próprias, como níveis de abstração, questões pragmáticas e questões de uso, comuns a um discurso fossilizado. Mesmo assim, estão sujeitos à influência do tempo e do uso, tornando-se, portanto, objetos de mudança linguística. Com efeito, por mais fossilizado que possa ser um discurso, ele absorve os movimentos sociais e não resiste à evolução da sociedade (AUBERT, 2006, p. 155).

A linguagem representa um componente intrínseco de uma cultura e comporta-se como uma de suas formas mais poderosas de manifestação (AZENHA JR., 1999, p. 28-30). Elementos condicionantes das marcas culturais presentes nas traduções técnicas, propostos por João Azenha Júnior, enquadram-se em um contexto específico das traduções e dos fraseologismos da linguagem de especialidade jurídica, pois os termos jurídicos não trazem consigo sentidos fixos. Se o fizessem, isso resultaria na afirmação falsa de que a tradução seria “centrada eminentemente numa operação de transcodificação, processada à margem de um enquadramento cultural” (AZENHA JR., 1999, p. 10).

2.4. TIPO DE TEXTO: PROCURAÇÃO

O termo *procuração* refere-se, de acordo com De Plácido e Silva (2007), ao instrumento pelo qual um indivíduo transfere poderes a terceiros para atuar em seu nome. A esse respeito, o autor reitera:

Do latim *procuratio*, de *procurare* (cuidar, tratar de negócio alheio, administrar coisa de outrem, ser procurador de alguém), na linguagem técnica do Direito, designa propriamente o instrumento de mandato, ou seja, o escrito ou o documento em que se outorga o mandato escrito, no qual se expressam os poderes conferidos. A *procuração*, pois, é a escritura do mandato, embora por extensão, sirva para designar o próprio mandato que, por ela, se confere. Na terminologia jurídica, a *procuração* recebe qualificações próprias, seja para distingui-la, conforme a soma dos poderes conferidos, seja para indicar o meio, em que vai ser utilizada, seja para esclarecer o modo por que foi outorgada (SILVA, 2007, p. 347).

O termo *procuração*, além de se referir ao poder que alguém transmite a outra pessoa para que esta aja em seu nome, possui, também, o sentido do próprio documento escrito que comprova que alguém tem esse poder, quando é expressamente constado que a pessoa a ser representada realmente lhe outorgou o poder de agir em seu nome para diversos fins. Nas palavras de Orlando Gomes (2001, p. 347):

Esse ato jurídico unilateral [de outorga de poderes] carece, em nossa terminologia jurídica, de expressão que o designe inconfundivelmente. O termo *procuração*, que o definiria melhor, é empregado comumente para designar o instrumento do ato concessivo de poderes, mas tecnicamente é o vocábulo próprio.

Silva (2007) também salienta que a *procuração*, como documento, pode ser outorgada por escrito particular – caso em que é chamada de *procuração por instrumento particular* – ou por escritura pública, chamada de *procuração pública*. Se o ato exige escritura pública, a *procuração* também deverá ser pública, mas se o ato não tem exigência legal para sua realização, sua forma será livre. A *procuração* também pode outorgar tanto poderes gerais quanto específicos. Henry Campbell Black, autor de *Black's Law Dictionary* (1990), define *procuração* como:

[um] instrumento por escrito por meio do qual uma pessoa, como outorgante, nomeia outra como procurador e confere autoridade para executar atos específicos em nome do principal. Um instrumento de mandato que autoriza outro a agir como seu procurador. Tal poder pode ser Geral (amplo) ou Especial (específico) (BLACK, 1990, p. 812).⁵

O autor salienta que este instrumento pode ser dividido em duas subcategorias. Na Procuração com Poderes Gerais (*General Power of Attorney*), poderes são outorgados para que o outorgado responda amplamente pelos interesses do outorgante de forma mais ampla. Pode constar um ou vários poderes nesta procuração. A Procuração com Poderes Específicos (*Special Power of Attorney*) especifica exatamente o objeto da outorga, devendo-se analisar o alcance e a repercussão da procuração em cada negócio jurídico. Há necessidade de poderes específicos para situações tais quais a compra e venda de um imóvel, a matrícula de alguém em uma universidade, o reconhecimento de paternidade, concessão de fiança, entre outras situações (BLACK, 1990; SILVA, 2007).

É frequente a confusão de procuração com mandato. Sheila Luft Martins (2010, p. 3) afirma que procuração consiste em um contrato em que uma das partes (mandatário, procurador, outorgado ou representante) recebe poderes de outrem (mandante, outorgante ou representado) para praticar atos ou administrar interesses em seu nome. Já o mandato configura um contrato que necessita de “manifestação de vontade entre duas partes (bilateral), ao passo que a procuração depende apenas da manifestação de vontade daquele que tem a intenção de ser mandante unilateral” (MARTINS, 2010, p. 4). Em outras palavras, somente existirá mandato se o procurador aceitar os poderes conferidos pelo mandante.

Conforme estabelecido no art. 653 do Código Civil Brasileiro, instituído pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, “[o]pera-se o mandato quando alguém recebe de outrem poder para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses” (BRASIL, 2002). Em outras palavras, o mandato é um ato jurídico pelo qual uma pessoa (mandatário) recebe poderes de outra (mandante) para praticar atos jurídicos ou administrar interesses, sendo a procuração o instrumento desse ato concessivo voluntário.

⁵ Tradução livre de Black (1990, p. 812): “*Power of attorney: An instrument in writing whereby one person, as principal, appoints another as agent and confers authority to perform certain specified acts or kinds of acts on behalf of principal. An instrument authorizing another to act as one’s agent or attorney. Such power may be either General (full) or Special (limited).*”

Para Orlando Gomes (2001, p. 347), “[o] mandato é a relação contratual pela qual uma das partes se obriga a praticar, por conta da outra, um ou mais atos jurídicos”.

O instrumento de mandato tem a finalidade de criar essa obrigação e regular os interesses dos contratantes, formando a relação interna, mas, para que o mandatário possa cumpri-la, é preciso que o mandante lhe outorgue o poder de representação, dando ao agente, em suas relações com terceiros (pessoa física ou jurídica), legitimidade para contratar em nome do interessado, com o inerente desvio dos efeitos jurídicos para o patrimônio deste agente (GOMES, 2001, p. 347).

2.4.1. Linguagem jurídica

A linguagem aplicada jurídica engloba, entre vários tipos textuais, a procuração, que por sua vez, está inserida no domínio do Direito. De acordo com Ana Maria Becker Maciel (2001, p. 55) a terminologia jurídica é crucial tanto dentro do Direito quanto fora dele, porque é por meio da linguagem que os conceitos que presidem a ordem da sociedade se conformam, estabilizam e transmitem. Para o profissional, a familiaridade com o conteúdo e a forma dos termos jurídicos permitem o acesso à área. Para a sociedade, sua compreensão assegura a observância das normas que garantem a ordem e a convivência harmônica na sociedade; em virtude disso, o conhecimento da terminologia jurídica não pode ser privilégio daqueles que trabalham em uma área especializada: ao contrário, é direito de todos – por isso, discursos nessa área estão, cada vez mais, aproximativos (MACIEL, 2001, p. 57).

Como dito anteriormente, as diversas espécies de linguagem jurídica possuem marcas distintivas que pertencem às línguas setoriais e que as separam da língua comum, porém cumpre observar que não é uma linguagem particular, visto que muitos termos são retirados da língua comum (MACIEL, 2001, p. 82). Quanto às fraseologias jurídicas, Maciel observa que, entre outras funções, as de introdução e fechamento dos documentos são características formais e essenciais desses atos. Entender seu conteúdo é necessário para que seja explicada na língua de chegada, ou até substituída por fraseologia da língua de chegada, com o mesmo valor no contexto jurídico da região que se pretende inserir este documento, para que tenha efeito legal (MACIEL, 2001, p. 83).

2.4.2. Bases jurídicas

Os fraseologismos em procurações de tradução juramentada sofrem influência de diferentes contextos jurídicos, pois cada país tem suas leis e costumes associados a esse aspecto. Dois tipos destacam-se como representantes da maioria dos textos analisados nesta pesquisa: o Direito brasileiro, que sistematizou esses usos e costumes e os codificou, transformando-os em leis escritas, e o *Common Law*, que possui origem anglo-saxônica, é marcado por sua origem nos costumes e cujas normas não são necessariamente escritas. Uma das principais características do *Common Law* é a de que as questões devem ser resolvidas tomando-se como base sentenças judiciais anteriores, não em preceitos legais fixados antecipadamente, como ocorre no sistema romano-germânico.

Os usos e costumes de uma região influenciam o Direito e conseqüentemente o sistema jurídico adotado. Nesse sentido, Maciel (2001, p. 60) exemplifica que o Direito brasileiro adota como base o Direito romano-germânico, a exemplo de vários outros países do continente europeu, de toda a América Latina, de grande parte da África, Oriente Médio e também de países da Ásia Pacífico, como o Japão e a Indonésia. O *Common Law* é adotado por países como Inglaterra, Irlanda, Irlanda do Norte, Estados Unidos (exceto o Direito do estado de Louisiana), Canadá (exceto o Direito Civil do Quebec), Índia, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, entre outros. Esses países compartilham a matriz cultural comum britânica, ou, antes, anglo-saxônica.

Foge ao escopo deste trabalho apresentar, profundamente, as diferenças entre os dois sistemas jurídicos; contudo pode-se delinear algumas distinções gerais. O Direito romano-germânico apresenta-se como lei codificada e Direito positivo. O *Common Law*, por sua vez, apresenta a lei não escrita e representa o Direito jurisprudencial. Pode-se dizer que as distâncias que distinguem os dois sistemas estão cada vez mais estreitas, devido à tendência de a sociedade norte-americana necessitar gradativamente do amparo legal documental. Faz-se mister explicitar que tanto o Direito Brasileiro quanto o *Common Law* são de jurisdição mista, ou seja, ambos podem ter suas decisões judiciais baseadas ora em precedentes judiciais, ora em leis escritas (MACIEL, 2001, p. 61).

2.5. A TRADUÇÃO JURAMENTADA NO BRASIL

A tradução juramentada (TJ) corresponde à tradução realizada por um profissional concursado e nomeado como tal pela Junta Comercial de um estado ou do Distrito Federal. Assim como no Brasil, em vários outros países há a exigência de que documentos em língua estrangeira sejam submetidos à tradução juramentada para que sejam reconhecidos pelas diversas esferas governamentais.

A tradução oficial é exigida legalmente em todo território nacional para que documentos redigidos em língua estrangeira produzam efeito em repartições da União, dos Estados ou dos municípios, em qualquer instância, juízo ou tribunal ou entidades mantidas, fiscalizadas ou orientadas pelos poderes públicos, conforme o artigo 157 do Código de Processo Civil e Decreto Federal nº. 13.609, de 21 de outubro de 1943. Em uma abordagem histórica, esse instrumento jurídico foi revogado pelo Decreto de 5 de setembro de 1991, que, por sua vez, foi tornado sem efeito pelo Decreto de 22 de junho de 1993, resultando na retomada do regulamento escrito no decreto originário nº 13.609, atualmente em vigor (BRASIL, 1943).

O Artigo 17 do decreto nº 13.609, contém a designação conhecida como “tradutor público e intérprete comercial” (BRASIL, 1943). Lúcia de Almeida e Silva Nascimento (2006, p. 13) explica que, embora haja essa denominação, outras podem ser encontradas na legislação, tais como “tradutor público”, “tradutor juramentado” e “tradutor público juramentado”. O Artigo 23 estabelece a impossibilidade de esses profissionais recusarem qualquer tradução, sem causa justificada, sob pena de suspensão, desde que tal tradução se apresente no idioma em que estejam legalmente habilitados (BRASIL, 1943).

A tradução juramentada é o que dá existência legal no Brasil a um documento emitido em língua estrangeira. O Decreto, em sua literalidade, afirma que:

Art. 18 - Nenhum livro, documento ou papel de qualquer natureza, que for exarado em idioma estrangeiro, produzirá efeito em repartições da União, dos Estados ou dos Municípios, em qualquer instância, Juízo ou Tribunal ou entidades mantidas, fiscalizadas ou orientadas pelos poderes públicos, sem ser acompanhado da respectiva tradução feita na conformidade deste regulamento. Parágrafo único - Estas disposições compreendem também os serventuários de notas e os cartórios de registros de títulos e documentos, que não poderão registrar, passar certidões ou públicas-formas de documento no todo ou em parte redigido em língua estrangeira (BRASIL, 1943).

Em outras palavras, qualquer documento em língua estrangeira não terá valor legal algum no Brasil, a menos que esteja acompanhado de sua respectiva Tradução Juramentada. Observa-se que o termo “acompanhado” ilustra a obrigatoriedade de o documento original (ou cópia dele) ser apresentado juntamente com sua tradução, que não substitui o documento original.

Entendemos por tradução juramentada “a tradução feita em formato apropriado para ter validade oficial e legal perante órgãos em instituições públicas” (AUBERT, 2005, p. 4). O termo refere-se à tradução de textos de qualquer espécie que resulte em um texto traduzido legalmente reconhecido como cópia fiel do original e dotado de fé pública (AUBERT, 2005, p. 5).

Aubert (2005) sinaliza que é comum que tais documentos sejam comprovantes de escolaridade (visando à promoção de intercâmbio de estudantes), certidões de nascimento, casamento ou óbito (para fins de naturalização, matrimônio ou herança), procurações, notas promissórias, contratos e estatutos sociais ou outros documentos comerciais ou societários (para utilização em situações de transações comerciais, financeiras e similares).

A princípio, qualquer texto pode ser submetido a um procedimento de tradução dito “juramentado”, caso tal texto, por qualquer motivo, deva ser reconhecido por alguma repartição pública. De tal modo, por exemplo, uma carta de amor terá de ser traduzida de forma juramentada, caso precise ser apresentada em alguma ação judicial.

O teor de “fé pública” está expresso em dois lugares: na Constituição Federal, em seu artigo 19 (BRASIL, 1988), e na Lei Nº. 8.027 de 12 de abril de 1990, que regulamenta as normas de conduta dos servidores públicos da União, Autarquias e Fundações Públicas (BRASIL, 1990). Quando um tradutor público atua em sua atividade típica, exerce uma função pública, o que o impede de recusar fé a documentos públicos (BRASIL, 1990).

Segundo Aubert (2005, p. 45), implica dizer que por meio da referida tradução, o texto original expresso em idioma estrangeiro torna-se capaz de produzir efeitos legais no país da língua de chegada. Essa determinação de “fé pública” apresenta-se em todo o território nacional. Ademais, as versões para o idioma estrangeiro são, normalmente,

reconhecidas e aceitas nos países estrangeiros. É preciso ressaltar que a tradução feita por um tradutor público e interprete comercial não é sinônimo de qualidade.

É pertinente diferenciar o texto jurídico da tradução juramentada, muito embora haja um componente jurídico nesse tipo de tradução. Aubert (2005) enfatiza que, ainda que comportamentos verificados na tradução jurídica não possam ser automaticamente estendidos para a tradução juramentada (pois muitos dos textos submetidos à tradução juramentada não pertencem às diversas subtipologias do discurso jurídico), resta que, na tradução juramentada, a situação de produção do texto traduzido é de natureza jurídica (*fé pública*). Dessa maneira, “qualquer texto, quer literário, técnico, publicitário, jornalístico, de correspondência privada, etc., pode, para determinados fins, ser submetido a um processo de tradução juramentada” (AUBERT, 1998a, p. 14).

Por outro lado, a tradução jurídica trata somente da tradução de textos da área jurídica. Isso significa que um texto jornalístico não seria considerado necessariamente jurídico, por exemplo. Convém ressaltar que documentos submetidos à TJ precisam ser oficialmente reconhecidos por órgãos competentes. Para tanto, as traduções devem estar impressas em papel timbrado devidamente personalizado, no qual devem constar os dados pessoais e profissionais do tradutor público juramentado responsável pela tradução, acompanhado da sua assinatura (ORENHA-OTTAIANO, 2009, p.100).

Essa constatação reforça a hipótese de que, na tradução juramentada, deparamo-nos com uma situação potencialmente conflitante entre a busca por equivalências linguístico-culturais e a reprodução exata do texto original em outra língua, com o uso de soluções imitativas (decalques formais e semânticos) (AUBERT, 2005, p. 249). Muitas vezes, o que se espera do tradutor público é que elabore uma reprodução exata do texto original em outra língua.

2.6. LINGUÍSTICA DE CORPUS E ESTUDOS DA TRADUÇÃO

Com um mundo cada vez mais globalizado, a necessidade de informações científicas e tecnológicas torna-se ainda mais relevante. Nesse contexto, as interfaces distintas de pesquisa auxiliam-nos no sentido de transpor os limites que determinada área demonstra. A interação dos Estudos da Tradução com a Linguística de Corpus (LC) tem exemplificado bem esta afirmativa. A LC oferece importantes subsídios para a construção

de *corpora* computadorizados, bem como para o desenvolvimento de pesquisas que possibilitam investigações mais amplas e menos dependentes da intuição do analista. Esses avanços têm representado uma vantagem para os Estudos da Tradução, uma vez que permitem um processamento simultâneo de vários textos, possibilitando uma análise muito eficiente para tradutores com demandas elevadas de trabalhos (BAKER, 1996).

A história da Linguística de Corpus como fonte de armazenamento e exploração de *corpora* está condicionada aos avanços tecnológicos. Mona Baker (1996) enfatiza que, a partir de meados da década de 1990, começaram a ser utilizadas técnicas e ferramentas da LC para estudar tradução como uma variedade do comportamento linguístico. Desde então, os textos têm sido utilizados na tentativa de se compreender o que realmente ocorre no processo de tradução, não para serem criticados e usados apenas para avaliar o trabalho do tradutor. Como mencionado, algumas discussões sobre o que é Linguística de Corpus ainda permeiam os estudos linguísticos. Há autores que a consideram uma disciplina, outros, uma metodologia.

Tony McEnery et al. (2006, p. 4), por exemplo, sustentam que a LC se refere não apenas a um campo de estudo, mas também a uma base “metodológica” para a pesquisa linguística. O pesquisador esclarece que não é diretamente sobre o estudo de qualquer aspecto particular da linguagem, mas uma área que se concentra em um conjunto de procedimentos, ou métodos, para o estudo da língua.

Para Berber Sardinha (2009), a LC vem mudando a maneira de como se investiga a linguagem nos seus mais diversos níveis, colocando à disposição do analista quantidades de dados antes inacessíveis. Um dos grandes agentes dessa mudança é a informática: sem ela, a Linguística de Corpus contemporânea não poderia existir. Assim, o linguista de *corpus* depende de programas de computador para lidar com os *corpora*.

O autor sustenta que a LC se ocupa da coleta e exploração de *corpora*, ou seja, de conjuntos de dados linguísticos textuais que foram coletados criteriosamente com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística. Como tal, dedica-se à exploração da linguagem por meio de evidências empíricas, com auxílio do computador.

De acordo com Stella Tagnin (2004), *corpus* corresponde a uma coletânea de textos em formato eletrônico, compilada segundo critérios específicos. Essa coletânea é considerada representativa de uma língua (ou da parte dela que se pretende estudar). O

corpus é destinado à pesquisa, sendo sua vantagem o trabalho com observação, no lugar da intuição, e com a probabilidade, em oposição à possibilidade. Em *Corpora na Tradução* (2015, p. 23-26), Tagnin define 3 tipos de *corpora*:

1 – *Corpora* disponíveis on-line e off-line. On-line podem ser consultados diretamente na Internet e costumam disponibilizar ferramentas embutidas que produzem resultados em vários formatos. Em contraste com os *corpora* off-line que são compilados por pesquisadores ou tradutores para um objetivo específico e necessitam de ferramentas externas para serem explorados.

2 – *Corpora* monolíngues – podem ser compostos por textos da linguagem geral ou linguagem de especialidade.

3 – *Corpora* bilíngues ou multilíngues: são *corpora* em duas ou mais línguas. São esses os mais usados nos estudos relativos à Tradução, pois permitem a comparação entre línguas. Podem ser de dois tipos: paralelos e comparáveis. a) *Corpora* paralelos: são compostos por textos originais em determinada língua e suas respectivas traduções em uma ou mais línguas. b-*Corpora* comparáveis: são textos originais em duas (ou mais) línguas, numa determinada área de domínio. Para efeitos de comparação, os *corpora* devem ser constituídos por textos de mesma tipologia, de temática semelhante e cobrindo períodos similares (TAGNIN, 2015, p. 24).

Segundo Tagnin (2015, p.20), os *corpora* devem ser criteriosamente construídos, de acordo com o objetivo a que se destinam. Deve-se ter a certeza de que os textos compilados são representativos na área que se deseja pesquisar e de que provêm de fontes confiáveis. A autora argumenta que a tradução não pode ser realizada sem que condiz com o mundo contemporâneo e suas tecnologias: “uma ideia bastante ingênua seria acreditar que o dicionário poderá resolver todos os problemas do tradutor em termos de convencionalidade”. Isso significa que o tradutor precisa voltar-se para a realidade como um todo, no intuito de encontrar nessa metodologia caminhos que possam levá-lo a experiências impossíveis de serem descobertas de outra maneira (TAGNIN, 2002, p. 194).

Os *corpora* representam o registro do resultado cumulativo em uma língua. É necessário que o tradutor se atente e aprenda a conviver com probabilidades de escolhas que os usuários dessa língua trazem consigo. A consciência de como as probabilidades se comportam em determinado contexto compreende um recurso determinante para as pesquisadas do tradutor (BAKER, 1996).

Com relação às tecnologias disponíveis, os *corpora* eletrônicos têm sido utilizados na pesquisa em tradução por muitos estudiosos, dentro e fora dos estudos tradutológicos. Entre os pesquisadores de tradução, Mona Baker (1996) vê o *corpus* eletrônico como um instrumento revolucionário, que permite enxergar aspectos da

linguagem do texto traduzido, em particular de um modo muito mais rico e abrangente do que por outros meios. O uso desses *corpora* permite a compreensão de que as escolhas linguísticas não giram em torno de uma questão polarizada de chegar à escolha única entre certo e errado. Quem detém a palavra final é o tradutor, que deve examinar e levar em conta a evidência fornecida pelos *corpora*. O tradutor torna-se um usuário mais experiente de *corpora*, que o dispõe de muitos recursos. Cabe ao tradutor a decisão de quais utilizar.

2.7. FERRAMENTAS DE ANÁLISE DE *CORPUS*

A Linguística de Corpus moderna é a área em que se coletam e se analisam *corpora*, definidos como um ou mais conjuntos de dados linguísticos, escolhidos criteriosamente para que sejam objeto de pesquisa por meio de programas computacionais específicos ou generalistas que confirmam eficiência aos procedimentos de coleta, ao armazenamento e à análise de dados. Segundo Berber Sardinha:

A Linguística de Corpus ocupa-se da coleta e exploração de *corpora*, ou conjuntos de dados linguísticos textuais coletados criteriosamente, com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística. Como tal, dedica-se à exploração da linguagem por meio de evidências empíricas, extraídas por computador (BERBER SARDINHA, 2004, p. 3).

As ferramentas computacionais para análise de *corpora* correspondem a recursos digitais ou digitalizados, utilizados para se alcançar objetivos diversos em textos, de maneira automatizada. Segundo Berber Sardinha (2004, p. 12), as tecnologias digitais representam um salto nos processamentos voltados à análise de *corpora*, pois possibilitam uma investigação global dos *corpora* a serem analisados de maneira rápida e fácil, requerendo tão somente conhecimentos básicos em informática para sua operacionalização. Dessa maneira, viabiliza-se a realização de trabalhos mais complexos. Bowker e Fisher (2012, p. 1) compartilham desta ideia ao mencionar que

[O] desenvolvimento tecnológico tem permitido tamanho progresso na produtividade, qualidade e acessibilidade, que se tornou virtualmente impensável àqueles que fazem pesquisa terminológica não tirar proveito do amplo leque de recursos e ferramentas eletrônicos à sua disposição (BOWKER E FISHER, 2012, p. 1)⁶.

⁶ Tradução livre de Bowker e Fisher (2012, p. 1): “*Technological developments have permitted such improvements in productivity, quality, and accessibility that it has become virtually unthinkable for those*

Alves (2014) descreve algumas vantagens do uso de *softwares* para a análise de *corpus*. O autor elege como principais a acessibilidade proporcionada por essas ferramentas (compatíveis com os principais sistemas operacionais disponíveis e que exigem uma capacidade ínfima de processamento pelos computadores) e a versatilidade e funcionalidade oferecidas por tais *softwares*. Além disso, possuem uma enorme capacidade de organizar e contar dados, bem como de sistematizar os resultados em números para a confecção de gráficos, por exemplo. Essas ferramentas contam, ainda, com os benefícios da portabilidade e da compatibilidade de seus resultados com outros programas como, por exemplo, processadores de textos e planilhas eletrônicas (ALVES, 2014, p.120).

Tagnin (2011, p.284) propõe o uso de ferramentas para os estudos fraseológicos, com o objetivo de interrogar um *corpus*, pois os fraseologismos são convencionais e repetem-se com frequência, formando padrões que são facilmente identificáveis com o auxílio da LC, em especial um concordanciador. Para a autora, uma das características mais úteis de um concordanciador é sua possibilidade de ordenar o contexto da palavra de busca pelas suas palavras que ocorrem à direita ou à esquerda.

2.7.1. AntConc

O Programa computacional *AntConc* foi desenvolvido por Laurence Anthony, da Universidade de Waseda (Japão). Trata-se de um concordanciador que, entre outras funcionalidades, lista as ocorrências de uma determinada palavra ou frase em uma quantidade definida de contextos. Os concordanciadores também são capazes de listar palavras em um texto ou *corpus*, extrair palavras-chave e colocados (ANTHONY, 2016a).

O *AntConc* é um programa de distribuição gratuita, compatível com os principais sistemas operacionais (Windows, Mac OS X e Linux). O *software* inclui sete ferramentas, apresentadas a seguir:

- a) *Concordance Tool*: mostra os resultados da pesquisa em um formato “KWIC” (*KeyWord In Context*);

carrying out terminological research not to take advantage of the wide range of electronic resources and tools available to them.”

b) *Concordance Plot Tool*: mostra os resultados da pesquisa traçados, no formato de código de barras, que por sua vez, permite a verificação da posição onde os resultados da pesquisa aparecem nos textos de destino;

c) *File View Tool*: mostra o texto de arquivos individuais, conduzindo investigações com mais detalhes sobre os resultados gerados em outras ferramentas do *AntConc*;

d) *Clusters/ N-Grams*: agrupamentos com base na condição de pesquisa. Com efeito, resume os resultados gerados na *Concordance Tool* ou *Concordance Plot Tool* em blocos organizados. A ferramenta *N-Grams*, por outro lado, verifica todo o *corpus* para os *clusters* de comprimento “N” (por exemplo, 1 palavra, 2 palavras, e assim por diante). Esse mecanismo permite detectar expressões comuns em um *corpus* (ANTHONY, 2016a).

Além dessas quatro ferramentas iniciais, Anthony (2016a) expõe, ainda, que há, no programa, parâmetros mais específicos que auxiliam o usuário no momento da análise:

e) *Colocates*: mostra os colocados de um termo de pesquisa. Isso permite investigar padrões não sequenciais na linguagem.

f) *Word List*: conta todas as palavras do *corpus* e as apresenta em uma lista ordenada. Possibilita a rápida identificação de palavras mais frequentes em um *corpus*, expondo-as em ordem alfabética ou decrescente baseado no número ocorrência no texto.

g) *Keywords List*: de maneira oposta a *Word List*, esta função mostra as palavras com menor frequência no *corpus* em comparação com as palavras de um *corpus* de referência. Isso permite a identificação de palavras características no *corpus*.

Vários autores têm utilizado o *software* em seus trabalhos, com diversas finalidades. Cristina Alberts-Franco (2015), por exemplo, usou o *AntConc* como estratégia para identificar termos da área de Economia em jornais eletrônicos alemães, bem como termos da cultura material indígena em obras de Koch-Grünberg para

elaboração de um glossário bilíngue, concluindo que o uso desse tipo de técnica viabilizou a localização dos termos e a confirmação, ou não, de seu emprego, o estabelecimento de sua frequência.

Daniel Alves e Roberto Assis (2016), por sua vez, discutiram dois métodos de investigação em *corpora*, aplicáveis a pesquisas desenvolvidas a partir de *corpora* de pequenas dimensões e baseadas na classificação de dados. Um desses métodos valeu-se do *AntConc*, entendendo como vantagem a possibilidade de análise dos resultados na própria interface do programa, o que permite sua exportação para planilhas, visando a uma melhor organização e contagem de dados, à sistematização de números e à elaboração de gráficos.

2.7.2. AntPconc

Assim como o *AntConc*, o *AntPConc* é uma avançada ferramenta linguística desenvolvida pela equipe de Laurence Anthony para as principais plataformas operacionais disponíveis. O *AntPConc* tem como principal característica que o distingue do primeiro a possibilidade de execução de análises paralelas simultâneas de texto e de concordância, o que permite construir e adicionar numerosos *corpus* e examinar cuidadosamente vários documentos de texto, fato que representava no *AntConc* uma limitação para o alinhamento de dois *corpora*, por exemplo. Em suma, a ferramenta *AntPConc* permite proceder à concordância e análise de texto a partir de dois ou mais documentos de texto.

Como potencialidade, o *AntPConc* permite ao usuário uma execução de uma análise de *corpus* paralela em etapas simples e rápidas. Primeiramente, acessando a função *Corpus Builder* no menu Arquivo da interface principal do programa, selecionam-se os arquivos de texto não processados que o usuário deseja analisar e carregam-nos segundo seu respectivo *corpus*. Em seguida, basta inserir os parâmetros desejados para prosseguir na análise. É importante ter em mente que cada linha deve ser alinhada com a outra linha no texto (ANTHONY, 2016b).

3. METODOLOGIA

Neste capítulo, descreveremos a natureza da pesquisa, a escolha do tipo de texto adotado, a constituição dos *corpora*, bem como os critérios de divisão de cada *corpus*. Em seguida, apresentaremos os procedimentos e os recursos utilizados para a análise de dados dos *corpora*. Neste contexto, lançaremos mão de textos impressos para uma investigação manual de sua estrutura e dos fraseologismos identificados. Introduziremos os programas computacionais *AntConc* versão 3.4.4.0 e *AntPconc* 1.1.0, ambos voltados para análise de *corpus* em ambiente digital. Finalmente, com os fraseologismos devidamente identificados, confrontaremos os termos com obras lexicográficas para respaldar os resultados obtidos por meio da aplicação da metodologia adotada nesta dissertação.

3.1. A NATUREZA DA PESQUISA

Esta pesquisa permeia o âmbito qualitativo e quantitativo. É voltada à tradução de procurações na direção inglês-português, com o objetivo de identificar e analisar os fraseologismos presentes nesse tipo de documento e seus equivalentes. Segundo Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira (2009), pesquisas de natureza qualitativa são caracterizadas pela ênfase no caráter processual e na reflexão, e levam em conta aspectos como opiniões e comentários dos profissionais da área. Além disso, buscam o entendimento de como se dá a interação de certos fenômenos – neste caso, fenômenos linguísticos, focando na tradução dos fraseologismos. Esta pesquisa é, concomitantemente, quantitativa, pois avalia a frequência da ocorrência dos dados em números para a confirmação dos itens fraseológicos, de modo que seja possível a observação analítica dos resultados numéricos por gráficos e tabelas, por exemplo.

A natureza mista desta pesquisa reforça a afirmação de Gerhardt e Silveira (2009, p. 43) de que há a necessidade do emprego de ambas as abordagens – qualitativa e quantitativa – em uma investigação. Nesse sentido, entende-se melhor os vários fatores implícitos e explícitos, de forma que se possa conciliar a complexidade dos aspectos em caráter real e preciso.

As buscas de identificação e análise dos fraseologismos foram empreendidas tanto manualmente quanto por ferramentas informatizadas que ajudaram na implementação da análise, com o propósito de que os dados gerassem estatísticas empíricas documentadas mediante o registro da frequência com que os dados ocorrem. Assim, a coleta dos dados, que se limitou a procurações e suas respectivas traduções – para proporcionar a composição dos *corpora* – serviu de base para análise neste trabalho. Partimos, então, para leituras pontuais da literatura sobre os fraseologismos em textos especializados, abordando a proposta de René Strehler (2002) sobre o entendimento de fraseologismos como conjuntos lexicais consagrados pelo uso, em conjunto com a perspectiva de Cleci Bevilacqua (2004), que apresenta um modelo de identificação e de análise fraseológica de linguagem de especialidade.

Procedemos à pesquisa no campo da Linguística de Corpus e nos Estudos de Tradução baseado em Corpus, uma vez que esses nos fornecem condições necessárias à elaboração da metodologia de pesquisa. Nesse ponto, fundamentamo-nos em Stella Tagnin (2002), Mona Baker (1995) e Tony Berber Sardinha (2004). O supracitado levantamento de dados bibliográficos gerais e específicos sobre o tema proposto no estudo, auxiliaram-nos no objetivo de selecionar as ocorrências de fraseologismos que constituíram as bases para a análise deste trabalho.

3.2. A ESCOLHA DO TIPO DE TEXTO – PROCURAÇÃO

O tipo de texto juramentado a ser analisado não foi definido de imediato. Antes disso, foi realizada uma reflexão sobre os relatos da experiência profissional dos tradutores públicos contatados previamente, que apontaram a procuração como um elemento bastante representativo, no que tange aos documentos jurídicos com que lidam em sua prática diária. Por essa razão, inferimos que procurações seriam facilmente encontradas nos arquivos dos tradutores, o que incluiria a possibilidade de dispormos da tradução juntamente com a fotocópia do documento original. Outras razões para a escolha desse tipo de texto foram sua considerável participação em negociações comerciais – desde a compra de um bem até a outorga de poderes mais gerais – e sua natureza, já que frequentemente são aplicadas fórmulas estereotipadas no processo tradutório. Em suma, os fatores apresentados levaram-nos a deduzir que as procurações compreendiam um

campo passível de investigação acerca de fraseologismos tanto formais quanto semânticos.

Com o intuito de complementar o estudo, foi efetuada a comparação dos elementos que pertencem à procuração com aqueles que são determinantes para reconhecer o tipo de texto juramentado – entre outros, o cabeçalho da folha timbrada do tradutor, o conteúdo da introdução ou do parágrafo de abertura da tradução, (que, em geral contém o nome e identificação do tradutor público), e o término, que indica não haver mais texto a ser traduzido, acompanhado da expressão “dou fé”, informações do local e data. Há ainda procurações em cujos encerramentos constam notas estrangeiras de tabeliães ou associações de advogados que elaboraram o texto.

No tocante à estrutura das procurações detectadas nos *corpora*, foram constatados dois tipos:

- a) Procurações com Poderes Gerais: os poderes são outorgados para que o outorgado responda amplamente pelos interesses do outorgante, como, por exemplo, agir em nome do outorgante de maneira integral e efetiva. Nossa amostra contém um total de 37 procurações com poderes gerais.
- b) Procurações com Poderes Específicos: a procuração evidencia exatamente o objeto da outorga, como exemplo, um registro de uma empresa. Utilizamos 15 procurações com esse tipo de poder.

A partir das razões apresentadas para a escolha do tipo de texto, partimos para a sua formatação e organização, nas quais os textos foram compilados em grupos distintos, formando, assim, os *corpora* de estudo.

3.3. CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DE ESTUDO

Nosso *corpus* de estudo constitui-se de quarenta e duas procurações originais e suas respectivas traduções. Somam um total de 49.580 palavras-ocorrência (ou *tokens* para Linguística de Corpus): 23.915 em inglês e 25.665 em português.

Os arquivos foram adquiridos junto a tradutores públicos regularmente inscritos nas Juntas Comerciais de vários estados brasileiros e do Distrito Federal (DF). A seleção

desses tradutores teve início com uma busca aos *sites* de todos os Registros Comerciais (Juntas Comerciais) do Brasil, com o propósito de procurar os nomes e referências dos tradutores oficiais de cada Unidade da Federação. Após a geração de uma lista contendo seus contatos, abordamos alguns por meio de correio eletrônico. Foram enviados aproximadamente 70 *e-mails* com a descrição da pesquisa, na expectativa de que todos ou a maioria pudesse enviar os arquivos solicitados; porém, nesse primeiro contato, a taxa de retorno foi de apenas 10%.

Dessa maneira, a obtenção do *corpus* caracterizou-se como uma das partes mais laboriosas da pesquisa, já que houve grande resistência dos tradutores públicos, no primeiro momento, quanto à disponibilização dos documentos solicitados. Alguns explicaram que não poderiam fornecer as informações solicitadas devido ao sigilo da tradução juramentada e em respeito aos dados pessoais de seus clientes.

A seguir, procedemos a novas tentativas de obtenção de respostas, por meio de correio eletrônico e do auxílio direto de uma tradutora pública. Após essas tentativas, conseguimos o apoio de treze tradutores de alguns estados brasileiros e do DF. Para os tradutores participantes da pesquisa, além da descrição do estudo, foi encaminhado um termo de compromisso de não divulgação dos documentos. Essa foi uma forma de comprometer-nos com eles, de modo que fosse respeitado o sigilo do documento juramentado. Este termo (Anexo I) explica qual o tipo de texto solicitado (fotocópia das procurações originais e suas traduções correspondentes), elucida como esses participantes se beneficiarão da pesquisa e garante seu anonimato, bem como o de seus clientes.

Em razão do requisito de confidencialidade da tradução juramentada, os documentos foram encaminhados à pesquisadora pela tradutora pública que intermediou os contatos com os tradutores, sem que houvesse qualquer dado de clientes e de produtos. Todas as referências pessoais foram substituídas por “XXX”. Quanto à identificação dos tradutores, por questão ética e pela a pesquisa não objetivar cotejar as traduções para fins avaliativos, seus nomes foram mantidos em caráter sigiloso pela referida tradutora pública. Cada tradutor recebeu uma designação numérica de forma aleatória (Tradutor 1, Tradutor 2 e assim consecutivamente). Todos são tradutores juramentados nomeados após concurso público realizado pela Junta Comercial de seus referentes estados.

Como conseguimos todas as procurações com suas respectivas traduções, tornou-se possível a criação de estudo paralelo. Baker (1992) e Tagnin (2015) ressaltam

que um *corpus* paralelo é composto por textos originalmente escritos em determinada língua e suas respectivas traduções. O uso de *corpora* paralelos é essencial pois, além de oferecer evidências de como as palavras são usadas e quais traduções para uma dada palavra são possíveis, também possibilita uma ampla compreensão do processo e da natureza da tradução (HUNSTON, 2002, p. 128).

De imediato, percebeu-se a necessidade da divisão do *corpus*, para não comprometer os resultados dos dados avaliados, visto que as procurações continham diferenças em sua estrutura e continham características sintáticas e semânticas próprias da língua-alvo. Desse modo, três grupos foram formados, porém somente dois contemplaram a análise, já que um dos grupos compostos por procurações originárias de países onde inglês é a segunda língua (L2), continham erros linguísticos (sintáticos e semânticos) e erros de uso que influenciavam diretamente na análise, levando, portanto, a seu descarte. Os dois *corpora*, ou seja, duas bases de dados textuais, que nos serviram para a análise dos fraseologismos nas procurações são detalhados a seguir:

Corpus 1: PTJ 1 – procurações originalmente redigidas em inglês, oriundas de países cujo idioma oficial é Língua Inglesa (LI) e suas respectivas traduções para o português do Brasil, submetidas ao processo de tradução juramentada. O Anexo II desta dissertação exemplifica procurações desse *corpus*, que contém dezessete (17) procurações e suas traduções correspondentes;

Corpus 2: PTJ 2 – procurações originalmente redigidas em inglês, oriundas de países onde o inglês é a segunda língua (L2) e suas respectivas traduções para o português do Brasil. Também foram incluídas no *corpus 2* procurações redigidas em inglês oriundas de países onde o inglês é a segunda língua e que são textos gerados de *back translation*, ou seja, textos que têm características morfológicas, sintáticas ou lexicais da língua-alvo, o português, dentro do texto original, em inglês. O Anexo III é um exemplo dessas procurações. O total da documentação desse *corpus* é de vinte e cinco (25) procurações e suas traduções correspondentes.

3.4. CRITÉRIOS PARA A CLASSIFICAÇÃO DO *CORPUS*

No processo de avaliação dos documentos para conhecer melhor sua natureza, suas relações e funções, nos deparamos com características lexicais, sintáticas e semânticas distintas, a partir das quais se estabeleceram três *corpora*.

3.4.1. *Corpus 1*

Consiste em procurações oriundas de países onde o inglês é a primeira língua, como Austrália, Inglaterra, Estados Unidos, entre outros (países de LI). A classificação desse *corpus* ocorreu com a observação de se, em sua estrutura, havia algum texto que indicasse ser um modelo feito por associações estrangeiras de advogados ou de tabeliães. Essa característica é um indicativo de que o documento foi redigido nos países citados acima, por conter escolhas lexicais de uma escrita jurídica própria de países de LI. Para auxiliar nessa decisão, fez-se também necessário que recorrêssemos, em alguns momentos, a dicionários jurídicos monolíngues.

Outra característica é que, em procurações feitas em países de LI, não há influência da língua portuguesa, fator que pode ser observado tanto pela gramática quanto pelo formato de uma procuração. O Quadro 2 apresenta um trecho de uma procuração original (Quadro 2a) com sua tradução correspondente (Quadro 2b), ambas classificadas para comporem o *corpus 1*.

Quadro 2 – Exemplo de formato das procurações do PTJ1, no qual:

a) General Power of Attorney e b) Tradução
Procuração com Poderes Gerais

a) General Power of Attorney

Know All Persons by these Presents: That I, xxx, currently residing at xxx by this document hereby do make constitute and appoint xxx **whose address is xxx** as my true and lawful attorney in fact to act as follows, grating unto my true and lawful Attorney for me and in my name, place and stead full power to:

1. REAL PROPERTY TRANSACTIONS: (a) To buy, contract to buy, receive, lease or otherwise acquire real estate or any options therein or interest; (b) to sell, contract to sell, mortgage, lease, grant options to purchase or otherwise dispose of any or all real estate in which I now have or may hereafter acquire any right. title, or interest; (c) to sign, execute, acknowledge and deliver any and all instruments as may be necessary or convenient; including such terms and conditions and such warranties and covenants, if any as my Attorney-in-Fact shall deem advisable; (d) to indemnify the said Attorney and substitutes and each of her agents and her respective estates against all actions, proceedings, claims, costs, expenses and liabilities of every description arising from the exercise or **the purported exercise in good faith of the power conferred by the Power of Attorney.**

b) Procuração com Poderes Gerais.

SAIBAM TODOS: Que eu, **xxxx**, atualmente residente em **xxxx**, através deste documento nomeio e constituo **xxxx**, **com endereço na rua xxxx**, como minha bastante procuradora para atuar conforme a seguir, OUTORGANDO à minha referida Procuradora plenos poderes para:

1. TRANSAÇÕES COM BENS PESSOAIS: (a) Comprar, vender, arrendar, contratar reparos e de qualquer forma lidar com todo e qualquer bem pessoal, tangível ou intangível, que eu possa ter ou sobre o qual eu agora tenha ou doravante possa adquirir qualquer direito, título ou participação; (b) formalizar e entregar à autoridade adequada todo e qualquer documento necessário para efetuar o registro e licença adequados de quaisquer automóveis, nos quais eu tenha agora ou possa doravante ter participação; (c) tomar posse e ordenar a remoção e embarque de qualquer bem meu de qualquer depósito ou outro local de armazenagem, custódia ou uso e para tal lugar, e formalizar e entregar qualquer recibo de outro instrumento necessário ou conveniente para tal fim. (d) indenizar a referida Procuradora, e qualquer um que a represente, assim como seus respectivos bens, de ações, processos, reivindicações, custos, despesas e responsabilidades de qualquer natureza **originados do exercício de boa fé dos poderes outorgados por esta Procuração.**

Fonte: procuração cedida à autora (2016).

O título “*General Power of Attorney*” (Procuração com Poderes Gerais) mostra que se trata de uma Procuração com Poderes Gerais. Em *Know all persons by these presents* (Saibam todos quantos a presente virem), não se percebe influência da língua portuguesa. Nos exemplos *That I* e *whose adress is* são os dados de outorgante e outorgado. Normalmente, constam apenas nome e endereço nos textos originalmente em inglês, sem precisar de dados mais específicos como o Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou o estado civil dos envolvidos, como exigido no Brasil.

Logo após esses itens, são descritos os poderes outorgados. Cabe ressaltar que alguns tradutores públicos afirmaram, por meio de seus correios eletrônicos, que esse tipo de procuração corresponde a uma porcentagem pequena em relação ao total de procurações que eles efetivamente recebem.

3.4.2. *Corpus 2*

Nesse *corpus*, foram adicionadas as procurações em que o inglês é segunda língua (L2). Consideramos como segunda língua a que é notoriamente aceita nos tribunais e nas instituições do país de origem. Além desse tipo, foram também adicionados ao *corpus 2* o que definimos como textos originais gerados de *back translation*. Essas procurações estão no formato de procurações brasileiras, com poderes que normalmente constam nas procurações feitas no Brasil.

Para fins de classificação, fez-se necessário conhecer, ainda que superficialmente, os sistemas jurídicos de cada país envolvido e examinar se as traduções com poderes típicos das procurações brasileiras são textos que tiveram origem no Brasil, foram enviados para fora do país e retornaram para o tradutor não como uma tradução, mas como documento original que ele deveria traduzir. Esses textos foram incluídos por se tratar de uma realidade constante na prática do tradutor público, de acordo com relatos desses profissionais. Nas palavras do correio eletrônico enviado pelo Tradutor 7:

[...] muitas vezes o texto original da tradução é redigido em português, no Brasil. Eu o encaminho para um advogado no exterior, para o instrumento de procuração ser assinado em inglês. Depois, basta usar esse texto original para montar a "tradução juramentada" do instrumento que efetivamente foi assinado (*Informação por escrito*)⁷.

⁷ Informação prestada a autora pelo Tradutor 7, por meio de correio eletrônico.

Outro exemplo de relato dos profissionais foi descrito pelo Tradutor 10:

[...] o cliente brasileiro enviou para a empresa em [país] o texto da procuração em português para ser traduzida para inglês lá em [país]. Costumam fazer isto para que a procuração contenha exatamente os termos e os poderes que precisam aqui no Brasil para poder utilizá-la. Depois, o cliente brasileiro me enviou a procuração em inglês para que eu a traduzisse de volta. Assim, a TJ conteve todos os termos necessários para os propósitos aos quais se destinava. O pessoal aqui no Brasil faz isso porque os termos das procurações no exterior em geral são mais genéricos e aqui às vezes causa problema para os advogados (*Informação por escrito*)⁸.

O uso do *corpus 2* justifica-se, ainda, pela possibilidade de servir de auxílio aos tradutores juramentados iniciantes, especialmente os que não são bacharéis em Direito, que provavelmente encontram muita dificuldade em verter para o inglês expressões e fraseologismos encontrados nas procurações brasileiras.

Assim, consideram-se razoáveis os critérios de classificação, dadas as características singulares apresentadas neste tipo de procuração, *back translation*, dos textos incluídos no *corpus 2*. Tais características justificariam a inclusão do *corpus 2* na pesquisa, pois apresentam opções de traduções possíveis quando os tradutores tivessem que fazer versões para a língua inglesa. Como as procurações em português contêm expressões e fraseologismos não encontrados nas do *corpus 1*, o *corpus 2* poderia representar um real auxílio aos tradutores.

Outro fator relevante é que as procurações do *corpus 2* representam um volume significativo do que é recebido pelos Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais (TPICs). Assim, a inclusão na pesquisa não apenas teria valor acadêmico, mas também se revelaria prático para os TPICs que, gentilmente, se dispuseram a contribuir. Dessa forma, espera-se que a pesquisa auxilie tanto os tradutores experientes quanto os inexperientes, apresentando possíveis soluções tradutórias para as dificuldades que eles possivelmente enfrentam ao se depararem com fraseologismos que devem ser vertidos para o inglês.

O Quadro 3 apresenta trecho de procuração classificada para o *corpus 2*. Os termos em negrito são traduções para nomes de órgãos brasileiros que normalmente constam em poderes específicos de procurações brasileiras.

⁸ Informação prestada a autora pelo Tradutor 10, por meio de correio eletrônico.

Quadro 3 – Trecho de uma procuração classificada para o *corpus* 2, no qual: a) Power of Attorney e b) Tradução correspondente

a) Power of attorney

“...To represent the Grantor as shareholder of xxxx Ltda. before third parties and before all and any public, federal, state and municipal departments and authorities, banks, including the **Central Bank of Brazil, Board of Trade, Public Registry of Deeds Federal, State and Municipal Revenue Secretary (SRF), Brazilian Patent and Trademark Office (INPI), National Institute of Social Security (INSS)**, and, furthermore, before all divisions, administrative offices and departments thereof, being permitted to sign any and all requirements, forms, letters, statements and any other document, as well as perform any formality, execute any act and grant any statement that may be necessary for the execution of the present power of attorney.

b) Procuração

“...Representar a Outorgante, na qualidade de acionista da xxxx do Brasil Sistemas de Medição Ltda. perante terceiros e perante todas e quaisquer repartições e autoridades públicas federais, estaduais e municipais, autarquias federais, estaduais e municipais, bancos, incluindo o **Banco Central do Brasil, Juntas Comerciais, Cartórios de Títulos e Documentos, Secretarias da Receita Federal (SRF) estaduais e municipais, Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)**, e, ainda, perante todas as divisões, repartições e departamentos dos órgãos mencionados, podendo assinar requerimentos, formulários, cartas, declarações e outros documentos, bem como cumprir formalidades, executar atos e conceder declarações que sejam necessárias para o cumprimento desta procuração.

Fonte: procuração cedida à autora (2016).

3.4.3. *Corpus* 3

Procurações de países em que o inglês é a segunda língua (L2) que continham erros linguísticos (sintáticos e semânticos) e erros de uso que influenciavam diretamente a qualidade do texto. Descartamos todas as procurações desse *corpus*, composto por 10

procurações, para não comprometer a confiabilidade dos dados da pesquisa. O Quadro 4 exemplifica uma procuração incluída nesse *corpus*.

Quadro 4 – Exemplo de trecho de procuração contendo erros sintáticos e de uso, no qual: a) Procurancy e b) Tradução correspondente

Procurancy
Xxx S.R., Xxx, Italy, herein represented by its legal representative Mr. Xxx, bearer of Italian passport xxx, resident and domiciled xxx (Italy) Grantee xxx, legal entity of private law, with legal address at xxx avenida xxx, registered in CNPJ (corporate taxpayer ID) no. Xxx, a lawyers company duly registered along OAB/xx (Brazilian bar, xxx with no. Xxx, through its counsel partners, xxx, Brazilian, married, lawyer registered on OAB/xx with no. Xxx and OAB/xx no. Xxx, and xxx, Brazilian, married, lawyer regularly registered in OAB/xx no. Xxx and OAB/xx no. Xxx.
PROCURAÇÃO
Xxx SR, Xxx, Itália, aqui representada pelo seu representante legal Xxx, portador do passaporte italiano xxx, residente e domiciliado xxx (Itália) Beneficiário xxx, com domicílio em xxx avenida xxx, registrada no CNPJ (Identificação do contribuinte corporativo) no. Xxx, empresa de advogados devidamente registrada pela OAB / xx (barra brasileira, xxx com o nº Xxx, por meio de seus sócios advogados, xxx, brasileira, casada, advogada registrada na OAB / xx com nº Xxx e OAB / xx nº Xxx, E xxx, brasileiro, casado, advogado regularmente registrado na OAB / xx nº Xxx e OAB / xx nº Xxx.

Fonte: procuração cedida à autora (2016).

O Quadro 4a expõe exemplos de erro de uso, como em *procurancy*, já que essa terminologia não é utilizada por profissionais da área, embora a palavra exista. Também não há ocorrências do vocábulo nos dicionários especializados consultados: no *Black's Law Dictionary* (1990), constatamos apenas o uso de *Power of Attorney*. Um outro exemplo que causa alerta é o uso de “avenida”, pois a palavra já aparece em português; porém os endereços são mantidos tais como estão, não sendo traduzidos, ou seja, não se usaria *avenue*, por exemplo.

Os dois outros trechos marcados pela autora em negrito (*registered in*, *registered along* e *registered on*) são exemplos de erros sintáticos. Nota-se que apresentam três formas para mesma oração, porém nenhuma corresponde à forma reconhecida como correta, *registered with*.

3.5. PROCEDIMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS FRASEOLOGISMOS

A metodologia adotada na pesquisa compreende duas etapas básicas subdivididas em duas fases, uma manual e outra digital, ambas com os objetivos comuns de identificar e de analisar os fraseologismos. É importante frisar que, embora cada uma delas tenha sido norteadas por procedimentos diferentes, estes, não são excludentes um em relação ao outro; ao contrário, são cumulativos. Dessa maneira, as duas etapas são:

- a) identificação dos fraseologismos nos textos em inglês e nos textos em português, conforme Bevilacqua (2004);
- b) análise para associar os fraseologismos ingleses de maior frequência nos textos de partida com seus equivalentes em português nos textos de chegada.

3.5.1. Etapa manual

Na análise manual, a documentação foi impressa para que fosse realizada uma avaliação crítica e detalhada sobre a forma, o conteúdo e, conseqüentemente, os fraseologismos.

PTJ1 – (*corpus 1*)

Nesse *corpus*, procurou-se observar a estrutura das procurações, de forma que apresentassem o formato semelhante a formulários com estruturas já preestabelecidas a serem preenchidos apenas com os dados das partes e do objeto da procuração. Na parte inferior do documento, existe um campo padronizado com identificação dos autores, como tabeliães e advogados. O Quadro 5 a seguir expõe o equivalente para o português referente à “formulário legal de procuração”.

Quadro 5 – Exemplo de trecho de procuração com características do *corpus 1*

Título: UNIFORM STATUTORY FORM POWER OF ATTORNEY

Fonte: elaborado pela autora.

O Quadro 6 exibe a estrutura da procuração do PTJ1. Nela, o título “*general power of attorney*” (procuração com poderes gerais) aponta o tipo de poder que será outorgado. Em relação às construções fraseológicas, procurou-se observar os blocos de estrutura fixa (Quadro 6, em negrito) para fazer a correspondência dos candidatos a fraseologismos e seus equivalentes, o que também foi feita na análise digital.

Quadro 6 – Exemplo de trecho de procuração com características do *corpus* 1

<p>a) GENERAL POWER OF ATTORNEY KNOW ALL MEN BY THESE PRESENTS that on this xxxx, we, xxxx LTD., a company incorporated and existing under the IBC Act of the xxxx (hereinafter referred to as "the Company") have made, constituted and appointed, and by these presents do hereby make, constitute and appoint xxxxx and Mr. xxxxx, acting jointly (hereinafter referred to as "the Attorney as our true and lawful Attorney-in-fact for us and in our name, place and stead, to do, execute and perform all and every act or acts in law needful and necessary to be done in and about and in relation, but not limited to, the following matters:</p> <p>1. To negotiate, conclude, sign, execute and deliver on behalf of the Company such conveyances, transfers, assignments, deeds, documents, licenses, authorities or agreements as said Attorney shall consider necessary or proper to enable it to dispose of or acquire any assets in any part of the world (hereinafter referred to as "the assets") on such terms as the Attorney shall consider proper or desirable in his absolute discretion.</p> <p>This instrument is to be construed and interpreted as a general power of attorney with no limitations on the power and authority of the attorney to act as long as such acts are lawful and in the interest of the Company.</p> <p>IN WITNESS whereof this power of attorney has been issued and signed on the date first above written.</p>
<p>b) PROCURAÇÃO SAIBAM TODOS QUANTOS A PRESENTE VIREM que aos xxxx de xxx de xxx, nós da xxx, uma sociedade constituída e com existência de acordo com a Lei das IBC [Sociedades Comerciais Internacionais] das Ilhas Virgens Britânicas (doravante denominada “Sociedade”) nomeamos e constituímos, e pela presente agora nomeamos e constituímos, o Sr. xxxx e o Sr. xxxxx, atuando em conjunto (doravante denominados “Procurador”) como nosso bastante procurador para, por nós e em nosso nome e lugar, realizar e executar todo e qualquer ato ou atos legais indispensáveis ou necessários relativamente, porém não limitados, às seguintes questões:</p> <p>Para negociar, concluir, assinar, executar e entregar em nome da Sociedade as alienações, transferências, cessões, escrituras, documentos, licenças, autorizações ou contratos, conforme o referido Procurador considere necessário ou apropriado para possibilitar a alienação ou aquisição de quaisquer bens em qualquer parte do mundo (doravante denominados “bens”) nos termos que o Procurador considere adequados ou aconselháveis, a seu critério absoluto.</p> <p>Este instrumento deverá ser considerado e interpretado como uma procuração com poderes gerais, sem limitações ao poder e autoridade do procurador para atuar na medida em que tais atos sejam legais e no interesse da Sociedade.</p> <p>EM TESTEMUNHO DO QUE, esta procuração foi emitida e assinada na data constante no início deste documento.</p>

Fonte: procuração cedida à autora (2016).

PTJ2 – (corpus 2)

Neste *corpus*, observou-se que a macroestrutura das procurações se caracteriza por uma estrutura típica das procurações originalmente feitas no Brasil (Quadro 7), qual seja *Power of Attorney* (procuração) *grantor* (outorgante), *grantee* (outorgado), *powers* (poderes), pois essas não são estruturas utilizadas nas procurações em inglês do *corpus* 1. Similarmente, foi investigado a existência de *back translation* com a presença da tradução de nomes de órgãos brasileiros na procuração em inglês, como destacado no Quadro 7. Também foram examinados os blocos de estrutura fixa, candidatos a fraseologismos e seus equivalentes.

Quadro 7 – Exemplo de trecho de procuração com características do *corpus* 2

a)

POWER OF ATTORNEY

GRANTOR: xxx, a limited liability company organized and existing under the laws of the Netherlands having its statutory seat in xxx and its registered office at xxx, the Netherlands and being registered with the xxx Chamber of Commerce under number. xxx, herewith represented by its managing director, xxx a limited liability company organized under the laws of the Netherlands, having its statutory seat in xxx and its registered office at xxx, the Netherlands hereby grants a power of attorney to:

GRANTEES: xxx, Brazilian citizen, a lawyer with office at xxx, Brazil, duly enrolled with CPF number xxx, holder of identity Card with number xxx and passport with number xxx and xxx, Brazilian naturalized citizens with address at xxx, Brazil, duly enrolled with CPF: xxx, holder of identity card xxx and passport xxx, so that acting jointly or solely and independently of the order in which they are named, they may:

POWERS: - represent the Grantor with powers to subscribe to and pay in capital and increases of xxx Ltda;

-to represent the Grantor **before Federal, State, Municipal and administrative authorities, agencies, departments and offices, especially before the Board of Trade (Junta Comercial) of the State of xxx and (Junta Comercial) of xxx State, the Central Bank of Brazil, Brazil Bank, BASA Bank and BNDES Bank**, concerning investments, reinvestments and loans, to sign and withdraw any and all documents, petitions, letters, statements and to take all such steps as may be necessary in order to carry out the power herein, including service of process on behalf of the Grantor, exclusively for the purpose of **Section 119 of Law No. 6404.**

b)

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE xxxxx, uma sociedade de responsabilidade limitada fundada e existente sob as leis da Holanda tendo sua sede oficial em xxxxx e seu escritório registrado em xxxxx e sendo registrada junto à Câmara de Comércio de xxxxx sob o xxxxx, neste ato representada por seu diretor administrativo, com escritório registrado em xxxxx e estando registrada na Câmara de Comércio de xxxxx com o número xxxxx devidamente representada por seu diretor, Sr. xxxxx, nascido em xxxxx, em xxxxx, residente à xxxxx, que por este instrumento concede uma procuração para:

OUTORGADOS: xxxxx, cidadã brasileira, uma advogada com escritório xxxxx, Estado de xxxxx, Brasil, devidamente registrada com número de xxxxx, portadora da Carteira de Identidade com número xxxxx e passaporte de número xxxxx e xxxxx, cidadã brasileira naturalizada com endereço na xxxxx, Edifício xxxxx, , devidamente registrada com xxxxx, portadora da carteira de identidade xxxxx e passaporte xxxxx, de forma que agindo conjuntamente ou de forma independente, não importando a ordem em que são nomeadas, possam:

PODERES: - representar a Outorgante com poderes para subscrever e pagar aumentos de capital da xxxxx Ltda;

- concordar com cláusulas e condições, indicar administradores, ser (em) consignada(s) com e receber cotas de capital, subscrever o capital e representar a Outorgante em emendas subsequentes ao Contrato Social da dita empresa limitada incluindo poderes para participar e votar em assembleias e deliberações de cotistas;

- representar a Outorgante perante **repartições públicas federais, estaduais e municipais, especialmente a Junta Comercial do Estado de xx e a Junta Comercial do Estado de xx, o Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Banco BASA e o Banco xxxxx**, com relação a investimentos, reinvestimentos e empréstimos, assinar e retirar todo e qualquer documento, petições, cartas, declarações e tomar todas as providências necessárias para o cumprimento desta procuração, incluindo receber citação em nome da Outorgante, exclusivamente para os fins do Artigo xxxxx.

Fonte: procuração cedida à autora (2016).

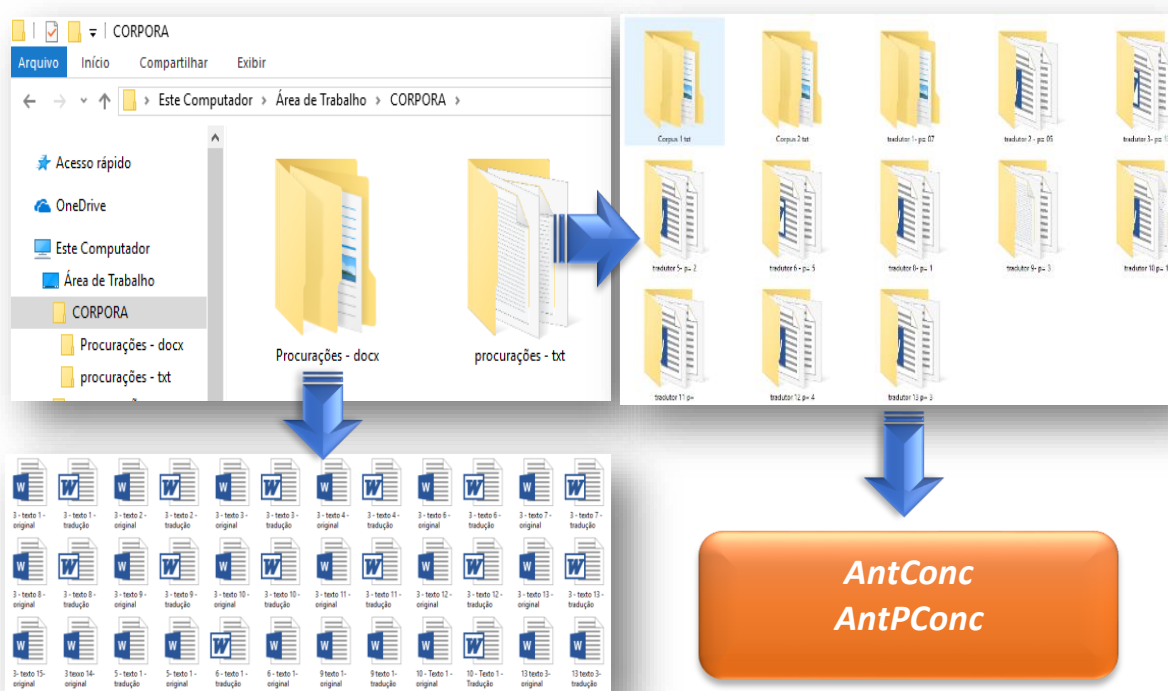
3.5.2. Etapa digital

A observação em meio digital foi realizada junto aos programas computacionais *AntConc* e *AntPConc*. Apresentados nas subseções 2.7.1 e 2.7.2, esses aplicativos, desenvolvidos por Laurence Anthony, oferecem várias ferramentas para interrogar um *corpus*, tais como o *Word List*, o *Concord* ou ainda o *KWIC (Key Word in Context)*. Essas ferramentas auxiliaram as análises de textos, no sentido de que as avaliações dos estudos

tradutológicos, derivados do *corpus*, não sejam meramente intuições, mas, também, estatísticas empíricas documentadas.

Em termos de organização, os textos que compõem os *corpora* desta pesquisa foram salvos em formato *word* (.docx) para impressão e análise manual e em formato .txt para que pudessem ser processados pelos programas *AntConc* e *AntPConc*. Posteriormente, foram reunidos em pastas separadas, segundo seu formato (Figura 1).

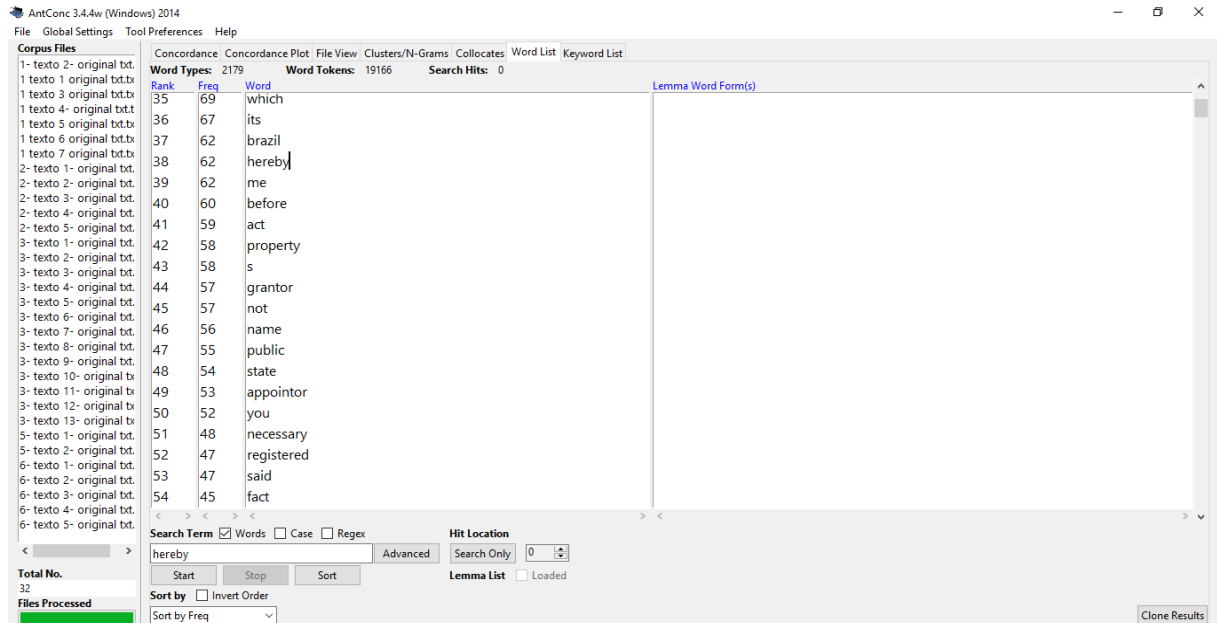
Figura 1 – Organização dos diretórios formadores dos *corpora*



Fonte: elaborada pela autora.

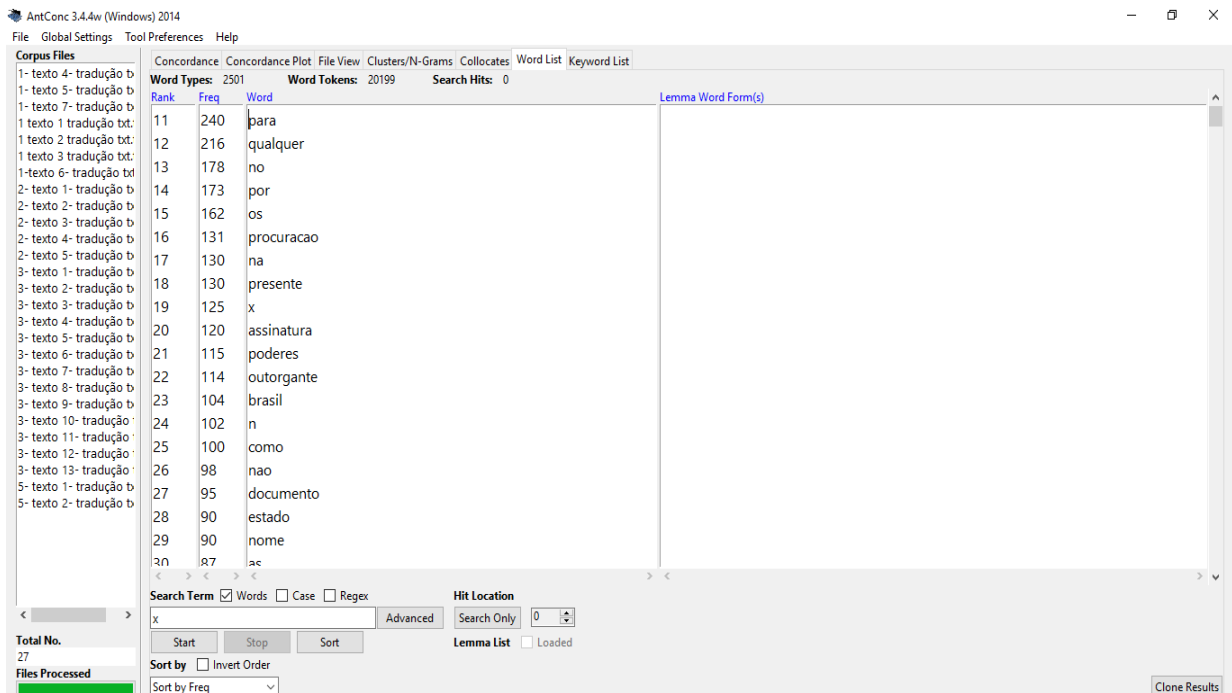
Seguem alguns exemplos do processamento dos dados compilados nos programas *AntConc* e *AntPConc*, para observação da linguagem em uso e o cumprimento dos objetivos propostos nesta investigação. Nessa etapa, o formato dos textos é .txt. As Figuras 2 e 3 mostram a utilização da ferramenta *Word List* no *AntConc*, que gera uma lista de palavras-chave e mostra a frequência com que aparecem no *corpus*.

Figura 2 – Leiaute do programa *AntConc* com os arquivos *.txt* submetidos com o resultado da análise do *Word List* em inglês



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 3 – Leiaute do programa *AntConc* com os arquivos *.txt* submetidos com o resultado da análise do *Word List* em português do documento

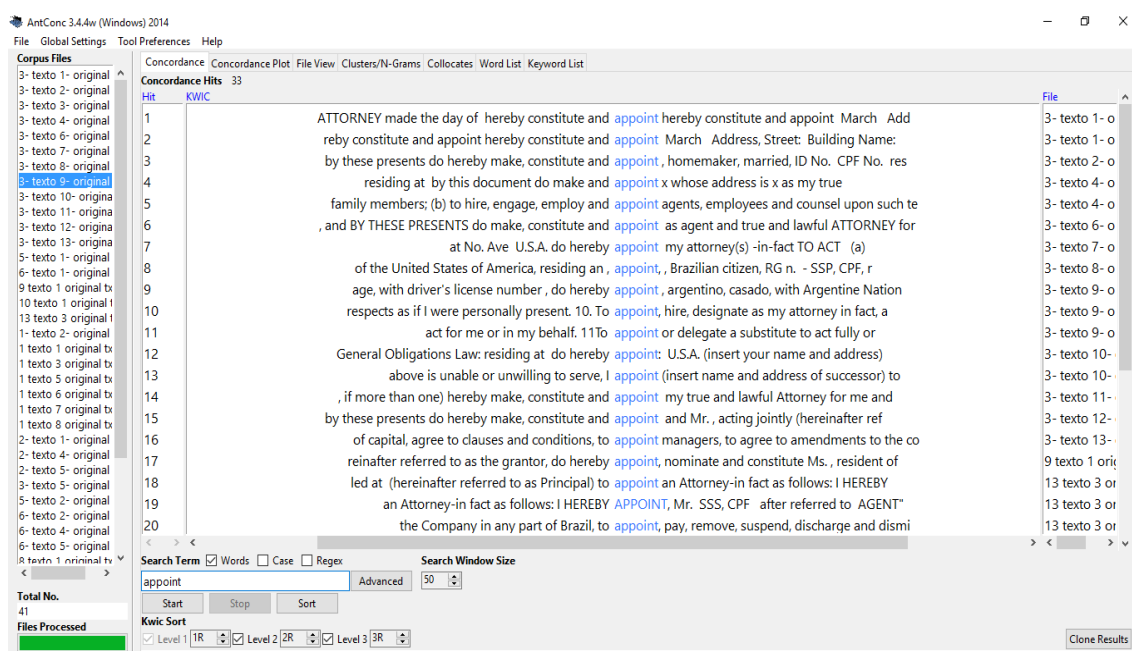


Fonte: elaborada pela autora.

A Figura 2 exibe as palavras-chave com maior índice de frequência dos textos originais. Com base nessa informação, podemos investigar os fraseologismos. A Figura 3 exibe, por sua vez, exibe as palavras-chave com maior índice de frequência nos textos traduzidos.

Os passos seguintes (Figuras 4 e 5) foram executados com a ferramenta *Concordance* no *AntConc*, que gerou uma lista de concordância, ou seja, o contexto em que a palavra aparece. Além de identificar as palavras de maior frequência no *corpus*, a ferramenta possibilita formulação de lista de todas as ocorrências da palavra de busca em contexto. Na leitura vertical, permite identificar padrões gramaticais e lexicais; na horizontal, permite identificar colocados e diferentes sentidos.

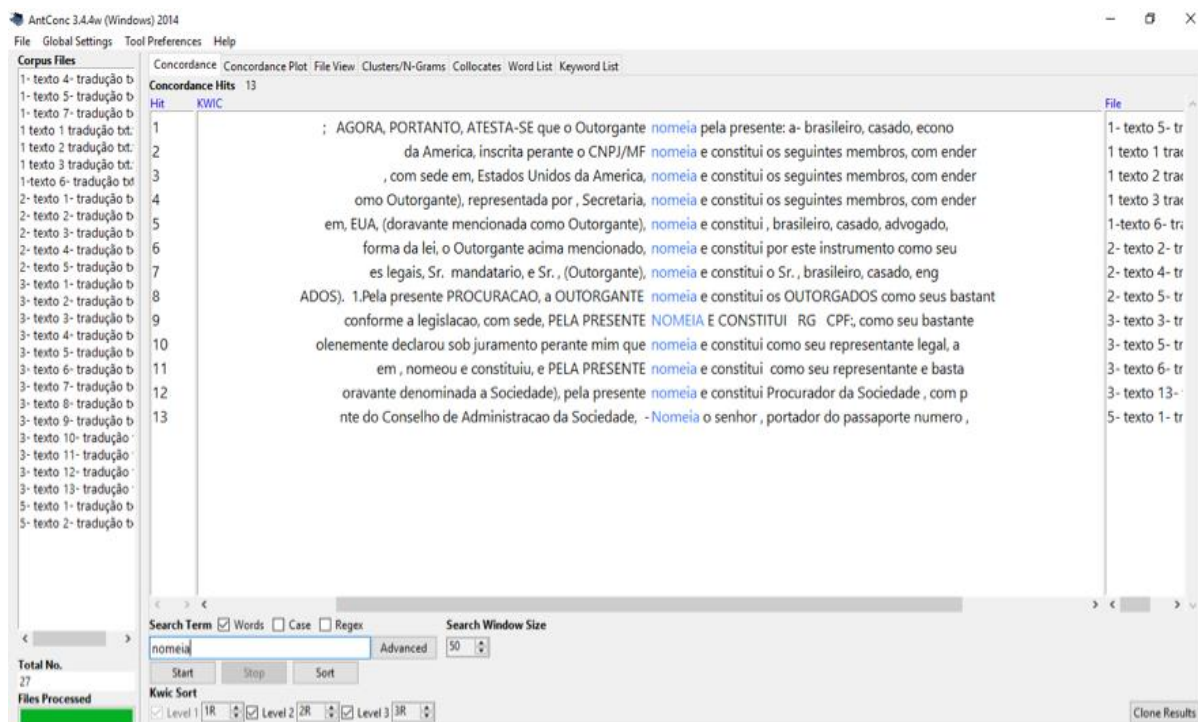
Figura 4 – Leiaute do programa *AntConc* com os arquivos *.txt* submetidos com o resultado da análise do *Concordance Tool* em inglês



Fonte: elaborado pela autora.

No exemplo acima (Figura 4), escolheu-se o verbo *appoint*, devido à frequência com que ele aparece: foram contabilizadas 33 ocorrências nos *corpora*. O programa mostrou, ainda, todas as palavras que ocorrem à direita e à esquerda. Os resultados serão discutidos na seção de análise dos dados.

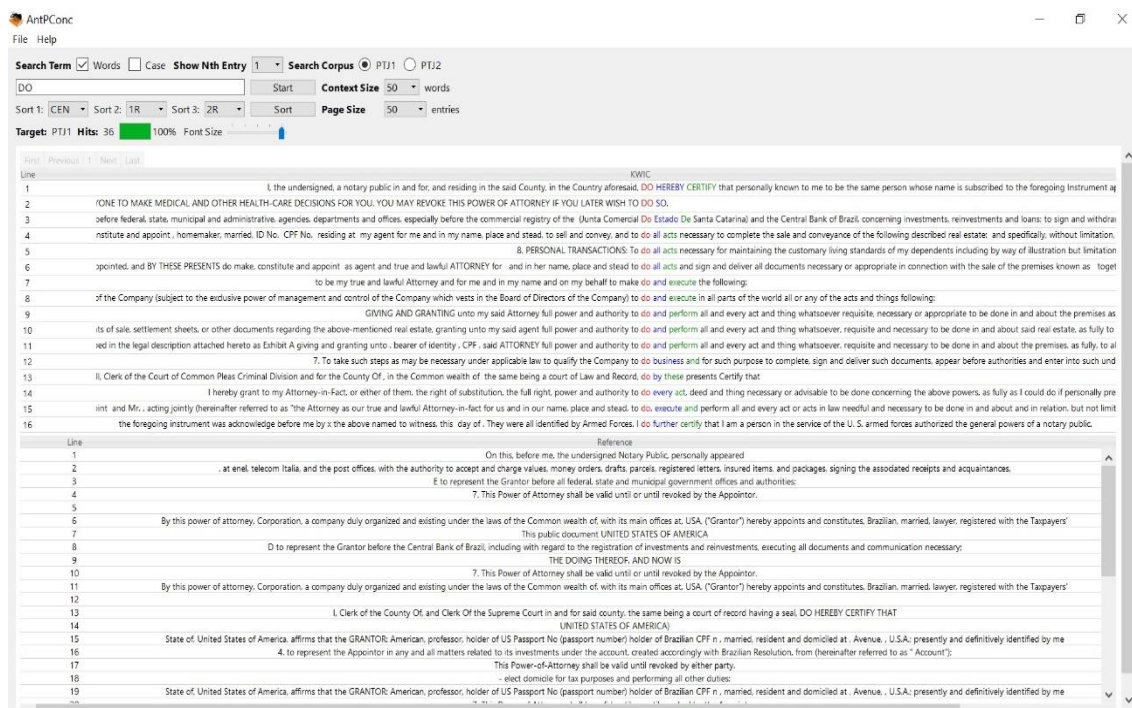
Figura 5 – Leiaute do programa *AntConc* com os arquivos *.txt* submetidos com o resultado da análise do *Concordance Tool* em português



Fonte: elaborado pela autora.

A Figura 5 mostra o verbo *nomeia*, que também foi escolhido pela frequência apresentada – 25 ocorrências. As palavras que ocorrem à direita e à esquerda também foram analisadas. Dessa forma, o uso do software *AntConc* exhibe a recorrência de blocos considerados, a princípio, fraseologismos. O programa *AntConc* é uma ferramenta para análise do *corpus* paralelo. Tal ferramenta possibilitou uma investigação simultânea, uma vez que foram confrontados os *corpora* original e suas respectivas traduções. A Figura 6 compila exemplos da utilização desse software neste trabalho.

Figura 6 – Leiaute do programa *AntPConc* com os arquivos *.txt* submetidos com o resultado da análise do *Concordance Tool* em português.



Fonte: elaborado pela autora.

Com os textos alinhados, a identificação do equivalente em português foi facilitada a partir dos candidatos a fraseologismos identificados por meio do programa *AntPConc*, estabelecendo parâmetros específicos para esta tarefa.

3.5.3. Critérios de identificação dos fraseologismos

Para a identificação dos fraseologismos, iniciamos com a proposta de Cleci Bevilacqua (2004), que orienta que se faça um levantamento dos verbos, por considerá-los parte integrantes dos fraseologismos. Para a autora, os elementos que por ventura estiverem vinculados a tais verbos denotam indícios da presença de fraseologismos. Nesse sentido, seguimos com alguns dos critérios adotados pela autora para sua identificação.

A primeira etapa efetiva da pesquisa foi o estabelecimento de definições relativas aos critérios utilizados para o reconhecimento dos fraseologismos segundo Bevilacqua (2004, p. 18). São eles:

- a) critérios semânticos: são, representados pela inclusão de, no mínimo, uma unidade terminológica simples ou sintagmática referente à área jurídica (*procurador, ato, leis, etc.*); e pela inclusão de um elemento eventivo em forma de verbo ou de nominalização representantes das ações e processos caracterizadores do Direito (*saber, nomear, agir etc.*);
- b) critérios quantitativos: referem-se à frequência relevante com que os fraseologismos ocorrem; e, por fim:
- c) critérios pragmático-discursivos: englobam a fixação temática e a fixação pelas propriedades pragmático-discursivas do texto especializado.

Apresentados os critérios de reconhecimento das UFE propostos por Bevilacqua (2004), é importante apontar os critérios de seleção. Esse passo é necessário para que se faça um levantamento dos verbos no *corpus* pesquisado, porque considera-se que eles são parte integrante das Unidades Fraseológicas Especializadas Eventivas (UFE), uma vez que outras unidades formadas por nomes deverbais e participípios derivam, em princípio, dos verbos. Esses verbos devem ser levantados em suas formas truncadas, como, por exemplo, o verbo realizar → realiz) “com base nas quais devem ser geradas as concordâncias, a fim de se obterem as três estruturas superficiais (verbo, participípio e nome deverbal)” (BEVILACQUA, 2004, p. 42).

Após a identificação dos fraseologismos mediante a aplicação dos critérios, seguimos para o segundo passo da metodologia, que consistiu na análise e relação dos fraseologismos com seus respectivos equivalentes.

3.5.4. Análise dos fraseologismos

Partindo dos critérios adotados, procedemos à análise da documentação juramentada. A análise foi realizada tanto de forma manual, a partir de uma tentativa de conhecer o documento e observar os fraseologismos em um documento do meio físico, quanto de maneira digital, automaticamente, em que se objetivou a verificação de como os fraseologismos mais comuns, utilizados em língua inglesa, eram traduzidos para o português.

Prosseguindo a investigação acerca dos fraseologismos, empregamos alguns parâmetros de análise para o entendimento das ocorrências típicas de cada grupo. Estes critérios envolveram: a) identificação dos fraseologismos b) identificação dos equivalentes; c) observação da discrepância entre os *corpora* 1 e 2 em relação à constituição da estrutura sintagmática da unidade fraseológica. Dessa maneira, procurou-se identificar variações nas estruturas fraseológicas em inglês, nos *corpora* 1 e 2, e em português, nos *corpora* 1 e 2.

3.6. ORGANIZAÇÃO DOS FRASEOLOGISMOS IDENTIFICADOS

Satisfeitas as etapas anteriores, elencamos os fraseologismos encontrados em ambos os *corpora* em listas contendo: o fraseologismo em si, seus possíveis equivalentes em português, e o número de ocorrências no *corpus* analisado. Esse procedimento torna possível a compreensão da importância desse tipo de construção no processo de tradução. O número de ocorrências serve de parâmetro para verificação, mediante a disposição em gráficos de barras, das construções fraseológicas mais e menos utilizadas pelos TPICs em ambos os *corpora*. Recorremos, ainda, a dicionários especializados para verificação dos fraseologismos detectados na metodologia.

3.7. VERIFICAÇÃO DOS FRASEOLOGISMOS EM OBRAS LEXICOGRÁFICAS

Com o intuito de complementar a pesquisa e respaldar os resultados obtidos no que se refere à identificação de uma construção fraseológica empregada pelo tradutor na TJ, utilizamos obras lexicográficas para verificar a correspondência dos termos que compõem o objeto de estudo. Os dicionários monolíngues jurídicos empregados encontram-se listados no Quadro 8 a seguir.

Quadro 8 – Dicionários especializados utilizados com seus autores e ano de publicação

Dicionários especializados		
Título	Autor	Ano
Black´s Law Dictionary	Henry Campbell Black	1990
Vocabulário Jurídico	De Plácido e Silva	2007
The Oxford Companion to Law	Peter Cane & Joanne Conaghan	2008

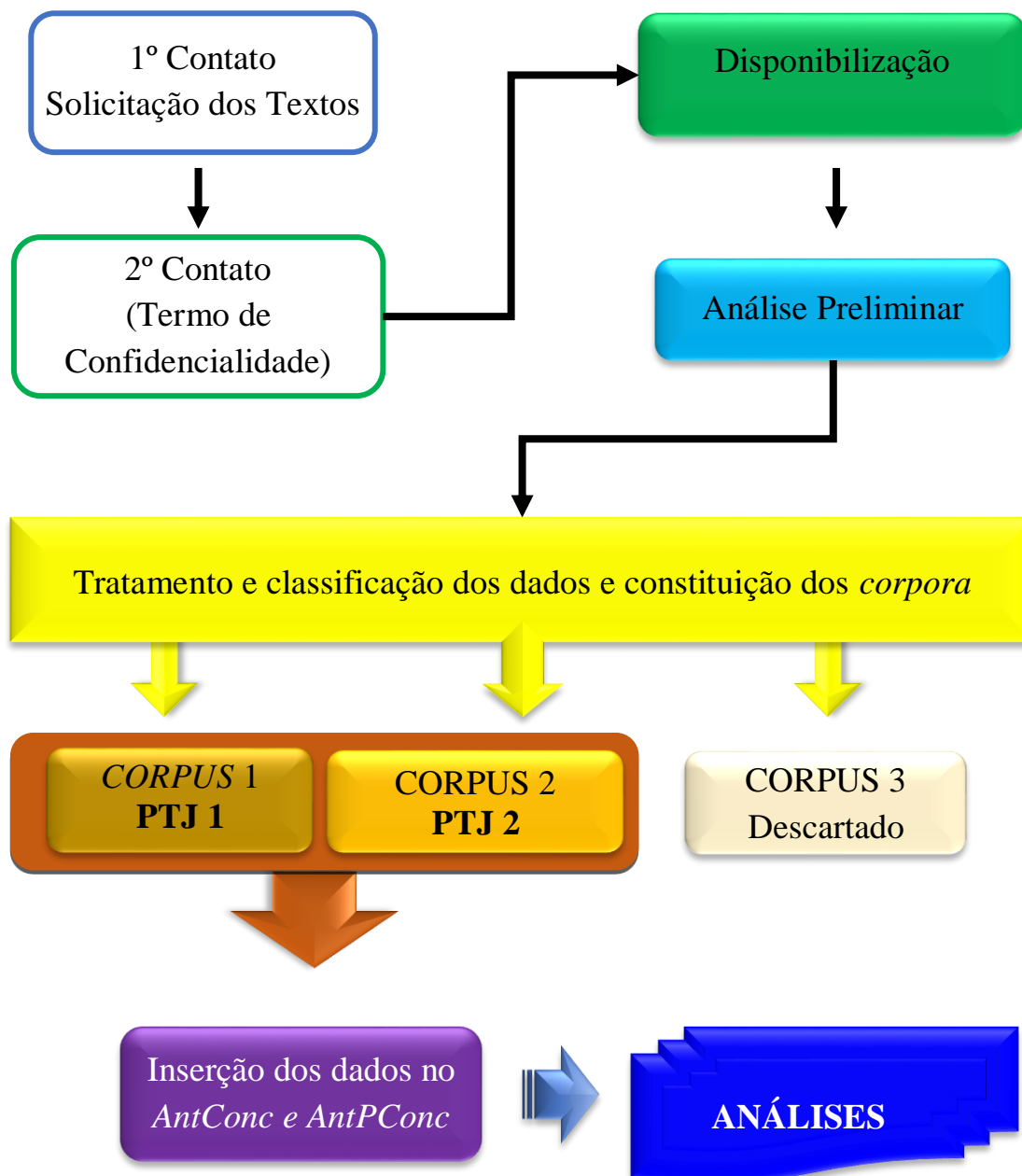
Fonte: elaborada pela autora.

Essas obras são referências na área jurídica e contam com o prestígio no domínio de estudo. Apresentam elevada importância no processo de validação do léxico efetivamente utilizado pelos especialistas da área e da equivalência conceptual dos fraseologismos encontrados nos *corpora*. Porém, vale ressaltar que dicionários nem sempre trazem uma construção fraseológica, o que não invalida a construção como sendo de tal natureza. Desse modo, abre-se espaço para uma investigação mais precisa em um *corpus* especializado.

3.8. FLUXOGRAMA GERAL DA METODOLOGIA

Para auxiliar o entendimento da metodologia utilizada neste trabalho, foi elaborado um fluxograma (Figura 7), que resume de maneira esquemática as etapas metodológicas descritas ao longo deste capítulo.

Figura 7 – Fluxograma de atividades metodológicas para identificação e análise dos fraseologismos



Fonte: elaborada pela autora.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a finalidade de analisar e discutir os dados levantados com base na seleção dos fraseologismos traduzidos de modo juramentado, na direção inglês-português, esta seção apresenta as análises das duas etapas da pesquisa. Cada fase é norteada por procedimentos específicos, visando a maior confiabilidade no reconhecimento e nas reflexões conferidas aos fraseologismos detectados. Nesse sentido, a primeira etapa, que versou à identificação/seleção dos fraseologismos, mediante aplicação de critérios de Bevilacqua (2004), além de contemplar seus objetivos, mostrou-se imprescindível à fase posterior, que neste trabalho, resumiu-se à associação dos fraseologismos com seus respectivos equivalentes.

Antes de apresentar a análise dos fraseologismos e discutir os resultados alcançados, é importante que aspectos relacionados à investigação sejam expostos. Esses aspectos referem-se à análise prévia sobre a estrutura dos documentos, a fim de detectar as especificidades da procuração, objetivando melhor entendimento de sua dinâmica dentro de um ou mais sistemas jurídicos.

4.1. ESTRUTURA DAS PROCURAÇÕES

Nossos *corpora* foram formados por um total de 42 procurações, das quais 17 formaram o *corpus* 1 e 25 o *corpus* 2. Muito embora esperávamos obter prontamente as fotocópias originais com suas respectivas traduções, deparamo-nos com algumas dificuldades, principalmente pela indisponibilidade dessas cópias acompanhadas do documento original, já que não é rotina dos tradutores arquivarem tais anexos. Apesar desses contratemplos, conseguimos todas as procurações com suas traduções para formar os nossos *corpora* paralelos. Baker (1992) ressalta que um *corpus* paralelo se constitui de textos originalmente escritos em determinada língua e suas respectivas traduções. Hunston (2002, p. 128) reforça que o uso de *corpora* paralelos contribui para a prática tradutória, pois, além de oferecer evidências de como as palavras são usadas e quais traduções para uma dada palavra são possíveis, também proporciona uma compreensão do processo e da natureza da tradução em si.

Após reunir a documentação, analisamos sua estrutura, forma e conteúdo detalhadamente, com o propósito de entender cada um dos documentos, e apreender sua contribuição para a busca dos fraseologismos. Dessa forma, foram constatados dois tipos de procurações nos *corpora*, “Procuração com Poderes Gerais” e “Procuração com Poderes Específicos”, conforme pode ser observado a seguir, pelas características singulares de cada uma delas.

4.1.1. Procuração com Poderes Gerais – *General Power of Attorney*.

Segundo De Plácido e Silva (1997), essa é uma procuração cujo poderes são outorgados para que o outorgado responda amplamente pelos interesses do mandante. Pode constar de um ou de vários poderes. A quantificação de poderes gerais outorgados encontrados em meio a procuração é apresentada no Quadro 9.

Quadro 9 – Poderes gerais outorgados nas procurações

Poderes Gerais	Quantidade
“Atuar como representante de uma sociedade empresarial”	16
“Agir em nome do outorgante de maneira integral e efetiva”	7
“Formulário legal- os poderes outorgados para este documento são amplos e irrestritos, estando definidos na lei geral das Obrigações”	5
“Procuração Militar- dando amplos poderes para realizar transações imobiliárias, comerciais, bancárias, sobre bens pessoais, seguro, entre outros”	1

Fonte: elaborado pela autora.

4.1.2. Procuração com Poderes Específicos: – *Special Power of Attorney*.

De acordo com a disposição legal, constante no art. 653 do Código Civil brasileiro, instituído pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, para os atos que exigem poderes específicos, é fundamental que a procuração especifique exatamente o objeto da outorga; deve-se analisar o alcance e a repercussão da procuração em cada negócio jurídico (BRASIL, 2002). Há necessidade de poderes específicos para situações como a compra e venda de um imóvel, a matrícula de alguém em uma universidade, o reconhecimento de paternidade, concessão de fiança, entre outras situações.

A quantificação dos poderes específicos outorgados encontrados na amostra analisada por esta dissertação é apresentada pelo Quadro 10 a seguir.

Quadro 10 – Poderes específicos outorgados nas procurações

Poderes Específicos	Quantidade
“Venda de imóvel”	5
“Abertura de um inventário”	1
“Recuperação de um depósito judicial”	1
“Registro de uma empresa”	1
“Recuperação de um crédito monetário”	1
“Estabelecer uma empresa”	1
“Registrar imóvel”	1
“Conduzir os procedimentos de um casamento”	2

Fonte: elaborado pela autora.

Notamos a presença de procurações cujo encerramento constam notas de tabeliães ou de associações de advogados que elaboraram o texto. Com essa comparação, foi possível reconhecer algumas estruturas fixas, como, por exemplo, “o referido é verdade e dou fé”, que consta no encerramento da tradução juramentada (AUBERT, 1998a, p. 136).

Aubert (1998a, p. 138) reforça que uma das características da tradução juramentada é justamente a grande presença desses itens emblemáticos que devem ser traduzidos ou mencionados. Para tanto, acreditamos ser importante observar se tais elementos também contêm itens fraseológicos, embora não façam parte do texto da procuração.

4.2. CLASSIFICAÇÃO DOS *CORPORA*

4.2.1. *Corpus 1*

Constituído de procurações de países cujo inglês é a primeira língua (LI). A análise mostrou as particularidades e a terminologia específica das procurações desse *corpus*, como podemos ver nos exemplos abaixo.

Quadro 11 – Exemplo de trecho de procuração original (a) e sua tradução (b) com características do *corpus 1*

a)	General Power of attorney
<p>The Appointer hereby appoints his fiancé's Mother, Ms. xxx, RG: xxx) of xxx, Brazil, Cep: xxx, (hereinafter called "the Attorney") in his name and on his behalf to do the following things, that is to say:</p> <p>to indemnify the said Attorney and substitutes and each of her agents and her respective estates against all actions, proceedings, claims, costs, expenses and liabilities of every description arising from the exercise or the purported exercise in good faith of the power conferred by the Power of Attorney.</p> <p>IN WITNESS WHEREOF the Appointer has hereunto set his hand the day and year first above WRITTEN.</p>	

b)

Instrumento de Procuração

O Outorgante neste ato nomeia a mãe de sua noiva, xxxx (portadora do CPF n. xxx e do RG: xxx), residente na xxx, xxx, Brasil, CEP xxxx, (doravante denominada a “Procuradora”) a realizar o seguinte em seu nome e em seu lugar:

Indenizar a referida Procuradora, e qualquer um que a represente, assim como seus respectivos bens, de ações, processos, reivindicações, custos, despesas e responsabilidades de qualquer natureza originados do **exercício de boa fé dos poderes outorgados por esta Procuração**.

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Outorgante assina este documento na data supra.

Fonte: procuração cedida à autora (2016).

A expressão *the purported exercise in good faith of the power conferred by the Power of Attorney* (Quadro 11), cujo equivalente encontrado em português é “do exercício de boa fé dos poderes outorgados por esta Procuração” e *set my hand the day and year first above WRITTEN* (assinei o presente e nele apus meu selo, na data constante acima) apresentam estruturas terminológicas usadas na área jurídica.

Quadro 12 – Exemplo de trecho de procuração original (a) e sua tradução (b) com características do *corpus* 1

a) POWER OF ATTORNEY - GENERAL [includes optional **DURABLE** POWER OF ATTORNEY]

b) PROCURAÇÃO – PODERES GERAIS [inclui PROCURAÇÃO **NÃO REVOGÁVEL EM CASO DE INCAPACIDADE**]

Fonte: procuração cedida à autora (2016).

O estudo também apontou para a necessidade de conhecer, mesmo que superficialmente, as diferenças das características jurídicas envolvidas. O Quadro 12 apresenta uma procuração que não existe em procurações feitas no Brasil. O correspondente identificado para *durable Power of Attorney*, por exemplo, foi “procuração não revogável em caso de incapacidade”. De acordo com *The Black’s Law Dictionary*, uma “*Durable Power of Attorney*” ocorre “quando o outorgado deve executar uma procuração que se tornará ou permanecerá efetiva caso o outorgante fique incapacitado” (BLACK, 1990, p. 812)⁹. Dessa forma, constatamos certa preocupação dos tradutores em buscar o equivalente que se aproximasse do contexto jurídico brasileiro, já que se trata de uma procuração em que, mesmo que o outorgante se torne juridicamente incapaz, resultante, por exemplo, de uma doença neurodegenerativa, os poderes outorgados permanecerão e a procuração não perderá a validade.

4.2.2. *Corpus 2*

Nesse *corpus*, foram agrupadas as procurações originárias de países em que inglês é a segunda língua, bem como textos originais gerados de *back translation*. Para Baker (1992, p. 8), esses textos apresentam características morfológicas, sintáticas ou lexicais da língua alvo dentro do texto original. As particularidades e a terminologia específicas a esse *corpus* são expostas nos exemplos a seguir (Quadro 13).

Quadro 13 – Exemplo de trecho de procuração original (a) e sua tradução (b) com características do *corpus 2*

a)	Power of Attorney
<p>By this Power of Attorney, xxx (hereinafter referred to as "<u>Appointor</u>"), a corporation duly organized existing under the laws of xxx, with its registered office at xxx, United States of America, hereby appoints the following members, with office in the City of xxx, State of xxx, Brazil, at Av. xxx: (i) xxx, Brazilian, married, economist, bearer of the Identity Number RG No. xxx and enrolled as a taxpayer under CPF/MF xxx.</p>	

⁹ Tradução livre Black (1990, p. 812): Durable power of attorney. Exists when person executes a power of attorney which will become or remain effective in the event he or she should later become disabled.

b)

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, xxx (doravante mencionada como “Outorgante”), sociedade devidamente organizada e existente de acordo com as leis de xxx nos Estados Unidos da América, com sede em xxxxx, Estados Unidos da América, nomeia e constitui os seguintes membros, com endereço comercial na cidade de xxxxx, estado de xxxxx, Brasil, à Av. xxxxx: **(i) xxxxx, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG N. xxxxx e inscrito no CPF/MF sob N. xxxxx.**

Fonte: Procuração cedida à autora (2016).

É possível notar que procurações como a apresentada no Quadro 13 contêm muita informação pessoal do outorgante, como número do RG e CPF, estado civil, profissão, entre outros, fator que sinaliza ser pertencente ao Brasil. Para Aubert (2005, p. 258), é comum que contratos, procurações e documentos similares contenham a nomeação e a qualificação das partes e os dados suplementares ao nome (pessoa física) ou à razão social (pessoa jurídica). Em algumas traduções jurídico-institucionais, basta o número de identidade ou a data de nascimento, para a pessoa física, ou o número de inscrição no registro societário, para a jurídica. No Brasil, é comum que se conste, nas procurações, elevado número de dados pessoais, ainda que algumas dessas informações não sejam diretamente relevantes para os propósitos do instrumento em questão.

4.3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS FRASEOLOGISMOS

4.3.1. Etapa manual

Nesta etapa, os textos salvos em formato *.docx* foram impressos, o que possibilitou uma melhor avaliação, se comparado à apresentação projetada em uma tela de computador, por exemplo. A disposição paralela entre a procuração original e sua tradução correspondente permitiu exame mais criterioso acerca dos aspectos estruturais presentes nos documentos.

Esse procedimento também possibilitou observar, nos textos, estruturas fixas que apresentaram correspondência à língua de chegada, o que contribuiu para a identificação dos fraseologismos na primeira fase da pesquisa e colaborou para a análise digital.

4.3.2. Etapa Digital

Nesta etapa, os textos, em formato *.txt*, foram tratados e inseridos nos programas *AntConc* e *AntPConc*, em três ferramentas, *Word List*, *Concord* e *KWIC* (*Key Word in Context*), descritas anteriormente, no Capítulo 3 deste trabalho. No *AntConc*, certificamos da recorrência dos blocos considerados fraseologismos. No *AntPConc*, com o alinhamento dos textos, foram associados os fraseologismos nos textos de partida a seus equivalentes nos textos de língua-alvo.

4.3.3. Levantamento dos fraseologismos nos *corpora*

O levantamento dos fraseologismos terminológicos (seção 4.3.2) presentes em nossos *corpora* foi realizado com base nos critérios propostos por Bevilacqua (2004), apresentados no Item 2.1.5 desta dissertação. Inicialmente, fizemos o levantamento de todos os verbos que constavam em nosso PTJ1 e PTJ2. No intuito de saber quais eram os verbos frequentes em nossos *corpora*, a ferramenta utilizada foi *Word List*, que reproduziu uma lista que abarca todas as palavras e a frequência relativa dessas em nossos *corpora*. Com base nessa lista, escolhemos os verbos mais frequentes.

A fim de conhecer o contexto em que aparecem os verbos, utilizamos a ferramenta *Concordance* do *AntConc*, que gerou uma lista contendo todas as palavras presentes no *corpus*, alinhada em torno de um nóculo central, de forma a facilitar a visualização. À direita e à esquerda do nóculo estão presentes os cotextos (concordâncias) em que as palavras ocorrem. Tendo essa lista como fundamento, seguimos a análise de maneira qualitativa, de verbo em verbo, em ordem decrescente de frequência que apareceram no PTJ1 e PTJ2, tanto no infinitivo quanto conjugados. Foi selecionado um total de dezessete (17) verbos, que, por sua vez, formaram uma lista que contempla nossos *corpora*, apresentada no Quadro 14.

Quadro 14 – Lista dos verbos selecionados nos *corpora*

Nº.	Verbos	PTJ1	PTJ2
1-	Be	to be my true and lawful Attorney to be its true and lawful Attorney	to be my lawful Attorney
2-	Shall	shall lawfully do or cause to be done by virtue thereof shall do or lawfully cause to be done by virtue of this Power of Attorney	shall lawfully do or cause to be done by virtue hereof
3-	Act	act in my name, place and stead act in my name, place and stead to do the following	to act for me and in my name act in my name place and stead
4-	Do	do all or any of the acts or things... to do and perform all and every act and thing whatsoever	do any or all of the following
5-	Have	I have hereunto set my hand and seal the day and year first above written I have hereunto set my hand and official seal	I have hereunto set my hand and my official seal this day of
6-	Organize	organized and existing under the laws	organized and existing under the laws
7-	Know	know all men by these presents know all persons/ know all those by these presents	know all men by these presents

Continuação do Quadro 14

8-	Include	including but not limited to a certain private instrument	including but not limited to the clauses "ad judicium et extra judicium"
9-	Execute	to execute and deliver for me all necessary documents execute and perform all necessary documents	execute all necessary documents execute any act and grant any statement that may be necessary
10-	Sign	signed sealed and delivered	signed sealed and delivered. to sign any and all documents and instruments
11-	Exercise	to exercise any or all of the following powers to exercise any or all of the powers hereby conferred	to exercise of the powers herein granted to exercise the powers granted herein
12-	Deliver	deliver for me any and all documents necessary	-
13-	Constitute	hereby make, constitute and appoint do hereby appoint, nominate and constitute ... has made, constituted and appointed do make, constitute and appoint makes, constitutes and appoints	by these presents do make, constitute and appoint... do hereby appoint, nominate and constitute has made, constituted and appointed do make, constitute and appoint makes, constitutes and appoints

Continuação/fim do Quadro 14

14-	Make	to make do and execute the following do make constitute and appoint	to make do and execute the following do make constitute and appoint
15-	May	may be necessary for the purpose aforesaid as I may now or hereafter hold	may be necessary for the purpose aforesaid
16-	Take	take any and all legal steps necessary take all steps which may be necessary	take any and all legal steps necessary
17-	Represent	-	to represent the Appointor before the court or out of the court to represent the Grantor in any and all proceedings

Nº.: Número; PTJ1.: Procuções de tradução juramentada (*Corpus 1*) e PTJ2.: Procuções de tradução juramentada (*Corpus 2*).

Fonte: elaborado pela autora.

Ademais, os *corpora* apresentaram construções de base nominal e adjetival, prototípicas do documento em questão. Denominamos essas construções fórmulas estereotipadas. Seguimos o entendimento de Bevilacqua (1996, p. 62), que defende que fórmulas estereotipadas são um conjunto de caracteres estabilizados e recorrentes em uma determinada área. Seguem exemplos com fórmulas estereotipadas encontradas:

- a) *hereinafter referred to as Attorney/ hereinafter called*
- b) *in witness whereof*
- c) *my true and special lawful attorney*
- d) *by this power of Attorney*
- e) *for all purposes hereunder*

O levantamento realizado permitiu classificar os fraseologismos em dois grupos. O primeiro (Grupo I), composto de verbos eventivos, expressa evento na área em questão. O segundo (Grupo II) contém fórmulas estereotipadas típicas relacionadas ao gênero textual explorado, de natureza jurídica.

Após a seleção das construções mais frequentes nos *corpora*, dando continuidade aos critérios para a identificação dos fraseologismos e a devida análise individual das construções adotadas por Bevilacqua (2004), constatamos os citados critérios semânticos, quantitativos e pragmáticos-discursivos, nos *corpora*. Em relação aos critérios semânticos, notou-se que havia a inclusão de, no mínimo, uma unidade terminológica simples ou sintagmática referente à área jurídica (procurador, ato, leis, entre outras), em trechos como: “meu bastante procurador”. A inclusão de um elemento eventivo em forma verbal ou por meio de nominalização representam ações e processos caracterizadores do Direito (saber, nomear, agir etc.). Como exemplo disso, temos: “realizar todo e qualquer ato”.

Em caráter quantitativo, levou-se em consideração a frequência, ou seja, o número de cotextos registrados para cada fraseologismo. Esse dado fez-se imprescindível para a identificação das principais ocorrências registradas para servir de referência na escolha dos fraseologismos de cada grupo. Além disso, tornou possível perceber quais foram mais ou menos utilizados, indicando assim, preferências ou recusa por parte dos tradutores.

Bevilacqua (2001) defende que é preciso levar em consideração, também, os aspectos pragmáticos, já que é no universo de discurso que as UFEs se definem. Os critérios pragmático-discursivos da procuração, que consistem no grau de fixação temática e de fixação pelas propriedades pragmáticos-discursivas, foram observados. A fixação temática é demonstrada em estruturas como “pelo presente nomeio e constituo”, que adquiriu um valor específico do domínio pesquisado, o que, segundo Bevilacqua (2004), confere à unidade um caráter estável, isto é, de unidades semifixas. Quanto à fixação pelas propriedades pragmático-discursivas do texto especializado, consideramos o discurso em que os fraseologismos acontecem. Constata-se que houve ocorrências como em “praticar todos os atos necessários”, pois denota uma unidade que adquiriu valor especializado pela característica do texto utilizado.

4.3.4. Fraseologismos e seus equivalentes

A segunda etapa da análise da pesquisa consiste na associação dos fraseologismos ingleses de maior frequência nos textos de partida com seus equivalentes portugueses nos textos de chegada. Foi selecionado um total de 22 candidatos a fraseologismos: o grupo verbal, com 17, e as fórmulas estereotipadas, com 5. O Quadro 15 apresenta as listas dos fraseologismos em inglês e seus possíveis equivalentes em português, bem como a frequência em que ocorrem. Os verbos são apresentados em ordem de maior frequência/ocorrência nos *corpora*, tendo sido esse unicamente um critério para a sistematização da descrição dos fraseologismos.

Quadro 15 – Lista dos possíveis fraseologismos selecionados e seus possíveis correspondentes nos *corpora* – Grupo I

Nº.	N. Eventivo	Corpus	Fraseologismos	Freq.	Equivalentes
1	Be	PTJ1	a) <i>to be my true and lawful Attorney</i> b) <i>to be its true and lawful Attorney</i>	109	<ul style="list-style-type: none"> • ser meu Procurador (a) • ser meu bastante Procurador (a) • ser seu bastante Procurador (b)
			PTJ2		a) <i>to be my lawful Attorney</i>
2	Shall	PTJ1	a) <i>shall lawfully do or cause to be done by virtue thereof.</i> b) <i>shall do or lawfully cause to be done by virtue of this Power of Attorney</i>	57	<ul style="list-style-type: none"> • possa legalmente fazer ou determinar que seja feito em virtude da presente (a) • possa legalmente fazer ou determinar que seja feito por força desta procuração (b)
			PTJ2		a) <i>shall lawfully do or cause to be done by virtue hereof</i>
3	Act	PTJ1	a) <i>Act in my name, place and stead</i> b) <i>Act in my name, place and stead to do the following</i>	54	<ul style="list-style-type: none"> • agir em meu nome e lugar (a) • por mim e em meu nome e lugar, realizar os seguintes atos (b)
			PTJ2		a) <i>to act for me and in my name</i> b) <i>act in my name place and stead</i>

Continuação do Quadro 15

4	Do	PTJ1	a) <i>do all or any of the acts or things</i> b) <i>to do and perform all and every act and thing whatsoever</i>	52	<ul style="list-style-type: none"> • realizar todo e qualquer ato (ação) (a) • praticar todos os atos necessários (b)
		PTJ2	a) <i>do any or all of the following</i>	45	<ul style="list-style-type: none"> • para realizar todo e qualquer ato a seguir (a)
5	Have	PTJ1	a) <i>I have hereunto set my hand and seal the day and year first above written</i> b) <i>I have hereunto set my hand and official seal</i>	33	<ul style="list-style-type: none"> • assinei o presente e nele apus meu selo, na data constante acima (a) • assinei a presente e nele apus meu selo, na data constante no início desse documento (a) • apus minha assinatura e selo na presente (b)
		PTJ2	a) <i>I have hereunto set my hand and my official seal this day of</i>	17	<ul style="list-style-type: none"> • assinei a presente e afixei-lhe meu selo de ofício (a)
6	Organize	PTJ1	a) <i>organized and existing under the laws</i>	30	<ul style="list-style-type: none"> • organizada e existente de acordo com as leis (a)
		PTJ2	a) <i>organized and existing under the laws</i>	21	<ul style="list-style-type: none"> • organizada e existente de acordo com as leis (a)

Continuação do Quadro 15

7	Know	PTJ1	a) <i>know all men by these presents</i> b) <i>know all persons by these presents</i> c) <i>know all those by these presents</i>	27	<ul style="list-style-type: none"> • saibam todos quantos a presente virem (a, b e c)
		PTJ2	a) <i>know all men by these presents</i>	13	<ul style="list-style-type: none"> • saibam todos quantos a presente virem (a)
8	Include	PTJ1	a) <i>including but not limited</i> b) <i>including but not limited to a certain private instrument</i>	25	<ul style="list-style-type: none"> • inclusive, porém não limitado (a) • inclusive, porém não limitados a um determinado instrumento particular (b)
		PTJ2	a) <i>including but not limited</i> b) <i>including the clauses "ad judicium et extra judicium"</i>	40	<ul style="list-style-type: none"> • incluindo mas não se limitando (a) • incluindo as cláusulas "ad judicium et extra judicium" (b)
9	Execute	PTJ1	a) <i>to execute and deliver for me any or all necessary documents</i> b) <i>execute all necessary documents</i> c) <i>execute and perform all necessary documents</i>	25	<ul style="list-style-type: none"> • assinar e entregar por mim todo e qualquer documento (a) • firmar e entregar todos os documentos necessários (b) • assinar todos os documentos necessários (c)
		PTJ2	a) <i>execute all necessary documents</i> b) <i>to execute any and all documents</i>	17	<ul style="list-style-type: none"> • executar todos os documentos necessários (a) • assinar todos e quaisquer documentos (b)

Continuação do Quadro 15

	PTJ1	a) <i>signed sealed and delivered</i>	24	<ul style="list-style-type: none"> • assinada, selada e entregue (a) 	
10	Sign	PTJ2	a) <i>signed sealed and delivered</i> b) <i>to sign any and all documents and instruments</i>	20	<ul style="list-style-type: none"> • assinada, selada e entregue (a) • assinar todos e quaisquer tipos de documentos e instrumentos (b)
		PTJ1	a) <i>to exercise any or all of the following powers</i> b) <i>to exercise any or all of the powers hereby conferred</i>	19	<ul style="list-style-type: none"> • exercer todo e qualquer dos seguintes poderes (a) • exercer os poderes pela presente outorgados (b)
11	Exercise	PTJ2	a) <i>to exercise of the powers herein granted</i> b) <i>to exercise the powers granted herein</i>	6	<ul style="list-style-type: none"> • exercer os poderes pela presente outorgados (a) • exercer os poderes abaixo outorgados (b)
		PTJ1	a) <i>deliver for me any and all documents necessary</i>	19	<ul style="list-style-type: none"> • entregar por mim todo e qualquer documento necessário (a)
12	Deliver	PTJ2	-	0	-

Continuação do Quadro 15

13	Constitute	PTJ1	<p>a) <i>hereby make, constitute and appoint</i> b) <i>hereby have made, constituted and appointed</i> c) <i>hereby do make, constitute and appoint</i> d) <i>hereby makes, constitutes and appoints</i></p>	13	<ul style="list-style-type: none"> • pelo presente nomeio e constituo (a) • pela presente nomeio e constituo (b) • pelo presente nomeamos e constituímos (c) • pela presente nomeia e constitui (d)
		PTJ2	<p>a) <i>by this present do make, constitute and appoint</i> b) <i>hereby appoints and constitutes</i> c) <i>do make, constitute and appoints</i> d) <i>makes, constitutes and appoints</i></p>	16	<ul style="list-style-type: none"> • pela presente nomeio e constituo (a) • nomeio e constituo (b) • designo, nomeio e constituo (c e d)
14	Make	PTJ1	<p>a) <i>to make do and execute the following</i> b) <i>do make constitute and appoint</i></p>	5	<ul style="list-style-type: none"> • realizar os seguintes atos; (a) • nomeio e constituo. (b)
		PTJ2	<p>a) <i>to make do and execute the following</i> b) <i>do make constitute and appoint</i></p>	13	<ul style="list-style-type: none"> • realizar os seguintes atos (a) • nomeio e constituo (b)
15	May	PTJ1	<p>a) <i>acts may be necessary for the purpose aforesaid</i> b) <i>as I may now or hereafter hold</i></p>	12	<ul style="list-style-type: none"> • que venham a ser necessários para os fins acima mencionados (a) • que eu possa agora ou doravante deter (b)
		PTJ2	<p>a) <i>acts may be necessary for the purpose aforesaid</i></p>	21	<ul style="list-style-type: none"> • atos que venham a ser necessários para os fins acima mencionados (a)

Continuação do Quadro 15

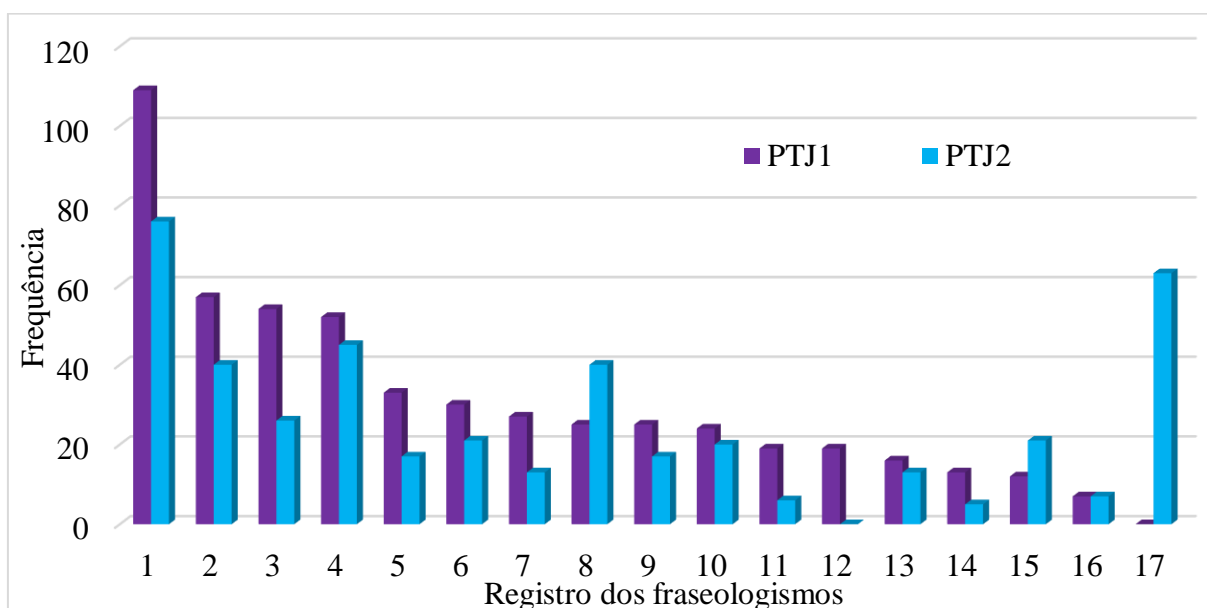
16	Take	PTJ1	a) <i>take any and all legal steps necessary</i> b) <i>take all steps which may be necessary</i>	7	<ul style="list-style-type: none"> • tomar quaisquer e todas medidas legais necessárias (a) • tomar todas as medidas que possam ser necessárias (b)
		PTJ2	a) <i>take any and all legal steps necessary</i>	7	<ul style="list-style-type: none"> • tomar quaisquer e todas medidas legais necessárias (a)
		PTJ1	-	0	-
17	Represent	PTJ2	a) <i>to represent the Appointor before the court or out of the court</i> b) <i>to represent the Grantor in any and all proceedings</i>	63	<ul style="list-style-type: none"> • representar a Outorgante, em juízo ou fora dele (a) • representar o Outorgante em todos e quaisquer processos (b)

Nº.: Número (registro); N. Event.: Núcleo Eventivo; PTJ1: Procuração sob Tradução Juramentada 1 (*Corpus* 1); PTJ2: Procuração sob Tradução Juramentada 2 (*Corpus* 1); Freq.: Frequência.

Fonte: elaborado pela autora.

As frequências dos fraseologismos do primeiro grupo – o dos verbos eventivos – possibilitaram dispô-los em um gráfico (Figura 8), em ordem decrescente de ocorrências. Algumas observações podem ser realizadas com base nos dados compilados. Nota-se que há uma superioridade nas quantidades em PTJ1 (*corpus* de referência) em quase todas as ocorrências, o que denota uma recorrência maior ao fraseologismo por parte dos TPICs. Por outro lado, nos números (registros) 8, 15 e 17, o PTJ2 superou o PTJ1 em número de ocorrências. No registro (8) “*including the clauses ad judicium et extra judicium*”, com seu equivalente “incluindo as cláusulas “*ad judicium et extra judicium*”, o complemento “*ad judicium et extra judicium*”, faz parte da linguagem especializada jurídica de poderes outorgados em procurações brasileiras. Esse fato explica a predominância de ocorrências no PTJ2; não obstante, o verbo, *to represent*, – no registro 17 – sugere uma tendência exclusiva do *corpus* PTJ2, já que não houve nenhuma ocorrência do tipo no *corpus* de referência. Em ambos os corpora, o item mais frequente aconteceu no registro 1, provavelmente devido à alta frequência do uso do verbo “*to be*”, comumente utilizado em fraseologismos como *to be my true and lawful Attorney*” e “*to be my lawful Attorney*”, cujos equivalentes são “ser meu bastante procurador”, que, por sua vez, constitui o início de procurações dos *corpora*. O termo contido no registro 12, “*to deliver*”, demonstra uma ocorrência exclusiva em PTJ1, comumente empregado para se encerrar o documento.

Figura 8. Frequência dos fraseologismos com verbos eventivos



Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 16 – Lista dos possíveis fraseologismos selecionados e seus possíveis correspondentes nos *corpora* – Grupo II

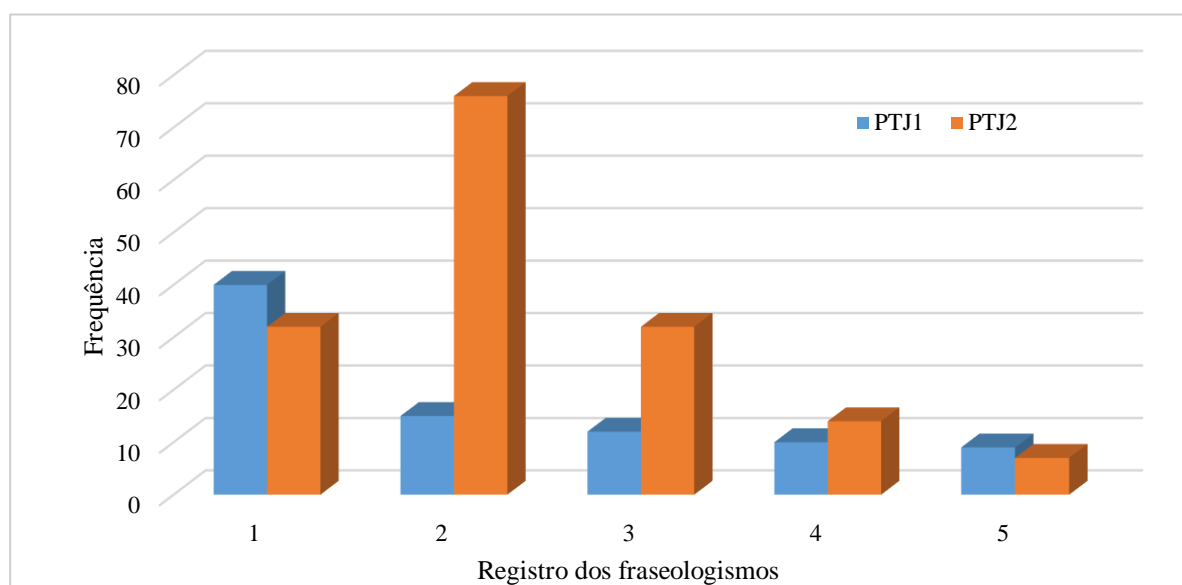
Nº.	Corpus	PTJ1	Freq.	PTJ 2
		Fórmula estereotipada		Fórmula estereotipada
1-	PTJ1	a) <i>in witness whereof</i>	40	<ul style="list-style-type: none"> o referido é verdade e dou fé/ do que dou fé (a) em testemunho do que (a)
	PTJ2	a) <i>in witness whereof</i> b) <i>in testimony whereof</i>	32	<ul style="list-style-type: none"> o referido é verdade e dou fé/ do que dou fé (a e b)
2-	PTJ1	a) <i>my true and special lawful attorney</i>	15	<ul style="list-style-type: none"> meu bastante procurador (a)
	PTJ2	a) <i>my lawful Attorney</i>	76	<ul style="list-style-type: none"> meu bastante procurador (a)
3-	PTJ1	a) <i>hereinafter referred to as Attorney</i>	12	<ul style="list-style-type: none"> doravante denominada seu procurador (a)
	PTJ2	a) <i>hereinafter called as "Grantor"</i>	32	<ul style="list-style-type: none"> doravante mencionada como outorgante (a)
4-	PTJ1	a) <i>by this power of Attorney</i>	10	<ul style="list-style-type: none"> por este instrumento de procuração (a) por esta procuração (a)
	PTJ2	a) <i>by this power of Attorney</i>	14	<ul style="list-style-type: none"> por este instrumento de procuração (a) por esta procuração (a)
5-	PTJ1	a) <i>for all purposes hereunder</i>	8	<ul style="list-style-type: none"> para todos os fins da presente (a)
	PTJ2	a) <i>for all purposes hereunder</i>	10	<ul style="list-style-type: none"> para todos os fins da presente (a)

Nº.: Número; PTJ1: Procuração sob Tradução Juramentada 1 (*Corpus* 1); PTJ2: Procuração sob Tradução Juramentada 2 (*Corpus* 1); Freq.: Frequência.

Fonte: Elaborada pela autora.

A observação realizada na Figura 9, referente ao segundo grupo de fraseologismos, permitiu-nos inferir que houve preferência por fórmulas estereotipadas nos textos do *corpus 2* (PTJ2) em comparação ao *corpus 1* (PTJ1). O número de ocorrências desses fraseologismos foi ligeiramente superior apenas nos registros 1 e 5. No registro 2, o PTJ2 apresentou uma quantidade elevada de casos – 72 ocorrências – do fraseologismo “*my lawful Attorney*”, referindo a “meu bastante procurador”. Palavras como *true* e *special* não constaram no fraseologismo acima, como é peculiar no fraseologismo do *corpus 1*, “*my true and special lawful attorney*”. Vale ressaltar que ambos possuem o mesmo equivalente em português.

Figura 9. Fraseologismos com fórmulas estereotipadas – Grupo II



Fonte: elaborado pela autora.

4.3.5. Parâmetros da análise

Os parâmetros de análise adotados mostraram-se imprescindíveis para o entendimento das ocorrências típicas de cada grupo. Estes critérios envolveram:

- a) identificação dos fraseologismos;
- b) identificação dos equivalentes;
- c) observação da discrepância entre os *corpora* 1 e 2 em relação aos pontos (a) e (b).

O método de análise individualizada dos registros, correlacionados a seus correspondentes, proporcionou uma melhor apreciação dos fraseologismos identificados nos *corpora*.

4.3.5.1. Grupo I – Fraseologismos com verbos eventivos

Registro 1

PTJ1	<p>a) <i>to be my true and lawful Attorney</i></p> <p>b) <i>to be its true and lawful Attorney</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • ser meu Procurador (a) • ser meu bastante Procurador (a) • ser seu bastante Procurador (b)
<hr/>		
PTJ2	<p>a) <i>to be my lawful Attorney</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • ser meu bastante Procurador (a)

No registro 1, houve uma omissão no PTJ2 da palavra *true*. A expressão “*true and lawful*” faz parte de uma construção muito peculiar no PTJ1. Embora essa omissão tenha ocorrido, tal fato não ofereceu problema na escolha da construção recorrente em português, sendo muito usado no instrumento de procuração “meu bastante procurador” ou “meu procurador”.

Registro 2

PTJ1	<p>a) <i>shall lawfully do or cause to be done by virtue hereof</i></p> <p>b) <i>shall do or lawfully cause to be done by virtue of this Power of Attorney</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • possa legalmente fazer ou determinar que seja feito em virtude da presente (a) • possa legalmente fazer ou determinar que seja feito por força desta procuração (b)
<hr/>		
PTJ2	<p>a) <i>Shall lawfully do or cause to be done by virtue hereof</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • possa legalmente fazer ou determinar que seja feito em virtude da presente (a)

Em (2), o verbo auxiliar “*shall*”, quando utilizado em texto jurídico, indica obrigação do agente, o que normalmente é traduzido, com a mesma força enfática, pelo verbo no presente

do subjuntivo em português. A expressão “*cause to be done*” também poderia ter sido traduzida como “dar causa a que”, o que não aconteceu, apesar de representar uma estrutura comumente usada no meio jurídico brasileiro.

Registro 3

PTJ1	a) <i>act in my name, place and stead</i>	<ul style="list-style-type: none"> • agir em meu nome e lugar (a) • por mim e em meu nome e lugar, realizar os seguintes atos (b)
	b) <i>act in my name, place and stead to do the following</i>	
<hr/>		
PTJ2	a) <i>to act for me and in my name</i>	<ul style="list-style-type: none"> • agir em meu nome e lugar (a e b)
	b) <i>act in my name place and stead</i>	

Os verbos “agir” e “realizar” apareceram como equivalentes de “*act*”, demonstrando, assim, a correspondência tradutória nos dois *corpora* em relação à terminologia utilizada no domínio do Direito.

Registro 4

PTJ1	a) <i>do all or any of the acts or things</i>	<ul style="list-style-type: none"> • realizar todo e qualquer ato (ação) (a) • praticar todos os atos necessários (b)
	b) <i>do and perform all and every act and things whatsoever</i>	
<hr/>		
PTJ2	a) <i>do any or all of the following</i>	<ul style="list-style-type: none"> • para realizar todo e qualquer ato a seguir (a)

O registro 4 demonstra as variações das estruturas dos mesmos fraseologismos entre os *corpora* da pesquisa. No *corpus* 1, ocorreram duas expressões típicas de escrita do PTJ1, “*do all or any of the acts or things*” e “*to do and perform all and every act and things whatsoever*”. O item lexical em negrito é comum na língua-fonte, mas não o é na língua-alvo, pois o correspondente direto para “*things*” – coisas – não é encontrado com frequência em textos

jurídicos brasileiros. Observa-se, ainda, que a construção usada é com os substantivos “ato” ou “ação” (SILVA, 2007).

Registro 5

PTJ1	<p>a) <i>I have hereunto set my hand and seal the day and year first above written</i></p> <p>b) <i>have hereunto set my hand and official seal</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • assinei o presente e nele apus meu selo, na data constante acima (a) • assinei a presente e nele apus meu selo, na data constante no início desse documento (a) • apus minha assinatura e selo na presente (b)
PTJ2	<p>a) <i>I have hereunto set my hand and my official seal this day of</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • assinei a presente e afixei-lhe meu selo de ofício (a)

No registro 5, o discurso jurídico de língua inglesa, “*above written*” faz referência à ata que consta no início do referido documento, o que justifica a presença no *corpus* 1 de “*above written*” por “na data constante no início desse documento”, embora a forma “na data constante acima” seja mais usual nas procurações analisadas desse *corpus*.

O “afixar o selo”, forma apresentada no *corpus* 2, não é uma construção recorrente em português. Estruturas como descritas no *corpus* 1 “apus minha assinatura” e “apus meu selo”, são mais usuais.

Registro 6

PTJ1	<p>a) <i>organized and existing under the laws</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • organizada e existente de acordo com as leis (a)
PTJ2	<p>a) <i>organized and existing under the laws</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • organizada e existente de acordo com as leis (a)

A frequência, a estrutura e o correspondente desse fraseologismo foram bem parecidas, o que permite a inferência de que é mais uma das estáveis e fixas estruturas que assumem o

caráter típico dos textos traduzidos, embora a expressão mais utilizada com relação a empresas seja “constituída” e não “organizada”, como apareceu nos textos dos nossos *corpora*.

Registro 7

PTJ1	a) <i>know all men by these presents</i>	<ul style="list-style-type: none"> • saibam todos quantos a presente virem (a, b e c)
	b) <i>know all persons by these presents</i>	
	c) <i>know all those by these presents</i>	
<hr/>		
PTJ2	a) <i>know all men by these presents</i>	<ul style="list-style-type: none"> • saibam todos quantos a presente virem (a)

O registro 7, assim como os demais, exhibe um fraseologismo cuja correspondência tradutória realizada foi verificada por meio dos dados compilados no *corpus* paralelo. Também realizamos consultas a procurações feitas em cartórios brasileiros. Dessa forma, atestou-se que é uma expressão consolidada no domínio do Direito nas duas línguas. No *corpus* 2, identificou-se “*know all men*”; no *corpus* 1, além dessa forma, foram identificadas também as formas “*know all persons*” e “*know all those*”. Nesse contexto, a variação de forma do fraseologismo foi evidenciada. O exemplo demonstra que os fraseologismos não são apenas estruturas fixas, como também admitem inserções e variações em sua estrutura. Em relação ao correspondente em português, não houve variação de gênero e ou de forma. A estrutura encontrada no *corpus* foi apenas “saibam todos”. Esse fato reforça a afirmação de que, no Brasil, não há preocupação com o uso de linguagem que se refira somente ao masculino em textos jurídicos.

Registro 8

PTJ1	a) <i>including but not limited</i>	<ul style="list-style-type: none"> • inclusive, porém não limitado (a) • inclusive, porém não limitados a um determinado instrumento particular (b)
	b) <i>including but not limited to a certain private instrument</i>	
<hr/>		
PTJ2	a) <i>including but not limited</i>	<ul style="list-style-type: none"> • incluindo mas não se limitando (a) • incluindo as cláusulas “ad judicium et extra judicium” (b)
	b) <i>including the clauses “ad judicium et extra judicium”</i>	

No registro 8, percebe-se que foi possível aos tradutores realizar sua tarefa quase que palavra por palavra, sem muitas dificuldades, apesar da estrutura redundante escolhida no PTJ2. Só há ocorrências da expressão “*including the clauses ad judicia et extra judicia*” no PTJ2, o que caracteriza um exemplo claro de *back translation*, pois são poderes que constam nas procurações feitas no Brasil.

O termo em latim *ad judicia*, segundo o *Vocabulário Jurídico* de Silva (2007, p. 17), “confere poderes ao mandatário judicial para agir no foro ou para praticar todos os atos que fazem parte do processo”. Assim, autoriza-se o procurador legal a praticar em juízo atos judiciais, em qualquer foro ou instância. A expressão *ad judicia et extra judicia* seria, portanto, para os juízos e fora dos juízos.

Registro 9

PTJ1	a) <i>to execute and deliver for me any or all necessary documents</i>	• assinar e entregar por mim todo e qualquer documento (a)
	b) <i>execute all necessary documents</i>	• firmar e entregar todos os documentos necessários (b)
	c) <i>execute and perform all necessary documents</i>	• assinar todos os documentos necessários (c)
<hr/>		
PTJ2	a) <i>execute all necessary documents</i>	• executar todos os documentos necessários (a)
	b) <i>to execute any and all documents</i>	• assinar todo e qualquer documento (b)

No que concerne ao verbo “*to execute*”, no PTJ 1, constatou-se duas traduções: “assinar” ou “firmar”. No PTJ2, além de “assinar” a tradução “executar” mostrou alta frequência. Há, portanto, a indicação de que a forma usada “executar todos os documentos necessários” revela uma construção literal, o que afasta o procedimento esperado, que é o de assinar os documentos.

Registro 10

PTJ1 a) *signed sealed and delivered* • assinada, selada e entregue (a)

a) *signed sealed and delivered* • assinada, selada e entregue (a)
PTJ2 b) *to sign any and all documents and instruments* • assinar todos e quaisquer tipos de documentos e instrumentos (b)

O registro 10 “*signed sealed and delivered*” apresenta uma correspondência tradutória de palavra por palavra. Para Aubert (2006, p. 70) essa modalidade de tradução ocorre sempre que – na comparação entre os segmentos textuais fonte e meta – se observa um número aproximado de palavras e uma ordem sintática semelhante. A construção dessa expressão é muito típica no final da procuração, pois é nesse ponto que se finaliza o documento. O dicionário *The Oxford Companion to Law*, de Cane e Conaghan (2008), sinaliza que a expressão significa que o processo de procuração terminou e foi validado, pois todos os documentos necessários foram assinados.

Quanto ao uso de selos e assinaturas, Aubert (2006) enfatiza que atestam a fidelidade da tradução e fazem certo obstáculo a uma eventual falsificação. Após a expressão “assinada, selada e entregue”, gozando de fé pública, em geral ao final da tradução, o tradutor põe sua assinatura e sinal (na forma de selo ou carimbo), e declara que determinado ato foi praticado absolutamente isento de inverdade, dúvida ou suspeita, por intermédio da expressão “dou fé”.

No que se refere à construção “*to sign any and all documents and instruments*”, expressa no PTJ2, não é comum o uso do verbo “*to sign*” para a expressão acima. Como vimos, o uso recorrente no PTJ1 foi de “*to execute*” como “assinar”.

Registro 11

PTJ1	a) <i>to exercise any or all of the powers hereby conferred</i>	• exercer os poderes pela presente outorgados (a)
	b) <i>to exercise any or all of the following powers</i>	• exercer todo e qualquer dos seguintes poderes (b)
<hr/>		
PTJ2	a) <i>to exercise of the powers herein granted</i>	• exercer os poderes pela presente outorgados (a)
	b) <i>to exercise the powers granted herein</i>	• exercer os poderes abaixo outorgados (b)

No registro 11, o verbo “*to exercise*” foi traduzido como “exercer” nos dois *corpora*. Em relação à forma mais recorrente no PTJ1, “*to exercise any or all of the powers hereby conferred*”, o correspondente mais frequente foi “exercer os poderes pela presente outorgados”. Por meio dessa forma, houve a opção de colocar apenas “os poderes” não traduzindo “*any or all*” para a língua-alvo. Ressalta-se que, nesse ponto, não há necessidade de falar que são “todos os poderes”; na língua portuguesa, apenas o artigo “os” é suficiente.

Segundo Silva (2007), o verbo “exercer” deriva do latim *exercere* (obrar, fazer valer, elaborar, praticar). O verbo exprime a ação de desempenhar, dar andamento, apresentando-se, mesmo, por vezes, como executar. Na prática jurídica, exercer, geralmente, é aplicado no sentido de desempenhar ou fazer valer.

Registro 12

PTJ1	a) <i>deliver for me any and all documents necessary</i>	• entregar por mim todo e qualquer documento necessário (a)
-------------	--	---

O registro 12 só foi constatado no PTJ1. Houve ocorrências da expressão “*execute and deliver*” e o verbo “*to deliver*” sozinho. A construção “executar e entregar” (e sua contraparte “execução e entrega”) é uma característica padrão de textos do *corpus* 1.

Para Kenneth Adams (2007) estruturas como “o outorgado deverá executar e entregar, a pedido, todos os documentos solicitados” são utilizadas da mesma maneira nos casos

contrários: “a documentação foi devidamente executada e entregue pelo outorgante”. Resulta que um parecer sobre a execução e entrega é um procedimento padrão dos pareceres jurídicos.

Registro 13

PTJ1	a) <i>hereby make, constitute and appoint</i>	<ul style="list-style-type: none"> • pelo presente nomeio e constituo (a)
	b) <i>hereby have made, constituted and appointed</i>	<ul style="list-style-type: none"> • pela presente nomeio e constituo (b)
	c) <i>hereby do make, constitute and appoints</i>	<ul style="list-style-type: none"> • pelo presente nomeamos e constituímos (c)
	d) <i>hereby makes, constitutes and appoints</i>	<ul style="list-style-type: none"> • pela presente nomeia e constitui (d)
<hr/>		
PTJ2	a) <i>by this present do make, constitute and appoint</i>	<ul style="list-style-type: none"> • pela presente nomeio e constituo (a)
	b) <i>do hereby appoint, nominate and constitute</i>	<ul style="list-style-type: none"> • nomeio e constituo (b)
	c) <i>do make constituted and appointed</i>	<ul style="list-style-type: none"> • designo, nomeio e constituo (c)
	d) <i>hereby appoints and constitutes</i>	<ul style="list-style-type: none"> • pela presente nomeia e constitui (d)

No registro 13, o correspondente tradutório com maior frequência no PTJ1 foi “pelo presente nomeio e constituo”, que faz parte da terminologia jurídica habitual. Contudo, no PTJ2 ocorreu, embora com baixa frequência, a escolha de “designo, nomeio e constituo”, expressão não comumente utilizada no meio jurídico. De acordo com os relatos de alguns tradutores com quem tivemos contato, traduzir “designo” sugere que o tradutor fez uma tradução literal.

A expressão “*by this present*”, encontrada no PTJ2 também não é usual. O advérbio mais comumente utilizado é “*hereby*”, também muito frequente em procurações e outros documentos jurídicos. A expressão “por meio do presente” tem a mesma função enfática que “*hereby*”.

Registro 14

PTJ1	a) <i>to make do and execute the following</i>	• realizar os seguintes atos (a)
	b) <i>do make constitute and appoint</i>	• nomeio e constituo (b)

PTJ2	a) <i>to make do and execute the following</i>	• realizar os seguintes atos (a)
	b) <i>do make constitute and appoint</i>	• nomeio e constituo (b)

No registro 14, o verbo “*to make*” foi traduzido como “realizar” nos dois *corpora*. Os tradutores selecionaram a forma utilizada em português “realizar os seguintes atos”, sem traduzir os verbos “*to do*” e “*to execute*”, visto que não são necessários na língua-alvo.

Registro 15

PTJ1	a) <i>acts may be necessary for the purpose aforesaid</i>	• atos que venham a ser necessários para os fins acima mencionados (a)
	b) <i>as I may now or hereafter hold</i>	• que eu possa agora ou doravante deter (b)

PTJ2	a) <i>may be necessary for the purpose aforesaid</i>	• atos que venham a ser necessários para os fins acima mencionados (a)
-------------	--	--

No que concerne ao registro 15, a forma recorrente em português “que venham a ser necessários” obteve frequência alta nos dois *corpora*. A estrutura “que eu possa agora ou doravante deter” apareceu somente no PTJ1. Maciel (2001, p.192) denota que os verbos auxiliares modais são elementos gramaticais para determinar aspectos da ação. Esse sentido mais específico a ser expresso pode ser de habilidade, permissão, possibilidade, entre outros.

Registro 16

PTJ1	a) <i>take any and all legal steps necessary</i>	• tomar quaisquer e todas medidas legais necessárias (a)
	b) <i>take all steps which may be necessary</i>	• tomar todas as medidas que possam ser necessárias (b)
<hr/>		
PTJ2	a) <i>take any and all legal steps necessary</i>	• tomar quaisquer e todas medidas legais necessárias (a)

O registro 16 é utilizado para que o outorgante tome as medidas com existência legal. Não houve discrepância entre as formas escolhidas pelos tradutores como possíveis equivalentes nos *corpora*. Para Luft Martins (2010, p. 4), a expressão “tomar quaisquer e todas medidas legais necessárias” reforça que o outorgante ou representado deve praticar atos ou administrar os poderes – gerais ou específicos – que a ele foram conferidos e que devem ser realizados por meio da lei.

Registro 17

PTJ2	a) <i>to represent the Appointor before the court or out of the court</i>	• representar a outorgante, em juízo ou fora dele (a)
	b) <i>to represent the Grantor in any and all proceedings</i>	• representar o outorgante em todos e quaisquer processos (b)

No registro 17, constatamos sua ocorrência apenas em PTJ2. A expressão “*to represent the Appointor before the court or out of the court*” consiste em outro exemplo de *back translation*, já que a construção “representar o outorgante em juízo ou fora dele” faz parte dos poderes outorgados nas procurações brasileiras.

4.3.5.2. Grupo II – Fraseologismos com fórmulas estereotipadas.

Registro 1

PTJ1	a) <i>in witness whereof</i>	<ul style="list-style-type: none">• o referido é verdade e dou fé/ do que dou fé (a)• em testemunho do que (b)
PTJ2	a) <i>in witness whereof</i> b) <i>in testimony whereof</i>	<ul style="list-style-type: none">• o referido é verdade e dou fé/ do que dou fé (a e b)

O registro 1 aponta uma construção prototípica do documento em questão, presente em todas as procurações, pois, no final da tradução, os tradutores públicos devem incluir a frase “do que dou fé”. Nascimento (2006, p. 153) ressalta que, “dar fé” significa a credibilidade que deve ser dada ao documento no qual se funda, resultando disso a própria veracidade do documento.

Em relação à forma correspondente em português, nota-se que a escolha do equivalente “o referido é verdade e dou fé” mostra que houve correspondência tradutória, uma vez que faz referência à veracidade do texto apresentado (NASCIMENTO, 2006, p. 141). A expressão “em testemunho do que”, por sua vez, seria uma tradução mais literal. Nos *corpora*, constam os dois equivalentes possíveis.

Registro 2

PTJ1	a) <i>my true and special lawful attorney</i>	<ul style="list-style-type: none">• meu bastante procurador (a)
PTJ2	a) <i>my lawful Attorney</i>	<ul style="list-style-type: none">• meu bastante procurador (a)

O registro 2 elucida que há frequência considerável da construção realizada com o verbo “to be” (apresentado no grupo 1) e sem o referido verbo, como mostra o registro. O equivalente escolhido foi o mesmo em ambos os *corpora*.

Registro 3

PTJ1 a) <i>hereinafter referred to as Attorney</i>	<ul style="list-style-type: none">• doravante denominada seu procurador (a)
PTJ2 a) <i>hereinafter called as “Grantor”</i>	<ul style="list-style-type: none">• doravante mencionada como outorgante (a)

Em relação ao registro 3, a expressão “*hereinafter called as Grantor*”, foi verificada apenas no PTJ2. Essa construção não apresentou o fraseologismo esperado, uma vez que se verificou o uso de “*Grantor*”, ao invés de “*Attorney*”, e “mencionada”, no lugar de “denominada”. Em Silva (2007), a palavra “mencionada” significa “que se mencionou; de que se fez menção; citado, referido, nomeado, assinalado”. Já a palavra “denominada” indica “que ou quem denomina, designa; nomeador”.

Registro 4

PTJ1 a) <i>by this power of Attorney</i>	<ul style="list-style-type: none">• pelo presente instrumento de procuração (a)• por este instrumento procuração (a)
PTJ1 a) <i>by this power of Attorney</i>	<ul style="list-style-type: none">• por este instrumento de procuração (a)• por esta procuração (a)

No registro 4, a frequência mais significativa foi a construção “pelo presente instrumento de procuração”. Procurações feitas em cartórios brasileiros mostraram, na consulta realizada, uma expressiva recorrência da construção quando comparada a forma “por esta procuração”, cuja ocorrência só foi averiguada no PTJ2.

Registro 5

PTJ1 a) *for all purposes hereunder*

- para todos os fins da presente (a)

PTJ2 a) *for all purposes herunder*

- para todos os fins da presente (a)

No registro 5, verificaram-se as mesmas construções entre os *corpora*. No que concerne ao possível fraseologismo em português “para todos os fins”, Bevilacqua (1996, p. 88) ressalta que se trata de uma estrutura não estabilizada, mas é uma fórmula lógica, o que assegura seu caráter estereotipado. A autora enfatiza que tal estrutura leva à explicitação da força legal e dos acarretamentos resultantes dos dispositivos estabelecidos, inserindo-a ao discurso jurídico. A estrutura pode admitir variantes do tipo: “para os fins previstos em”; “para os fins referidos em”; “para os fins dispostos em” e “para os fins do disposto em”. (BEVILACQUA, 1996, p. 81). No entanto, não houve ocorrências dessas variantes nos *corpora* da pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos fraseologismos em textos especializados possibilitou uma abordagem de um domínio específico – o jurídico – sob uma perspectiva linguística. Nesta concepção, é importante retomar que a pesquisa foi realizada a partir da ótica de uma profissional da linguagem voltada à tradução, não da área do Direito ou da tradução juramentada.

Em termos gerais, os fraseologismos contidos em procurações traduzidas de forma juramentada evidenciaram o desafio em analisá-los. Trata-se não apenas da busca de equivalência entre línguas diferentes, mas também de como essa equivalência acontece, levando-se em conta as diferentes realidades extralinguísticas. Há, portanto, notável dificuldade de se proceder a comparações entre as particularidades envolvidas em contextos jurídicos distintos.

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou o cumprimento do objetivo geral, o qual permeou a identificação e análise dos fraseologismos mais frequentes em procurações na direção inglês-português. No decorrer do processo de investigação dos fraseologismos, os aportes teóricos de autores, tanto os que se dedicam a fraseologia da língua comum, como Charles Bally (1951, 1988), Glória Corpas Pastor (1996), René Gottlieb Strehler (2002), quanto os que se ocupam da fraseologia da linguagem de especialidade, como Maria Teresa Cabré, Daniel Gouadec (1994), Cleci Bevilacqua (1996, 2004, 2005), foram imprescindíveis para se alcançar as metas deste trabalho.

Os critérios de Bevilacqua (2004) para identificação e reconhecimento dos itens fraseológicos a partir dos verbos foram essenciais como ponto de partida deste trabalho. Os parâmetros para a extração e estudo do grau de fixação dos fraseologismos complementaram uma análise baseada em frequência, indicando quais estruturas representavam uma ação de domínio específico da área estudada.

As pesquisas sobre a tradução juramentada conduzidas por Aubert (2006) permitiram observar semelhanças e diferenças entre essa modalidade e a tradução jurídica. Além disso, possibilitaram a reflexão acerca de algumas características intrínsecas à tradução juramentada. No que tange às observações teórico-metodológicas dos Estudo da Tradução baseados em Corpus feitas pelos autores a quem recorremos, foram observadas as propriedades das traduções juramentadas em relação ao uso de fraseologismos. Para tanto, esta dissertação empregou

ferramentas computadorizadas. Com isso, demonstramos uma potencialidade das ferramentas *AntConc* e *AntPConc* no que se refere à identificação de estruturas como os fraseologismos a partir de um eixo preestabelecido que, nesta dissertação, foi representado por seu núcleo eventivo e pelas fórmulas estereotipadas, que compõem dois grupos de fraseologismos (Grupo I e Grupo II).

Tanto os verbos eventivos, que expressam evento na área em questão, quanto as fórmulas estereotipadas, típicas do documento de natureza jurídica investigado, foram representativos quanto à frequência nos *corpora* e expressaram as características formais e semânticas dos fraseologismos. Deve-se atentar que nem sempre um fraseologismo corresponde apenas a um equivalente: muitas vezes a mesma estrutura possui várias equivalências.

Em relação aos correspondentes em português dos fraseologismos em inglês, verificou-se que a maioria dos tradutores juramentados participantes da pesquisa possuía conhecimento da terminologia da área de domínio, sendo possível constatar os equivalentes das línguas em questão. No entanto, houve casos em que os tradutores se afastaram da terminologia jurídica brasileira, de modo que foram realizadas traduções mais voltadas ao idioma original. Faz-se necessário considerarmos que houve uma aproximação da cultura da língua de chegada e foram levadas em conta as questões jurídicas em ambos *corpora*.

No que tange às comparações entre os dois *corpora* formados na pesquisa, notamos que, no *corpus* 1 (PTJ1), houve maior adequação aos fraseologismos comuns utilizados em português. O *corpus* 2 (PTJ2), embora tenha apresentado equivalentes que se aproximaram dos fraseologismos em português, exibiu estruturas mais literalizantes. A esse respeito, cabe refletir se esse resultado deve-se ao fato de que alguns tradutores não perceberam que o documento em questão representava uma *back translation*, e, assim, não reconheceram o fraseologismo.

A observação dos fraseologismos pelo tradutor pode melhorar sua capacidade de percepção e conversão dos itens equivalentes nos textos de tradução juramentada, além de possibilitar uma avaliação das características singulares desse tipo de tradução, já que dicionários especializados normalmente não abrangem essa função de maneira sistematizada. Esse fato pode auxiliar tradutores iniciantes a traduzir fraseologismos sem necessariamente que corram o risco de, por exemplo, incorrer em uma construção inadequada, que não leve em consideração as realidades culturais e o contexto jurídico.

A análise dos fraseologismos da linguagem de especialidade explicitou que essas estruturas representam um nicho de estudos que ainda necessita de muitas pesquisas, seja no campo da tradução juramentada, seja no campo da Fraseologia. Dessa forma, destacamos a contribuição que este trabalho poderá oferecer ao desenvolvimento de pesquisas futuras, que, inclusive, poderão explorar mais detalhadamente os fraseologismos e suas especificidades. Sob o viés prático, presumimos que os resultados obtidos com o desenvolvimento desta dissertação sejam capazes de ajudar os profissionais da área de tradução, mais especificamente os tradutores públicos, em suas tarefas cotidianas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Kenneth A. Execute and Deliver. Adams on contract drafting. Posted on January 8, 2007. Disponível em: < <http://www.adamsdrafting.com/execute-and-deliver/> > Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

ALBERTS-FRANCO, Cristina. Linguística de Corpus e terminologia bilíngue: o programa *AntConc* e a extração de termos em alemão. *The Specialist*, vol. 36, no 2 (182-202) 2015.

ALVES, Daniel. *Conflito e tradução: uma análise sobre as realizações linguísticas dos conflitos armados entre grupos litigantes no corpus paralelo Grande Sertão: Veredas — The Devil to Pay in the Backlands*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2014 - disponível em: <http://goo.gl/q1B9R7> - acesso em: 10 fevereiro de 2017.

ALVES, Daniel; ASSIS, Roberto Carlos de. Métodos de investigação em corpora: ferramentas para classificação de dados extraídos de *corpora* de pequenas dimensões para análises discursivas. *Blucher Social Sciences Proceedings* - Volume 2, Número 3. março de 2016.

ANTHONY, Laurence. *AntPConc* (Versão 1.2.0). Programa de computador. Tóquio, Japão: Universidade de Waseda. 2016b. Disponível em < <http://www.laurenceanthony.net/> > acesso em: 12 de janeiro de 2017.

ANTHONY, Laurence. *AntConc* (Versão 3.4.4). Programa de Computador. Tóquio, Japão: Universidade de Waseda. 2016a. Disponível em: < <http://www.laurenceanthony.net/> >. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

AUBERT, Francis Henrik. *Descrição e quantificação de dados de tradutologia*. In: Tradução & Comunicação 4. São Paulo, p. 71-82, julho 1984.

AUBERT, Francis Henrik. Dilemas da literalidade na tradução juramentada. *Trabalho de Linguística Aplicada*, Campinas, 44(2): 247-263, jul./dez. 2005.

AUBERT, Francis Henrik. Indagações acerca dos marcadores culturais na tradução. *Revista de Estudos Orientais*, n. 5, p. 23-36, 2006.

AUBERT, Francis Henrik. *Introdução à metodologia de pesquisa terminológica bilíngue*. São Paulo: FFLCH/USP, 2001. 103p.

AUBERT, Francis Henrik. Modalidades de tradução: teoria e resultados. São Paulo: *TradTerm*, v. 5.1, 1998b. p. 99-128.

AUBERT, Francis Henrik. Tipologia da tradução: o caso da tradução juramentada. Anais do V Encontro Nacional de Tradutores. São Paulo, *FFLCH/Humanitas*. 1996. p.105-118.

AUBERT, Francis Henrik. *Tipologia e procedimentos da tradução juramentada*. Vol. 1: Teoria, legislação, modelos e exercícios práticos. São Paulo: CITRAT/FFLCH, 1998a.

AZENHA JUNIOR, J. *Tradução técnica e condicionantes culturais: primeiros passos para um estudo integrado*. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 1999.

BAKER, M. *Corpus in Translation Studies: An Overview and Some Suggestions for Future Research*, *Target* 7(2), 1995.

BAKER, Mona. *Corpus-based translation studies: the challenge that lie ahead*. Harold Somers (org.) *Terminology, LSP and Translation: Studies in Language Engineering in Honour of Juan C. Sager*, 175-187. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins. 1996.

BAKER, Mona. *In Other Words: A Coursebook on Translation*. London: Routledge, 1992.

BALLY, Charles. *Traité de stylistique française*. v.1, 3.ed. Genève: Librairie Georg & Cie.; Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951.

BARBOSA, Heloísa Gonçalves. *Procedimentos Técnicos da Tradução*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

BERBER SARDINHA, T. *Corpora em tradução na pesquisa em tradução*. In: TAGNIN, S.E.O. (org.) *Cadernos de tradução: Corpora e Tradução*, Florianópolis, v. 1, n. 9, p. 15-59, 2002.

BERBER SARDINHA, T. *Linguística de Corpus*. São Paulo, Manole, 2004. 410 p.

BERBER SARDINHA, T. *Pesquisa em Linguística de Corpus com WordSmith Tools*. Campinas, SP: Mercado de letras, 2009.

BEVILACQUA, Cleci Regina. *A fraseologia jurídico-ambiental*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1996. 120p.

BEVILACQUA, Cleci Regina. *Fraseologia: perspectiva da língua comum e da língua especializada*. *Língua e Literatura*, v. 10-11, p. 73-86, 2005.

BEVILACQUA, Cleci Regina. *Unidades Fraseológicas Especializadas Eventivas: descripción y reglas de formación en el ámbito de la energía solar*. 2004. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Linguística Aplicada, Universidade Pompeu Fabra, Barcelona, Espanha.

BEVILACQUA, Cleci Regina; SILVEIRA; Diônefer, Alan da. *Identificação de unidades fraseológicas no âmbito do direito ambiental*. Rio Grande do Sul. *Anais do CELSUL*, 2008.

BLACK Henry Campbell. *Black's Law Dictionary* 6th ed. West Publishing. 1990.

BLAIS, Esther. *La phraséologie. Une hypothèse de travail*. In: *Terminologies Nouvelles*, Bruxelas, n. 10, dez. 1993.

BOWKER, L., FISHER, D. *Technology and Terminology*. *The Encyclopedia of Applied Linguistics*. *Wiley Online Library*. 2012.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Lei Nº 8.027, DE 12 DE ABRIL DE 1990 - Dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8027.htm > Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

BRASIL. Decreto Nº. 13.609, de 21 de outubro de 1943. *Regulamento para o ofício de Tradutor Público e Intérprete Comercial no território da República*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D13609.htm > Acesso em: 30 nov. 2016.

BRASIL. Lei Nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *Novo Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 30 nov. 2016.

CABRÉ, M. T.; ESTOPÁ, R.; LORENTE, M. *Terminología y fraseología*», en *Actas del V Simposio Iberoamericano de Terminología: Terminología, Ciencia y Tecnología, México* (1996). Disponível em: < <http://www.riterm.net/actes/5simposio/cabre5.htm> > acesso em: 30 de setembro de 2016.

CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antártida/Empúries, 1993. 529 p.

CANE, P.; CONAGHAN, J. *The Oxford Companion to Law*. Oxford University Press. 2008.

CORPAS PASTOR, Glória.: *Manual de fraseología española*, Madrid: Gredos, 1996.

COWIE, Anthony. P. (Org.). *Phraseology: theory, analysis and applications*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

GERHARDT, Tatiana Engel.; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2016.

GOMES, Orlando. *Contratos*, 24. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2001.

GOUADEC, D. Nature et traitement des entités phraséologiques. *Terminologie et phraséologie. Acteurs et aménageurs: Actes de la deuxième Université d'Automne en Terminologie*. Paris, La Maison du Dictionnaire, p. 167-193, 1994.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUNSTON, S. *Corpora in Applied Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. 24ª ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

JAKOBSON, Roman. *On Linguistic Aspects of Translation*. In BROWER, R.A. (Ed.) – *On Translation*. Cambridge: Harvard University Press, 1959, p. 232-9.

KRIEGER, M.G., FINATTO, M. J.B. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

LIMA JÚNIOR, Cláudio Ricardo Silva. Formação histórica e caracteres essenciais do sistema jurídico anglo-saxônico. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 4080, 2 set. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/29419>>. Acesso em: 10 dezembro 2016.

MACIEL, Anna Maria Becker. *Para o reconhecimento da especificidade do termo jurídico*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Curso de Pós-Graduação em Letras, 2001.

MARTINS, Sheila Luft. Breves apontamentos sobre a procuração. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, v. XIII, n. 77, junho. 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7887>. Acesso em: 30 novembro de 2016.

MCENERY, T.; XIAO, R.; TONO, Y. *Corpus-based Language Studies: An Advanced Resource Book*. New York / London: Routledge, 2006.

NASCIMENTO, L. A. S. *Investigating norms in the Brazilian official translation of semiotic items, culture-bound items, and translator's paratextual interventions*. 249p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

NEWMARK, Peter. *Approaches to translation*. Oxford: Pergamon, 1981.

NIDA, Eugene. *Towards a Science of Translating*. Leiden: Brill, 1964. 331 p.

ORENHA-OTTAIANO, A. Unidades fraseológicas especializadas: colocações e colocações estendidas em contratos sociais e estatutos sociais traduzidos no modo juramentado e não-juramentado. 2009. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

ORTÍZ ÁLVAREZ, Maria Luisa; UNTERNBÄUMEN, Enrique Huelva (Orgs.). *Uma (Re)Visão da teoria e da pesquisa fraseológicas*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

ORTÍZ ÁLVAREZ, Maria Luisa. Traduzir uma expressão idiomática não é quebrar galho, é descascar um abacaxi. In: dos SANTOS, Cynthia Ann Bell et al. (Org.). *Tradução e Cultura*. 1ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011, p. 121-140.

OUSTINOFF, Michael. *Tradução: História, teorias e métodos*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, 144 p.

PAES, José Paulo. *Tradução: a ponte necessária – aspectos e problemas da arte de traduzir*. São Paulo: Ática, 1990.

PAVEL, S. *A fraseologia na língua de especialidade. Metodologia de registro nos vocabulários terminológicos*. Trad. Do francês de Germana H.P. de Souza. Atas do seminário internacional “Phraséologie” (Hull, Mai 1993), 2003. Título original: La phraséologie en langue de spécialité. Méthodologie de consignation dans les vocabulaires terminologiques.

PESANT, G.; THIBAUT, E. Pour une combinatoire phraséologique de la publicité des droits. *Meta: Journal des Traducteurs*. Montréal, 43-2, p. 328-331, 1998.

RODRÍGUEZ, Alfredo Maceira. Algumas frases feitas do galego. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 3, p. 127-141, 2000.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1988, 279 p.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p. 359

SOARES, Mariana Schuchter; GAMONAL, Maucha Andrade; LACERDA, Patrícia Fabiane Amaral da Cunha (Org.). *Rediscutindo a noção de equivalência linguística na tradução a partir da Sociolinguística Variacionista*. Projeto Tradução e Sociolinguística Variacionista: a busca de interfaces na análise do processo tradutório. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2011.

STREHLER, René G. Fraseologismos e Cultura. *Trabalho de Linguística Aplicada*, Campinas, 48(1), p. 9-21, jan./jun. 2009.

STREHLER, René G. *Étude d'unités phraséologiques en portugais du Brésil: aspects théoriques et application à la traduction*. 2002. Tese (Doutorado) – Université de Nice Sophia Antipolis, U.F.R. de sciences du langage, Nice, França.

STUPIELLO, Érika Nogueira de Andrade. O status de "cópia fiel" da tradução juramentada em face às diversidades jurídicas e culturais entre as línguas. *Tradução em Revista* 17. 2014.

TAGNIN, S. E. O. Linguística de Corpus e Fraseologia: Uma feita para a outra. In: ORTÍZ ÁLVAREZ, M. L. ; UNTERNBAUMEN, E. H. (orgs.). *Uma (re)visão da teoria e da pesquisa fraseológicas*. Campinas: Pontes, 2011. p. 227-302.

TAGNIN, Stella E. O. Os *corpora*: instrumentos de autoajuda para o tradutor. *Caderno de tradução*, Florianópolis, nº 9, p. 191-219, 2002.

TAGNIN, Stella E. O.. A Linguística de Corpus na e para a Tradução. In: Viana, Vander; TAGNIN, Stella E. O. (ed.). *Corpora na Tradução*. São Paulo: Hub Editorial. 2015.

TAGNIN, Stella. Um *corpus* multilíngüe para ensino e tradução - o COMET: da construção à exploração. *Tradterm*, v. 10, 2004, p. 117-142.

TOGNINI-BORNELLI, E. *Corpus Linguistic at work*. Studies in Corpus Linguistics, v. 6. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2001.

VENUTI, Lawrence. *A invisibilidade do tradutor*. In: Palavra 3. (1995) 111-134. Tradução de Carolina Alfaro. Rio de Janeiro, 1995. Tradução de: The translator invisibility: In: Criticism. V XXXVIII, n.2, Spring 1986, Wayne state UP, pp. 179-212.

VENUTI, Lawrence. Escândalos da tradução. Trad. Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda e Valéria Biondo. Bauru: Edusc, 2002.

VINAY, Jean Paul. DARBELNET, Jean. *Stylistique comparée du français et de l'anglais: méthode de traduction*. (primeira versão em: 1958) Paris: Didier, 1977.

WELKER, Herbert Andreas. *Dicionários – Uma pequena introdução à Lexicografia*. Brasília, DF: Thesaurus, 2004.

XATARA, C. M. e PARREIRA, Maria Cristina. A elaboração de um dicionário fraseológico. In: ORTÍZ ÁLVAREZ, Maria Luisa e UNTERNBÄUMEN, Enrique Huelva (Orgs.). *Uma (Re)Visão da teoria e da pesquisa fraseológicas*. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 69-75.

XATARA, Claudia Maria. *A tradução para o português das expressões idiomáticas em francês*. Araraquara, 1998, 253p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

XATARA, Claudia Maria; OLIVEIRA, Wanda Leonardo de. *PIP – Dicionário de provérbios, idiomatismos e palavras: francês-português/português-francês*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

ANEXO I – TERMO DE COMPROMISSO DE NÃO-DIVULGAÇÃO

Abaixo assinados

Eu, Neyara Macedo Coelho Barbosa, Estudante, portadora do RG [REDACTED], inscrita no CPF/MF sob o nº. [REDACTED], residente à [REDACTED], CEP [REDACTED], Brasília-DF, estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília (Matrícula [REDACTED]), doravante PESQUISADORA, e

René Gottlieb Strehler, professor em Brasília, DF, portador do RG nº [REDACTED] inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] estabelecido à Rua [REDACTED], Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, DF, orientador da PESQUISADORA acima mencionada, doravante denominado PESQUISADOR, ambos em conjunto denominados PESQUISADORES,

Pelo presente se comprometem com o tradutor juramentado cujos documentos forem encaminhados à PESQUISADORA para compor o conjunto de textos incluídos na dissertação de Mestrado com o Título provisório **“FRASEOLOGISMOS BILÍNGUES EM DOCUMENTAÇÃO DE TRADUÇÃO JURAMENTADA”**, doravante denominado TRADUTOR, conforme abaixo:

COMPROMISSOS:

1. O material enviado pelo TRADUTOR será utilizado estritamente para fins da pesquisa em Estudos da Tradução cujo título provisório consta acima, a ser apresentada à UnB, com possíveis publicações dos resultados;
2. Tendo em vista a obrigação de sigilo que decorre da atuação do tradutor juramentado, os PESQUISADORES se comprometem a não divulgar dados identificadores do TRADUTOR e de seus clientes. Tais dados incluem nomes completos, endereços completos, números de CPF/CNPJ, de carteiras de habilitação ou de títulos de eleitor, ou quaisquer outros dados que possam levar à identificação do TRADUTOR ou de seu cliente. Para tal, a PESQUISADORA assume o compromisso de cancelar tais por meio da aposição do sinal XXXX na tradução e no documento original enviado. Serão cancelados ainda:
 - nome e dados identificadores do (a) tradutor (a), tais como endereço, número de registro na respectiva Junta Comercial ou qualquer outro elemento que possa levar identificação do profissional;
 - dados identificadores da tradução tais como número da tradução e do livro de registro em que se encontra;
 - nome/razão social, número de identidade ou registro e endereço de pessoas jurídicas que constem nos textos traduzidos, bem como outros elementos identificadores de tais pessoas.

3. O material enviado pelo TRADUTOR não será disponibilizado pelos pesquisadores, salvo com consentimento expreso por escrito do TRADUTOR;

RESPONSABILIDADE:

A PESQUISADORA assume total responsabilidade pelo uso do material recebido e isentará o TRADUTOR de quaisquer responsabilidades decorrentes de seu uso;

SUSPENSÃO DA UTILIZAÇÃO DOS TEXTOS

O TRADUTOR estará autorizado a exigir a suspensão imediata do uso das traduções cedidas caso tome conhecimento de qualquer infração aos compromissos assumidos pelos PESQUISADORES.

RECIPROCIDADE

A PESQUISADORA assegura ao TRADUTOR reciprocidade na entrega constante em seus próprios arquivos, para futuras pesquisas, que o TRADUTOR possa vir a realizar, nos mesmos termos deste Termo de Compromisso

VALIDADE

Este Termo de Compromisso será válido por prazo indeterminado.

Brasília, 01 de setembro de 2016.

Neyara Macedo Coelho Barbosa
Estudante de Mestrado da Universidade de Brasília
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução

René Gottlieb Strehler
Professor do Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução
Instituto de Letras – Universidade de Brasília

OBS.: Caso o TRADUTOR assim o deseje, uma cópia deste documento assinada de próprio punho e com firma reconhecida em cartório lhe poderá ser enviada por correio. Tal cópia terá o mesmo valor legal que o documento apresentado acima e que é enviado ao TRADUTOR via correio eletrônico

**ANEXO II – Exemplo de procuração *Corpus I* (PTJ1) e Tradução Juramentada
correspondente**

SPACE ABOVE THIS LINE FOR RECORDER'S USE

POWER OF ATTORNEY - GENERAL [includes optional DURABLE POWER OF
ATTORNEY]

KNOW ALL PERSONS BY THESE PRESENTS: That I xxxx the undersigned (jointly or severally, if more than one) hereby make, constitute and appoint xxxx

my true and lawful Attorney for me and in my name, place and stead and for my use and benefit:

- (a) To ask, demand, sue for, recover, collect and receive each and every sum of money, debt, account, legacy, bequest, interest, dividend, annuity and demand (which now is or hereafter shall become due, owing or payable) belonging to or claimed by me, and to use and take any lawful means for the recovery thereof by legal process or otherwise, and to execute and deliver a satisfaction or release therefor, together with the right and power to compromise or compound any claim or demand;
- (b) To exercise any or all of the following powers as to real property, any interest therein and/or any building thereon: To contract for, purchase, receive and take possession thereof and of evidence of title thereto; to lease the same for any term or purpose, including leases for business, residence, and oil and/or mineral development; to sell, exchange, grant or convey the same with or without warranty; and to mortgage, transfer in trust, or otherwise encumber or hypothecate the same to secure payment of a negotiable or xxxx note or performance of any obligation or agreement;
- (c) To exercise any of all of the following powers as to all kinds of personal property and goods, wares and merchandise, choses in action and other property in possession or in action: To contract for, buy, sell, exchange, transfer and in any legal manner deal in and with the same, and to mortgage, transfer in trust, or otherwise encumber or hypothecate the same to secure payment of a negotiable or non-negotiable note or performance of any obligation or agreement;
- (d) To borrow money and to execute and deliver negotiable or non-negotiable notes therefor with or without security; and to loan money and receive negotiable or non-negotiable note or performance notes therefor with such security as he/she shall deem proper;
- (e) To create, amend, supplement and terminate any trust and to instruct and advise the trustee of any trust wherein I am or may be trustor or beneficiary; to represent and vote stock, exercise stock rights, accept and deal with any dividend, distribution or bonus, join in any corporate financing, reorganization, merger, liquidation, consolidation or other action and the extension, compromise, conversion, adjustment, enforcement or foreclosure, singly or in conjunction or other action and the extension, compromise, conversion, adjustment, enforcement or foreclosure, singly or in conjunction with others of any corporate stock, bond, by or to me and to give or accept any property and/or money whether or not equal to or less in value than the amount owing in payment, settlement or satisfaction thereof;

- (f) class as my act and deed to sign, execute, acknowledge and deliver any deed, lease, assignment of lease, covenant, indenture, indemnity, agreement, mortgage, deed of trust, assignment of mortgage or of the beneficial interest under deed. of trust, extension or renewal of any obligation, subordination or waiver of priority, hypothecation, bottom, charter-party, bill of lading, bill of sale, bill, bond, note, whether negotiable or non-negotiable, receipt, evidence of debt, full or partial release or satisfaction of mortgage, judgement and other debt, request for partial or full reconveyance of deed of trust and such other instruments in writing or any kind or class as may be necessary or proper in the premises;
- (g) [Strike if not applicable.] This Power of Attorney shall not be affected by subsequent incapacity of the principal [and shall remain effective for an office principal [and shall disability or incapacity occurs];
- If (g) and/or (h) are not stricken, the Notice to Persons Executing Durable Power of Attorney applies.

NOTICE TO PERSON EXECUTING DURABLE POWER OF ATTORNEY

A durable power of attorney is an important legal document. By signing the durable power of attorney, you are authorizing another person to act for you, the principal. Before you sign this durable power of attorney, you should know these important facts:

Your agent (attorney-in-fact) has no duty to act unless you and your agent agree otherwise in writing.

This document gives your agent the powers to manage, dispose of, sell, and convey your real and personal property, and to use your property as security if your agent borrows money on your behalf. This document does not give your agent the power to accept or receive any of your property, in trust or otherwise, as a gift, unless you specifically authorize the agent to accept or receive a gift.

Your agent will have the right to receive reasonable payment for services provided under this durable power of attorney unless you provide otherwise in this power of attorney.

The powers you give your agent will continue to exist for your entire lifetime, unless you state that the power of attorney will last for a shorter period of time or unless you otherwise terminate the durable power of attorney. The powers you give your agent in this durable power of attorney will continue to exist even if you can no longer your own decisions respecting the management of your property.

You can amend or change this durable power of attorney only by executing a new durable power of attorney or by executing an amendment through the same formalities as an original. You have the right to revoke or terminate this durable power of attorney at any time, so long as you are competent.

This durable power of attorney must be dated and must be acknowledged before a notary public or two witnesses. If it is signed by two witnesses, they must witness either (1) the signing of the power of (2) the principal's signing or acknowledgment of his or her signature. A durable power of attorney that may property should be acknowledged before a notary public so that it may easily be recorded.

You should read this durable power of attorney carefully. When effective, this durable power of attorney give your agent the right to deal with property that you now have or might acquire in the future. The durable power of attorney is important to you. If you do not understand the durable power of attorney, or any provision of it, then you should obtain the assistance of an attorney or other qualified person.

NOTICE TO PERSON ACCEPTING THE APPOINTMENT AS ATTORNEY-IN-FACT

By acting or agreeing to act as the agent (attorney-in-fact) under this power of attorney you assume the fiduciary and other legal responsibilities of an agent. These responsibilities include:

1. The legal duty to act solely in the interest of the principal and to avoid conflicts of interest.
2. The legal duty to keep the principal's property separate and distinct from any other property owned or controlled by you.

You may not transfer the principal's property to yourself without full and adequate consideration or accept gift of the principal's property unless this power of attorney specifically authorizes you to transfer property to yourself or accept a gift of the principal's property. If you transfer the principal's property to yourself without authorization in the power of attorney, you may be prosecuted for fraud and/or embezzlement. If the principal years of age or older at the time that the property is transferred to you without authority, you may also be prosecuted for elder abuse under Penal Code Section 368. In addition to criminal prosecution, you may also be sued in civil court.

GIVING AND GRANTING unto my said Attorney full power and authority to do and perform all and every act and thing whatsoever requisite, necessary or appropriate to be done in and about the premises as fully to all intents and purposes as I might or could do if personally present, hereby ratifying all that my said Attorney shall lawfully do or cause to be done by virtue of these presents. The powers and authority hereby conferred upon my said Attorney shall be applicable to all real and personal property or interests therein now owned or hereafter acquired by me and whatever situate.

My said Attorney is empowered hereby to determine in his/her sole discretion the time when, purpose for and manner in which any power herein conferred upon him/her shall be exercised, and the conditions, provisions and covenants of any instrument or document which may be executed by him/her pursuant hereto; and in the acquisition or disposition of real or personal property, my said Attorney shall have exclusive power to fix the terms thereof for cash, credit and/or property, and if on credit with or without security.

When the context so requires, the masculine gender includes the feminine and/or neuter, and the singular number includes the plural.

WITNESS my hand this the day of xx
State of xxxxx County of xx

On xxxx before me xxx Notary Public, personally appeared xxxx whose name is subscribed to the within instrument and acknowledged to me that he executed the same in his authorized capacity and that by his signature on the instrument the person, or the entity upon behalf of which the person acted executed the instrument.

We declare under penalty of perjury under the laws of the State of that the person who signed or acknowledged this document is personally known to us (or proved to us on the basis of convincing evidence) to be the principal who signed or acknowledged this durable power of attorney in our presence.

Executed this day of xx

THIS FORM IS NOT VALID FOR HEALTH CARE DECISIONS. (Use xx Form
xxxxx for that purpose.)

TRADUÇÃO JURAMENTADA (ANEXO II)

xxxx
Tradução nº xxxx

xxxxx: [campos não preenchidos para registro e remessa, e para uso do Oficial de Registros].

PROCURAÇÃO – PODERES GERAIS [inclui PROCURAÇÃO NÃO REVOGÁVEL EM CASO DE INCAPACIDADE, opcional].

SAIBAM TODOS QUANTOS A PRESENTE VIREM: Que eu, xxxx: xxxx, CIC: xxxx, abaixo assinado (em conjunto ou individualmente, no caso de mais de uma pessoa), pela presente nomeio e constituo xxxx [rasura, com rubrica do outorgante] xxxx, RG xxxx, CIC xxx, minha bastante Procuradora para em meu nome e lugar, e em meu proveito e benefício:

- (a) Solicitar, demandar, processar, reaver, cobrar e receber toda e qualquer soma em dinheiro, dívida, conta, herança, legado, participação, dividendo, anuidade e demanda (que esteja atualmente ou no futuro se torne vencida, devida ou a pagar) pertencente ou reivindicada por mim, e fazer uso ou tomar qualquer medida legal para reaver a mesma através de processo judicial ou de outra forma, e assinar e entregar um documento de quitação ou liberação da mesma, juntamente com o direito e poder de transigir ou fazer acordo em qualquer reivindicação ou demanda;
- (b) Exercer todo e qualquer dos seguintes poderes relativos a imóveis, qualquer participação nos mesmos e/ou qualquer construção nos mesmos: Contratar, comprar, receber e tomar posse dos mesmos e da comprovação de sua propriedade; locá-los por qualquer período ou para qualquer finalidade, inclusive locação comercial, residencial e para empreendimento petrolífero e/ou mineral; vender, permutar, outorgar ou transferi-los, com ou sem garantia; e hipotecar, transferir em fideicomisso ou de outra forma gravar ou hipotecar os imóveis para garantir o pagamento de uma nota promissória negociável ou não-negociável ou para o cumprimento de qualquer obrigação ou contrato;
- (c) Exercer todo e qualquer dos seguintes poderes relativos a todos os tipos de propriedades e bens pessoais, artigos e mercadorias, bens sob litígio e outras propriedades objeto de posse ou em litígio: Contratar, comprar, vender, permutar, transferir e de qualquer forma legal negociar e distribuir as mesmas, e hipotecar, transferir em fideicomisso, ou de outra forma gravar ou hipotecar as mesmas para garantir o pagamento de uma nota promissória negociável ou não-negociável, ou para o cumprimento de qualquer obrigação ou contrato;
- (d) Contrair empréstimos e assinar e entregar notas promissórias negociáveis ou não-

negociáveis a eles relativas, com ou sem garantia; e emprestar valores e receber notas promissórias ou garantias de desempenho negociáveis ou não-negociáveis para os mesmos, com as garantias que considere adequadas;

- (e) Criar, alterar, complementar e rescindir qualquer fideicomisso, e instruir e orientar o fiduciário acerca de qualquer fideicomisso em que eu seja ou possa ser fideicomitente ou beneficiário; representar e votar ações, exercer direitos sobre ações, aceitar e negociar qualquer dividendo, distribuição ou bônus, participar de qualquer financiamento, reestruturação financeira, incorporação, liquidação, consolidação de uma sociedade ou outra ação e da prorrogação, compromisso, conversão, acordo, execução ou execução hipotecária, isoladamente ou em conjunto, ou outra ação e da prorrogação, compromisso, conversão, acordo, execução ou execução hipotecária, isoladamente ou em conjunto (sic) com terceiros, de qualquer capital social, título, por mim ou para mim, e dar ou aceitar qualquer propriedade e/ou valor em dinheiro, seja ou não igual ou inferior ao valor devido no pagamento, acordo ou quitação do mesmo;
- (f) Realizar negócios de qualquer natureza ou classe como meu ato soberano para assinar, firmar, reconhecer e entregar qualquer documento, locação, sublocação, acordo, escritura, indenização, contrato, hipoteca, escritura de fideicomisso, transferência de hipoteca ou de interesse pecuniário sob escritura de fideicomisso, prorrogação ou renovação de qualquer obrigação, subordinação ou renúncia à prioridade, hipoteca, contrato de hipoteca naval, contrato de afretamento, conhecimento de embarque, fatura, conta, título, nota promissória, seja negociável ou não-negociável, recibo, comprovação de dívida, liberação ou quitação integral ou parcial de hipoteca, decisão judicial e outras dívidas, solicitação de restituição parcial ou integral de escritura de fideicomisso e outros instrumentos por escrito ou de qualquer tipo ou classe, conforme possa ser necessário ou apropriado aos assuntos já mencionados;
- (g) [Cancelar, caso não aplicável] Esta Procuração não será afetada pela incapacidade subsequente do outorgante [e permanecerá em vigor por um período de {manuscrito - conclusão de negociação de imóvel - endereço: todas as propriedades localizadas no Estado de xxxxx, Brasil}, anos após a ocorrência do impedimento ou incapacidade];
- (h) [Cancelar, caso não aplicável] Esta Procuração entrará em vigor quando da incapacidade do outorgante [e permanecerá em vigor por um período de [cancelado] anos após a ocorrência do impedimento ou incapacidade.];
- (i) Caso os itens (g) e/ou (h) não estejam cancelados, será aplicável a Notificação ao Outorgante de Procuração Não-Revogável em Caso de Incapacidade.

ESTE FORMULÁRIO NÃO É VÁLIDO PARA DECISÕES RELATIVAS A CUIDADOS COM A SAÚDE. (Utilize o Formulário Wolcotts 1401 para tal fim).

Antes de utilizar este formulário, preencha todos os espaços em branco, e faça todas as alterações que forem adequadas e necessárias para sua transação específica. Consulte um advogado caso tenha dúvidas quanto à adequação do formulário para sua finalidade e uso. A xxxx não fornece qualquer declaração ou garantia, expressa ou tácita, relativamente à comerciabilidade ou adequação deste formulário para um uso ou fim pretendido.

[Nota da Tradutora: A pedido da parte interessada, deixam de ser traduzidas as seções “Notificação ao Outorgante de Procuração Não-Revogável em Caso de Incapacidade” e “Notificação à Pessoa que Aceita Nomeação como Procurador.”]

OUTORGO E CONCEDO ao meu referido Procurador pleno poder e autoridade para realizar todo e qualquer ato e ação que seja de qualquer forma obrigatória, necessária ou apropriada aos assuntos já mencionados, tão plenamente e para todos os fins e efeitos conforme eu realizaria ou poderia realizar caso estivesse pessoalmente presente, e por meio desta ratifico tudo o que meu referido procurador legalmente realize ou providencie para que seja realizado de acordo com a presente. Os poderes e autoridade conferidos pelo presente ao meu referido Procurador serão aplicáveis a todos os bens imóveis e pessoais ou participações nos mesmos, possuídos no momento ou doravante adquiridos por mim e onde quer que situados.

Meu referido Procurador está autorizado pela presente a determinar, a seu exclusivo critério, o momento, finalidade e forma em que qualquer poder que na presente lhe seja conferido será exercido, e as condições, disposições e cláusulas de qualquer instrumento ou documento que por ele/ela possa ser assinado de acordo com a presente; e na aquisição ou alienação de bens imóveis ou pessoais, meu referido Procurador terá poder exclusivo para estabelecer os termos de tais atos quanto à moeda, crédito e/ou propriedade, e em caso de crédito, se com ou sem garantia.

Quanto o contexto assim exigir, o gênero masculino incluirá o feminino, e o número singular incluirá o plural.

EM TESTEMUNHO DO QUE, aponho minha assinatura aos xxx de xxx de xxxx.

[assinatura] xxxx

Estado da xxx, Condado de xxxx.

Aos xxx de xxx de xxx, perante mim, xxxx, Tabeliã Pública, compareceu pessoalmente xxxx, [cancelado *-pessoalmente conhecido por mim*] (ou o qual me comprovou com base em evidência satisfatória) ser a pessoa(s - riscado) cujo nome(s - riscado) se encontra(m - riscado) subscrito no instrumento acima, e reconheceu perante mim que assinou o mesmo em sua capacidade(s - riscado) autorizada e que, através de sua assinatura(s - riscado) no instrumento, a pessoa(s - riscado) ou entidade em cujo nome a pessoa(s - riscado) atuou, assinou o instrumento.

EM TESTEMUNHO DO QUE, aponho minha assinatura e carimbo oficial.

[carimbo] xxxx – Mandato nº xxxx – Tabeliã Pública – xxxx – Condado de xxxx – Meu mandato é válido até xxxx de xxx de xxx.

[assinatura] Tabeliã Pública.

[Campos para autenticação por testemunhas, não preenchidos.].

NADA MAIS continha o documento, DO QUE DOU FÉ.

xxxx, xxx de xxxx de xxxx

**ANEXO III – Exemplo de procuração *Corpus* II (PTJ2) e Tradução Juramentada
correspondente**

POWER OF ATTORNEY

GRANTOR: xxxxx, a limited liability company organized and existing under the laws of the Netherlands having its statutory seat in xxxxx and its registered office at xxxxx, the Netherlands and being registered with the xxxxx Chamber of Commerce under number. xxxxx, herewith represented by its managing director, xxxxx a limited liability company organised under the laws of the Netherlands, having its statutory seat in xxxxx and its registered office at xxxxx, the Netherlands and being registered with the xxxxx Chamber of Commerce under number xxxxx, duly represented by its director Mr xxxxx, born in xxxxx, the Netherlands on xxxxx, residing xxxxx, the Netherlands hereby grants a power of attorney to:

GRANTEES: xxxxx, Brazilian citizen, a lawyer with office at xxxxx, Brasil, duly enrolled with CPF number xxxxx, holder of identity Card with number xxxxx and passport with number xxxxx and xxxxx, Brazilian naturalized citizens with address at xxxxx,, Brasil, duly enrolled with CPF: xxxxx, holder of identity card xxxxx and passport xxxxx, so that acting jointly or solely and independently of the order in which they are named, they may:

POWERS: - represent the Grantor with powers to subscribe to and pay in capital and increases of xxxxx Ltda;

- to agree to clauses and conditions, to appoint managers, to be assigned with and receive quotas of capital, subscribe to capital and represent the Grantor in subsequent amendments to the Articles of Association of said limited company including powers to attend and vote in meeting and deliberations of quota holders;

- to represent the Grantor before Federal, State, Municipal and administrative authorities, agencies, departments and offices, especially before the Board of Trade (Junta Comercial) of the State of xxxxx and (Junta Comercial) of xxxxx State, the Central Bank of Brazil, Brazil Bank, BASA Bank and BNDES Bank, concerning investments, reinvestments and loans, to sign and withdraw any and all documents, petitions, letters, statements and to take all such steps as may be necessary in order to carry out the power herein, including service of process on behalf of the Grantor, exclusively for the purpose of Section 119 of Law No. 6404 of xxxxx;

- to constitute real estate security before financial institutions, mortgage or otherwise dispose of or create a lien on real property, selling or pledging machinery or equipment according to the agreement terms and conditions, always in accordance with xxxxx main purpose; to delegate this power of attorney, in whole or in part and to revoke such delegation.

This power is valid under the conditions that the Grantees will keep the management of the Grantor informed of their actions under this Power of Attorney and immediately after execution provide copies of any documents signed. This Power of Attorney is governed by the laws of the Netherlands and shall expire on Seen for legalization of the signature of:

Mr. xxxxx, born at on the xx day of xx, by me xxxxx, civil law notary at the city of xxxxx, the Netherlands, on the first day of xxxxx

TRADUÇÃO JURAMENTADA (ANEXO III)

Tradutor Público e Intérprete Comercial Inglês – Português
Brazilian Certified Portuguese – English Translator

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: xxxxx, uma sociedade de responsabilidade limitada fundada e existente sob as leis da Holanda tendo sua sede oficial em xxxxx e seu escritório registrado em xxxxx e sendo registrada junto à Câmara de Comércio de xxxxx sob o xxxxx, neste ato representada por seu diretor administrativo, com escritório registrado em xxxxx e estando registrada na Câmara de Comércio de xxxxx com o número xxxxx devidamente representada por seu diretor, Sr. xxxxx, nascido em xxxxx, em xxxxx, residente à xxxxx, que por este instrumento concede uma procuração para:

OUTORGADOS: xxxxx, cidadã brasileira, uma advogada com escritório xxxxx, Estado de xxxxx, Brasil, devidamente registrada com número de xxxxx, portadora da Carteira de Identidade com número xxxxx e passaporte de número xxxxx e xxxxx, cidadã brasileira naturalizada com endereço na xxxxx, Edifício xxxxx, , devidamente registrada com xxxxx, portadora da carteira de identidade xxxxx e passaporte xxxxx, de forma que agindo conjuntamente ou de forma independente, não importando a ordem em que são nomeadas, possam:

PODERES: - representar a Outorgante com poderes para subscrever e pagar aumentos de capital da xxxxx Ltda;

- concordar com cláusulas e condições, indicar administradores, ser (em) consignada(s) com e receber cotas de capital, subscrever o capital e representar a Outorgante em emendas subsequentes ao Contrato Social da dita empresa limitada incluindo poderes para participar e votar em assembleias e deliberações de cotistas;

- representar a Outorgante perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, especialmente a Junta Comercial do Estado de xx e a Junta Comercial do Estado de xx, o Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Banco BASA e o Banco xxxxx, com relação a investimentos, reinvestimentos e empréstimos, assinar e retirar todo e qualquer documento, petições, cartas, declarações e tomar todas as providências necessárias para o cumprimento desta procuração, incluindo receber citação em nome da Outorgante, exclusivamente para os fins do Artigo xxxxx;

- constituir garantia imobiliária perante instituições financeiras, hipotecar ou de qualquer outra forma dispor ou dar propriedade imobiliária em garantia, vendendo ou penhorando maquinário ou equipamento conforme os termos e condições contratuais sempre de acordo com a finalidade principal da xxxxx; substabelecer esta procuração, no todo ou em parte e revogar tal substabelecimento.

Esta procuração é válida sob as condições de que as Outorgadas manterão os administradores da Outorgante informados de suas ações por conta desta procuração e imediatamente após sua assinatura fornecer cópias de quaisquer documentos assinados.

Esta procuração será regida pelas leis da Holanda e expira em xxxxx

Assinado: [assinatura]

Por: xxxxx

Cargo: xxxxx

Visto para legalização da assinatura de:

Sr. xxxxx, nascido em xxxxx

Por mim Senhor xxxxx, notário da lei civil na cidade xxxxx

Constava assinatura [assinado] e carimbo no notário acima.

Carimbo indicador do Consulado Geral do Brasil em xxxxx junto à assinatura acima.

Constava na página o reconhecimento por semelhança pelo Consulado-Geral do Brasil em xxxxx (xxxxx) da assinatura de xxxxx

Nada mais constava do documento acima. **Dou Fé.** xxxxx A presente tradução não implica na aceitação do teor do documento.

xxxxx

Tradutor Público e Intérprete Comercial

xxxxx

ANEXO IV – Exemplo de procuração *Corpus III* (descartado) e Tradução Juramentada correspondente

LETTER OF ATTORNEY

xxxx a company incorporated under the laws of the Netherlands and having its registered office at, xxxxx, the Netherlands, registered with the Commercial Register under number- (the 'Grantor'):

herewith issues a power of attorney within the meaning of article 3:60 of the Dutch Civil Code, with the power to grant this power of attorney to another (third) party (substitution), to:

xxxx Brazilian, married, marine engineer, holder of the Identity Card-RG No. and enrolled with the C.P.F. (Individual Taxpayers' Registry) under No. with commercial address at Av. xxxx CEP, Brazil;

xxxx Danish, married, accounting, holder of Brazilian Foreigners Identity RNE nr. Xx enrolled at taxpayer registration (CPF/MF) nr. xx with commercial address at Av. xx CEP Brazil;

So they can jointly or individually represent the Grantor -in relation to its capacity as a shareholder in xxxx - for all or any of the following acts and matters in that connection:

- to deal and defend all and any subjects, business, rights and interests of Grantor;
- to represent before the court or out of the court, with powers to receive notifications, service of process, services and legal notices, judicial and out-of-court, on behalf of Grantor, and in general before third parties, to manage and administer its assets, to purchase, sell, promise to buy, promise to sell, assign, promise to assume debts, assume liabilities, contract, distract, break contracts, consent, mortgage, encumber, barter, change, mark, divide and by whatever way and order to alienate and to encumber goods and chattel, properties, bonds, shares, quotes, vehicles, telephones and livestock and whatsoever;
- to grant, receive, accept, consent and sign any kind of deeds or contracts, either public or private instruments, including those of renting, leasing, quitting, re-ratification, constitution, change and termination of companies, with all their clauses and conditions;
- to answer and to hold someone responsible for the eviction of the law, to make special statements;
- to represent it before whatever civil, commercial or industrial corporations, as participant or to become participating, managing and administering them;
- to use all managerial, administrative powers, representation, active and passive on Grantor's behalf, related to its position as set forth in the instrument of their constitution;
- to receive amicably or through the court all and any due amounts, whatsoever, including revenues, interests, dividends, maturities, rents, incomes and other subsidies, giving receipts and acquaintances;
- to represent it before general and extraordinary meetings, as quota holder or shareholder, voting and being voted, agreeing or impeaching what is deemed convenient, sign books, minutes and other papers and documents;

- to represent it before public entities, whether federal, state or county, government agencies, quasi public corporations, mixed economy companies, administrative, legal xxxxx, customs, xxxxx, Treasure's offices, Police Departments, Federal Income Department, Ministry of Labor, Junta Commercial, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Cia. De Telecomunicações, besides Telefônica, Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., xxxxx do Desenvolvimento do Nordeste, Embratur-Empresa Brasileira de Turismo, Federal, State and Municipal Government, Banco Central do Brasil, Federal and State Saving Banks, Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS, IAPAS, INAMPS, PIS-Programa de Integração Social, FGTS-Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, authorizing rising of deposited values, Companies of Credit, Financing and Investments and whatever; to register and enrol;
- to follow up processes until their finalization, to prove and make statements, to join and to separate papers and documents, to sign drawings, solicitations and descriptive memorial, to pay taxes, fees, emoluments, fines and contributions, to receive benefits, pensions, retirement, allowances and whatever, besides promoting recording, to appeal the undues or overpaid, to receive them and to give quittance;
- to plead loans and financing, with the necessary guarantees, celebrating the respective public or private contracts; to sign income tax declarations, to receive correspondences in general, either registered or not, with or without value, postal remittances and "CollisPosteaux't and whatever orders and telegrams addressed to Grantor;
- to open, and liquidate bank accounts, including savings accounts, in Banks, Bank Houses, Federal and State Saving Banks, Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S/A, to deposit, to withdraw and to rise any amounts, titles, withdraw, endorse, discount, receive, accept, suit, guarantee and sign checks, receipts, orders of payments, promissory notes, invoices and other commercial documents in general, to request balances and bank statement accounts, to request checkbooks; to remit amounts abroad, signing the respective orders of payments; to use the powers set forth in the clauses "Ad-Judicia et-extra" and "Ad-Negotia" and also the special ones of compromising, to agree, to disagree, to admit, to refute, to appeal, to give up, to establish agreements and commitments, to sign receipts and to give quittances, to appoint and to hire lawyers, to file injunctions, acting, with all powers herein granted, with all and any company in which Grantor is partner, shareholder or quotaholder, as well as authorizing or agreeing, on Grantor's behalf, that all those companies exercise whatsoever acts herein foreseen; exerting all other acts needed to best perform this document, besides substituting, in the whole or partially.

This Power of Attorney is issued on xxxxx and will remain valid until xxxxx, date upon which it shall become null without further notification.

TRADUÇÃO JURAMENTADA (ANEXO IV)

PROCURAÇÃO

A xxxx, uma sociedade constituída de acordo com as leis dos Países Baixos, com sede em xxxxx, Países Baixos, registrada junto ao Registro Comercial sob o número xxxxx (a “Outorgante”):

pela presente outorga uma procuração na acepção do artigo 3:60 do Código Civil Holandês, com poder para outorgar esta procuração a uma outra parte (terceiro) (substabelecimento), ao:

xxxxx, brasileiro, casado, engenheiro naval, portador da Carteira de Identidade nº xxxxx inscrito no CPF/MF sob nº xxxxx, com endereço comercial na Av. xxxxx Brasil;

xxxxx, dinamarquês, casado, contador, portador da Carteira de Identidade para Estrangeiros nº xxxxx inscrito no CPF/MF sob nº xxxxx, com endereço comercial na Av. xxxxx

Para que possam, em conjunto ou individualmente, em sua capacidade de acionista da xxxxx Ltda - realizar todo e qualquer um dos seguintes atos e assuntos relacionados a:

- negociar e defender todas e quaisquer questões, negócios, direitos e interesses da Outorgante;
- representar a Outorgante, em juízo ou fora dele, com poderes para receber notificações, serviços de citações, serviços e intimações, judiciais e extrajudiciais, em nome da Outorgante, e em geral, perante terceiros, para gerenciar e administrar seus ativos, comprar, vender, prometer comprar, prometer vender, ceder, prometer assumir dívidas, assumir obrigações, contratar, distratar, rescindir contratos, consentir, hipotecar, onerar, permutar, trocar, marcar, dividir e, de qualquer forma e ordem, alienar e onerar mercadorias, bens móveis, propriedades, títulos, ações, cotas, veículos, telefones e semoventes e outros bens de qualquer natureza;
- outorgar, receber, aceitar, consentir e assinar qualquer tipo de escrituras ou contratos, sejam instrumentos públicos ou particulares, inclusive aqueles de locação, arrendamento, renúncia, ratificação, constituição, alteração e extinção de empresas, com todas as suas cláusulas e condições;
- responder e considerar alguém responsável por evicção de direito, fazer declarações especiais;
- representá-la perante quaisquer corporações civis, comerciais ou industriais, como participante ou a se tornar participante, gerenciando-as e administrando-as;
- utilizar todos os poderes gerenciais e administrativos, de representação, ativa e passiva, em nome da Outorgante, relativos à sua posição, conforme estabelecido em seu instrumento de constituição;
- receber amigavelmente ou através de juízo todo e qualquer valor devido, de qualquer espécie, inclusive receitas, juros, dividendos, vencimentos, aluguéis, rendas e outros subsídios, dando recibos e quitação;
- representá-la em assembleias ordinárias e extraordinárias, na qualidade de quotista ou acionista, votando e sendo votada, concordando e impugnando o que considerar conveniente, assinar livros, atas e outros papéis e documentos;
- representá-la perante entidades públicas, sejam elas federais, estaduais ou municipais, agências governamentais, paraestatais, sociedades de economia mista, administrativas, legais, Serviço do Patrimônio da União, alfândega, DECEX, BEFIEX, secretarias da

Fazenda, Departamentos de Polícia, Ministério do Trabalho, Junta Comercial, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Cia. de Telecomunicações, além da Telefônica, Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Embratur – Empresa Brasileira de Turismo, Governos Federal, Estadual e Municipal, Banco Central do Brasil, Instituições de Poupança Federais e Estaduais, Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, IAPAS, INAMPS, PIS – Programa de Integração Social, FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, autorizando o levantamento de valores depositados, Empresas de Crédito, Financiamento e Investimento, dentre outras; registrá-la e inscrevê-la;

- acompanhar processos até sua finalização, comprovar e prestar declarações, juntar e separar papéis e documentos, assinar desenhos, solicitações e memoriais descritivos, pagar impostos, taxas, emolumentos, multas e contribuições, receber benefícios, pensões, aposentadoria, provisões, dentre outros, além de promover o registro, recorrer os [valores] indevidos ou pagos em excesso, recebê-los e dar quitação;
- solicitar empréstimos e financiamentos, com as garantias necessárias, celebrando os respectivos contratos públicos ou particulares; assinar declarações de imposto de renda, receber correspondências em geral, sejam registradas ou não, com ou sem valor, remessas postais e “Collis-Posteaux” e quaisquer pedidos e telegramas endereçados à Outorgante;
- abrir e liquidar contas bancárias, inclusive contas poupança, em Bancos, Casas Bancárias, Instituições de Poupança Federais e Estaduais, Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S/A, depositar, sacar e levantar quaisquer valores, títulos, retirar, endossar, descontar, receber, aceitar, processar, garantir e assinar cheques, recibos, ordens de pagamento, notas promissórias, faturas e outros documentos comerciais em geral; solicitar saldos e extratos de contas bancárias; solicitar talões de cheques; remeter valores ao exterior, assinando as respectivas ordens de pagamento; utilizar os poderes estabelecidos nas cláusulas “Ad-Judicia et-extra” e “Ad-Negotia” e também os especiais de compromisso; concordar, discordar, admitir, refutar, recorrer, desistir, estabelecer acordos e compromissos, assinar recibos e dar quitação, nomear e contratar advogados, registrar mandados judiciais, atuando com todos os poderes outorgados por este instrumento com toda e qualquer sociedade da qual a Outorgante seja sócia, acionista ou cotista, bem como autorizar ou concordar, em nome da Outorgante, que tais sociedades exerçam quaisquer atos previstos pela presente; exercendo todos os outros atos necessários para melhor cumprir este mandato, com poderes para substabelecer, no todo ou em parte.

Esta Procuração é emitida em xx de xx de xx e permanecerá válida até xx de xx de xx, data na qual se tornará nula e sem notificação adicional.

ASSINADA em nome da xxxxx

[assinado]

Por: xxxx

Nome: xxxx

Cargo: Diretor

[assinado]

Por: xxxx

Nome: xxxx

Cargo: Diretor

NADA MAIS CONTINHA O DOCUMENTO, DO QUE DOU FÉ.